



CONGRESSO NACIONAL

OFÍCIO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2017

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.396/11, art. 6º, Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica, referente aos 1º e 2º semestres de 2016.

AUTORIA: Autoridade Autoridade Pública Olímpica - APO

DESPACHO: À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PUBLICAÇÃO: DCN de 16/02/2017



[Página da matéria](#)



Ofício nº - 011/2017/PRESI-APO

Brasília, 08 de fevereiro de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador EUNICIO OLIVERIA
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes
Brasília/DF – CEP:70.160-900

Assunto: Relatório de Atividades

Excelentíssimo Senhor Presidente,

- 1 - Com o propósito de substituir o ofício nº 010/2017/PRESI-APO, do dia 30 de janeiro, próximo passado, reitero a entrega do Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica – APO, do exercício de 2016, dividido em dois semestres, registrando as tratativas e etapas que antecederam os Jogos Olímpicos de 2016 e sua Matriz de Responsabilidades.
- 2 - Sem mais para o momento.

Respeitosamente,



MARCELO PEDROSO
Presidente Substituto

[Cód: 050.1]



Relatório
de Atividades da Autoridade
Pública Olímpica

Primeiro Semestre de 2016



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA



ÍNDICE

1- Atividades Institucionais	4
A- Organograma	5
B- Conselhos.....	6
C- Presidência	6
D- Diretoria Executiva	8
E- Diretoria de Integração	9
F- Temas acompanhados	12
G – Divulgação institucional	57
2- Demonstrativo da Execução Orçamentária	59
3- Instrumentos de monitoramento e controle	63
4- Considerações finais	65

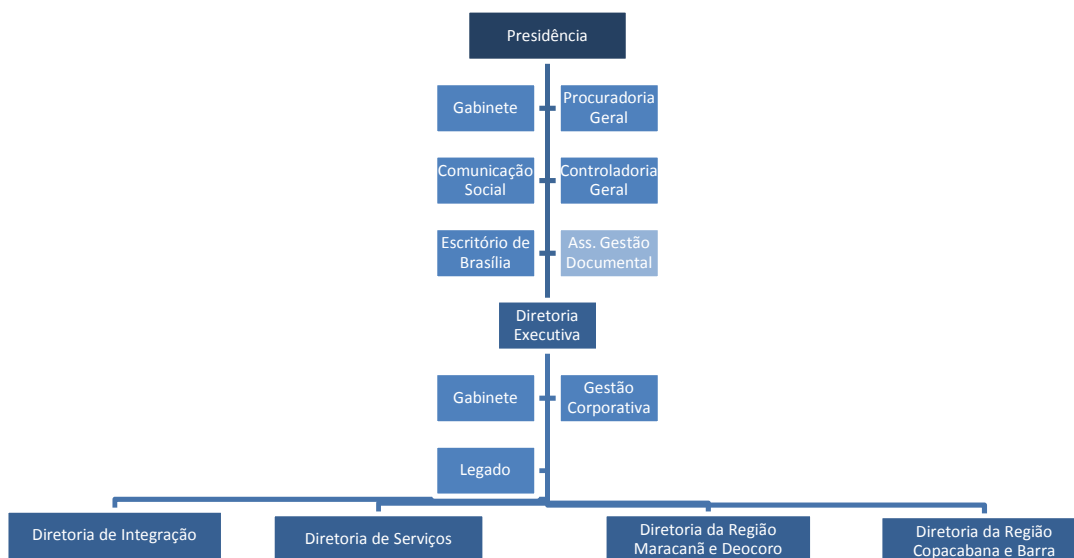


1

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS



A. Organograma



B. Conselhos

Como Órgãos de Gestão da Autoridade Pública Olímpica, de acordo com a Cláusula Décima do Contrato de Consórcio Público firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, o Conselho Público Olímpico, o Conselho de Governança e o Conselho Fiscal trataram sobre os seguintes temas, dentre outros, no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016:

- Matriz de Responsabilidade;
- Carteira de Projetos Olímpicos;
- Orçamento 2016; e
- Desmobilização.

Foram realizadas, entre janeiro e junho de 2016, 3 (três) reuniões do **Conselho Público Olímpico**, que trataram, dentre outros, dos seguintes temas:



- Aprovação da 4ª atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, divulgada em 29/010/2016; apreciação da evolução orçamentária do primeiro trimestre de 2016; deliberação sobre o atendimento às solicitações do Tribunal de Contas da União - TCU; ações para a Desmobilização da APO.

Neste período, foram realizadas duas reuniões do **Conselho de Governança**, que trataram, dentre outros, dos seguintes temas:

- apreciação do orçamento da APO para 2016; conhecimento sobre o 4º processo de atualização e revisão da Matriz de Responsabilidade e Carteira de Projetos Olímpicos; apreciação das ações propostas para a Desmobilização da APO e delegação de competência à APO para definir sobre a destinação dos bens patrimoniais; informações sobre o Relatório de Gestão de 2015.

O Conselho Fiscal realizou, entre janeiro e junho de 2016, seis reuniões, com análises e acompanhamentos da execução fiscal, orçamentária e financeira da instituição, incluindo o contrato de rateio, licitações e contratos em vigor.

C. Presidência

A Presidência da Autoridade Pública Olímpica é responsável pela gestão das cinco Diretorias, da Controladoria Geral, que inclui a Auditoria, da Procuradoria Geral, da Assessoria de Comunicação e do Escritório de Brasília, onde atuam assessores para funções específicas junto aos organismos do Governo Federal e representações internacionais. A estrutura de governança da instituição se dá, dentre outras atividades: 1) por meio de orientações que são repassadas ao Diretor Executivo e às demais diretorias; 2) coordenação das reuniões da Diretoria Colegiada (composta pelo próprio Presidente, pelo Diretor Executivo e demais diretores), com participação dos membros efetivos e, eventualmente, da Superintendência de Gestão Corporativa, da Controladoria, da Procuradoria Geral e da Assessoria de Comunicação. Além disso, preside as reuniões do Conselho de Governança, composto por representantes do Governo Federal (Casa Civil da Presidência, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda), do Governo Estadual, do Governo Municipal, do Comitê Rio 2016 e da Sociedade Civil. A Presidência da APO acompanha as reuniões do Conselho Público Olímpico, prestando o apoio necessário para as deliberações do fórum.



A agenda de atividades da Presidência neste semestre focou na interação com os entes públicos e privados envolvidos na preparação e organização dos Jogos, atuando estrategicamente na busca de soluções, visando ao cumprimento dos compromissos de candidatura. Além disso, participou de reuniões com representações diplomáticas de países estrangeiros, em especial Estados Unidos da América, Reino Unido, França e Japão, interessados em informações sobre a organização dos Jogos.

O Gabinete da Presidência atua no atendimento às demandas de agendamento, de tramitação de documentos, nas respostas aos requerimentos de informações e questionamentos dirigidos à Presidência, no encaminhamento de requerimentos dirigidos às demais diretorias, na estruturação dos documentos e arquivos e na organização e assessoramento das reuniões que são presididas e/ou acompanhadas pelo Presidente. Além disso, participa das reuniões de Diretoria Executiva e coordena uma reunião semanal para alinhamento das agendas do Presidente e demais diretores, visando a maximizar os resultados das ações.

Reuniões Oficiais realizadas com os representantes do COI e do IPC no primeiro semestre de 2016:

EVENTO		DATA	
Classificação	Tipo	Início	Término
9 Project Review - IPC	Project Review	24/02	25/02
13 Project Review - COI	Project Review	13/01	14/01
10 Cocom	Coordination Commission (CoCom) – COI	11/04	13/04
10 Project Review - IPC	Project Review	18/05	20/05



14 Project Review - COI	Project Review	14/06	15/06
--------------------------------	----------------	-------	-------

- Reuniões de Diretoria Colegiada:

Foram realizadas, entre janeiro e junho de 2016, doze reuniões de Diretoria Colegiada, que trataram dentre outros, dos seguintes temas:

- apreciação da evolução orçamentária do primeiro trimestre de 2016; deliberação sobre atendimentos às solicitações do TCU; análise da proposta de atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; deliberação sobre relatórios situacionais de acompanhamento; deliberação sobre ajustes em obras de distribuição de energia para os Jogos Rio 2016, para atendimento dos requisitos do Comitê Olímpico Internacional – COI; deliberações sobre a elaboração do Plano de Uso do Legado; deliberações sobre a Desmobilização da APO.

D. Diretoria Executiva

No primeiro semestre de 2016, a Diretoria Executiva priorizou seus esforços no planejamento e acompanhamento de ações operacionais em prol da desmobilização da Autarquia. Várias destas ações já estão em andamento, tais como: 1) a preparação do Sistema APO para transferência dos dados ao Arquivo Nacional; 2) início da desmobilização do Escritório de Representação em Brasília, com encerramento dos contratos de serviços e dispensa de efetivo; 3) devolução do espaço físico ocupado por algumas unidades da sede da APO no edifício do Banco do Brasil; 4) redução dos contratos de telefonia e de transporte; etc.

Além disso, a Diretoria Executiva, em conjunto com as demais unidades finalísticas, conduziu ações visando ao planejamento da participação da APO na realização dos Jogos, incluindo definições sobre atividades, equipes diretamente envolvidas e condições de execução.

A Diretoria Executiva também é a responsável pela organização das reuniões de Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, com trabalhos de secretariado.



E. Diretoria de Integração

Nessa reta final de acompanhamento da preparação das estruturas físicas e dos serviços para a realização dos Jogos Rio 2016, a APO pôde exercitar seu método de trabalho contando com as ferramentas de monitoramento estratégico que desenvolveu. As informações sobre os projetos em execução foram importante instrumento a orientar a atuação do efetivo da Autarquia junto aos responsáveis pela execução, permitindo articulações que efetivamente contribuíram com o gerenciamento das ações, em especial das relacionadas ao cumprimento dos compromissos governamentais para a realização do evento.

A Diretoria de Integração (DI) seguiu sua missão de desenvolver e manter mecanismos de monitoramento e ferramentas tecnológicas para a gestão de informação útil às finalidades da instituição, promovendo as adaptações necessárias ao acompanhamento da etapa final de obras e do avançar dos planejamentos operacionais de serviços.

A base técnica constituída ao longo das etapas de monitoramento das obras e serviços consolidou-se em um banco de dados corporativo. Desta forma, foi possível integrar as diversas informações, principalmente, por meio de dois módulos dedicados às atividades finalísticas – o “Sistema de Acompanhamento de Obras e Serviços” e o “Sistema de Integração Operacional (SIOP)”.

Assim, no exercício da função de macrointegradora de informações, a APO, aproveitando as estruturas de acompanhamento utilizadas pelos gestores dos projetos olímpicos, reúne esses dados e os organiza, promovendo cruzamentos e complementações provenientes de outras fontes, sempre com vistas a subsidiar as respectivas análises e embasamentos para novas articulações e decisões no seu âmbito de atuação.

No período do primeiro semestre de 2016, observou-se uma redução na quantidade de informações externas sobre os projetos das obras, especialmente devido à conclusão de grande parte das instalações para os Jogos, automaticamente direcionando-se os esforços para o acompanhamento do planejamento operacional de serviços com foco na realização dos Jogos.

Como anteriormente mencionado, a sistemática interna de acompanhamento dos compromissos governamentais foi incrementada por meio da ferramenta do SIOP, que manteve a atenção para os projetos de infraestrutura com itens que ainda poderiam comprometer a entrega da instalação esportiva, ao tempo em que se buscou implementar outras funcionalidades para viabilizar uma visão mais estratégica na condução dos planejamentos operacionais.



Importante destacar que esse período, marcado pela proximidade dos Jogos, requereu, por parte de todos técnicos da APO, acompanhamentos mais minuciosos, notadamente aqueles com apontamentos críticos e soluções em andamento e/ou conduções de planos alternativos.

Para este fim, as áreas de Tecnologia da Informação e da Gestão da Informação da DI intensificaram os relatórios periódicos, com os indicativos de monitoramentos específicos para instrumentalizar a relação com os entes diretamente responsáveis pelos projetos.

Valorizando a integração com os entes de governo e visando a contribuir com os planejamentos operacionais de serviços, a APO estabeleceu parcerias para apoiar os entes consorciados em atividades nos Centros de Comando, Coordenação e Comunicação dos Jogos. Ainda no primeiro semestre, no Centro de Operações Rio - CORio (Prefeitura do Rio), servidores da área da Gestão de Informação da Diretoria apoiaram nas ações de acompanhamento e planejamento das operações e serviços dos Jogos. Essa parceria permitiu, com a proximidade física, articulações mais pontuais voltadas a soluções para integração de ações entre os entes.

Ainda no CORio, foi estabelecido pelo Ministério do Esporte (ME), o Centro de Prontidão Federal (CPF), que contou com o apoio da APO na instalação, configuração e treinamento para o uso de um equipamento de videoconferência, o que permitiu a realização de reuniões diárias com a Casa Civil da Presidência da República. De se destacar que a instituição participou, durante os Jogos, da rotina diária do centro, com foco no apoio às articulações das temáticas federais.

Foi solicitado ainda, pela Casa Civil da Presidência, a disponibilização de espaço nas dependências da APO com infraestrutura tecnológica adequada à realização de reuniões diárias, por intermédio de videoconferência, para a coordenação e apoio de eventos relativos à Segurança dos Jogos, contando com a participação de representantes de diversos entes dessa governança.

Na mesma linha de apoio aos entes consorciados, coube à APO a estruturação de sistema de informação para divulgação de temáticas indicadas pelos Ministérios na Casa Brasil, espaço organizado pelo Governo Federal para difusão de informações do país. Houve a utilização da base e do conceito do videowall do Sistema APO para a exibição desses conteúdos e de outros, estruturados pela Autarquia com base no acompanhamento de obras e serviços realizado ao longo de toda a preparação para os Jogos Rio 2016. Nesse contexto, foram instalados na Casa Brasil um equipamento de videowall e três televisores touchscreen, estes para interação direta do público com as funcionalidades do sistema.



Outra parceria firmada foi com o Rio Media Center, centro aberto de mídia estruturado pela Prefeitura do Rio, no qual colaboraram servidores da área de comunicação da APO e onde foi instalado outro equipamento de videowall de propriedade da instituição, para composição do espaço e apoio às atividades.

Concomitantemente aos trabalhos de monitoramento desempenhados pela Autarquia, foi iniciado plano de ação para preparar o legado documental da instituição no que se refere à massa de dados e informações que compõem o Sistema APO. Com esse objetivo, novas atividades foram estruturadas em conjunto com as demais unidades finalísticas e com a Supervisão de Gestão Documental, as quais se destinam ao tratamento das informações e à constituição do acervo digital.

A perspectiva de legado também esteve a orientar os planos em relação à metodologia e aos sistemas de informação desenvolvidos pela APO como instrumental para as suas atividades. Foi estabelecido plano de ação para adaptar o Sistema APO visualizando sua aplicação por outras instituições, públicas ou privadas. O denominado “Sistema Mestra – Monitoramento Estratégico” está sendo estruturado com flexibilidade suficiente para facilitar customizações próprias, com perspectiva de disponibilização como software público a instituições e o oferecimento de toda a documentação conceitual, metodológica e de instalação.

O semestre contemplou intenso trabalho voltado à Transparência dos Jogos por meio das atualizações no portal de Internet da APO. Esse trabalho técnico envolve o acompanhamento frequente das remessas de dados pelos entes consorciados, de suas ações de publicidade de projetos e de suas fontes de transparência ativa, principalmente dos portais de Transparência da União e do Município do Rio de Janeiro, oferecendo também subsídios relevantes ao monitoramento executado pela Autarquia.

O atendimento a demandas externas envolve a necessidade de integração de informações entre as unidades, a depender da natureza da temática envolvida. A Diretoria colabora com a Controladoria Geral e com a Procuradoria Geral nessa atividade, para assessoramento da gestão.

Outra atividade em destaque foram os preparativos para a quarta e a quinta atualizações da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos, promovidas, respectivamente, em janeiro e agosto de 2016. A APO, enquanto entidade responsável pela elaboração e atualização dos documentos, deve assegurar a divulgação, de forma tempestiva, à sociedade, dos gastos públicos exclusivos para com os Jogos.



F. Temas acompanhados

À medida que se aproximam os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, as obras nas instalações caminham para a conclusão, ganhando destaque crescente o monitoramento dos riscos e, sobretudo, o esforço preventivo de articulação e integração relativo ao planejamento, a organização e à efetiva implementação dos serviços e das operações.

Este trabalho foi intensificado pela APO ao longo do primeiro semestre 2016. Nesta função, a APO tem se dedicado primordialmente à articulação dos órgãos integrantes do sistema de governança dos Jogos para a integração de ações e a solução de impasses. Este processo de trabalho da APO exige a participação em reuniões, fóruns, grupos de trabalhos, comitês e similares, que compõem o sistema de governança dos Jogos desde o nível operacional até o nível mais estratégico, pressupondo o contato com autoridades e órgãos para solução de impasses e a troca de informações.

As informações levantadas pela equipe da APO sobre os projetos olímpicos estão organizadas e sistematizadas em prol das articulações de interesse da preparação dos Jogos, com o auxílio de ferramental e rotinas que permitem à instituição as condições adequadas ao seu papel de agente integrador, diante das expectativas na identificação antecipada de riscos e para que possa contribuir com os executores dos projetos no gerenciamento de situação adversas.

Na sequência, serão abordados os temas acompanhados pela APO neste primeiro semestre de 2016, com destaque para aspectos estratégicos dessas atividades.

Serviços de Saúde e Vigilância Sanitária

A APO acompanhou o desdobramento do planejamento operacional integrado, visando ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Comitê Rio 2016 e pelos entes governamentais envolvidos (Ministério da Saúde, a ANVISA, a ANS, a SES/RJ e a SMS/RJ). Este planejamento foi formalizado por meio do Memorando de Entendimento das Ações em Saúde a serem desenvolvidas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, assinado em 12 de setembro de 2014.

No primeiro semestre de 2016, a APO acompanhou as entregas finais para a concretização dos compromissos assumidos pelo Comitê Rio 2016 e pelos entes governamentais envolvidos e a resolução de algumas pendências para o êxito das ações a serem desenvolvidas.



Os principais fóruns para a integração de todos os envolvidos foram o GT Saúde, grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Saúde, e seus atuais 3 subgrupos: 1) Assistência e Regulação, o qual incorporou os temas tratados no subgrupo Atendimento Pré-hospitalar Móvel; 2) Vigilância Sanitária e 3) Riscos Epidemiológicos, Ambientais e Saúde do Trabalhador. Além disso, houve reuniões de alinhamento promovidas pelo Comitê Rio 2016 e Casa Civil da Presidência da República, principalmente.

Os principais resultados alcançados em 2016 foram, em relação ao atendimento pré-hospitalar:

- Entrega, pelo Ministério da Saúde à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, das 136 ambulâncias restantes necessárias à operação dedicada aos Jogos, as quais foram entregues com todos os equipamentos necessários, também adquiridos pelo governo federal;
- Publicação, pelo Ministério da Saúde em 18/03/2016, da Portaria que estabelece o cronograma para o repasse de R\$ 30 milhões para a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro contratar a equipe das ambulâncias;
- Contratação, pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, de empresa de prestação de serviços médicos responsável pela operação das ambulâncias dedicadas às instalações olímpicas e paraolímpicas;
- Contratação, pelo Comitê Rio 2016, de empresa de prestação de serviços médicos responsável pela prestação do atendimento médico nas instalações do Rio 2016 no período *off hours*.

Além disso, vale destacar a participação exitosa da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro na operação das ambulâncias dedicadas aos Jogos em apoio à área funcional de Serviços Médicos do Comitê Rio 2016 em diversos eventos-teste realizados a partir de janeiro de 2016, com as ambulâncias adquiridas pelo Ministério da Saúde.

Em relação ao atendimento nos postos médicos das *venues* e na Policlínica:

- Elaboração dos planos médicos pelo Comitê Rio 2016 para todas as instalações de competição, não-competição e treinamento;
- Instalação da Policlínica dedicada aos atletas na Vila Olímpica, com início de operação previsto para 18/07/2016;
- Aquisição dos equipamentos médicos, insumos e medicamentos para os postos e Policlínica pelo Comitê Rio 2016.



Em relação ao atendimento hospitalar:

- Contratação de 2.943 profissionais de saúde temporários, entre médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e outras áreas para a rede federal de saúde no estado;
- Incremento de recursos humanos para os hospitais municipais tidos como unidades de referência por cluster em caso de necessidade de remoção de pacientes atendidos pelo Comitê Rio 2016 nos postos de atendimento médico em todas as instalações, a saber: HM Lourenço Jorge, CER Barra, HM Albert Schweitzer, HM Souza Aguiar, CER Centro, HM Salgado Filho, UPA Engenho de Dentro, HM Miguel Couto e CER Leblon;
- Confirmação pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e pelo Ministério da Saúde das vagas hospitalares de retaguarda solicitadas pelo governo municipal.

Em relação à vigilância sanitária:

- Aprovação, em 22/01/2016, pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do Plano Operativo Tripartite que detalha as ações dos órgãos de vigilância sanitária dos três entes governamentais;
- Realização de diversas inspeções prévias nos postos médicos e nos locais de alimentação dentro das instalações olímpicas e paraolímpicas e nas empresas prestadoras de serviços contratadas pelo Comitê Rio 2016 e suas subcontratadas, especialmente as atuantes no ramo de alimentação;
- Realização de diagnóstico de risco vetorial estratificado por tipo de vetor identificado e ações de controle e monitoramento vetorial nos locais de competição e centros de treinamento;

Em relação à vigilância epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador:

- Revisão do plano de trabalho do Centro Operativo Integrado de Ações Conjuntas da Saúde (CIOCS), cujo papel é a gestão conjunta das ações nos âmbitos da vigilância em saúde e assistência, desempenhando as funções de detecção, monitoramento e resposta a eventos de importância de saúde pública durante o período dos Jogos;
- Elaboração dos modelos de relatórios de 24h e 72h e definição sobre o fluxo de informações entre o Rio 2016 e os órgãos de saúde pública que compõem o CIOCS;

- Lançamento do aplicativo “Guardiões da Saúde” pelo Ministério da Saúde.

Em relação ao planejamento da resposta em caso de situações de emergência:

- Elaboração e assinatura da Nota Técnica Conjunta pelos Ministérios da Defesa, da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação, tratando da estrutura de atendimento às ameaças, incidentes



ou ataques de natureza química, biológica, radiológica e nuclear (QBRN), contemplando orientações para o procedimento de diversos órgãos em caso de eventos de natureza QBRN considerando a necessidade de articulação entre todos os envolvidos na resposta;

- Elaboração de plano de contingência integrado a ser executado em caso de eventos com múltiplas vítimas no âmbito da Oficina Temática de Defesa Civil da COESRIO (Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016), no qual é informada a rede hospitalar de urgência e emergência.

Limpeza e Resíduos

O foco original da APO no acompanhamento da operação de Limpeza e Resíduos do Rio 2016 era a segurança sanitária da operação. Para que a Vigilância Sanitária pudesse realizar o seu trabalho de mitigação dos riscos, conforme o Plano Operativo Tripartite da Vigilância Sanitária, elaborado em 2015, o Comitê Rio 2016 deveria repassar aos órgãos da vigilância sanitária a lista das empresas privadas de limpeza a serem contratadas.

A partir de setembro de 2015, entretanto, o Governo Federal passou a empenhar-se para que fosse viabilizada a inclusão das cooperativas de catadores de resíduos recicláveis na operação dos Jogos Rio 2016 e este tema passou a ser pauta constante nas reuniões do GT Sustentabilidade, com o acompanhamento da APO.

Foram necessárias diversas reuniões para alinhamento de todos os órgãos envolvidos e, a partir de janeiro de 2016, surgiram os primeiros resultados:

- Pactuação com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR);
- Pactuação entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Comitê Rio 2016 para que a Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) efetuasse a limpeza do Parque Olímpico da Barra, assim como toda a coleta dos resíduos não recicláveis;
- Assinatura do termo aditivo de sub-rogação do Convênio nº 770608/2012 entre a SENAES/MTE e a SEA-RJ em 08/04/2016, publicado no DOU em 19/04/2016, transferindo a execução do convênio da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA;
- Contratação, pelo Comitê Rio 2016, das empresas responsáveis pela limpeza das instalações (Vila Olímpica, IBC/MPC, Riocentro, Golfe, UAC, Maracanãzinho, Maracanã e Cluster Copacabana, Estádio Olímpico, Sambódromo, Cluster Deodoro e Vilas de Mídia);



- Contratação direta pelo INEA da Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis Despoluidora do Ambiente Ltda para a prestação do serviço apenas no período dos Jogos;

- Treinamento dos catadores nos dias 14 e 15/07/2016;
- Lançamento oficial do Programa de Reciclagem Inclusiva dos Jogos em 29/07/2016.

Assuntos Equestres

No primeiro semestre de 2016, com amadurecimento do planejamento das operações envolvendo equinos, surgiram novas questões que demandaram a articulação ativa da APO junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e outras instituições dessa governança.

Em fevereiro de 2016, o Comitê Rio 2016 sinalizou a necessidade de importar feno para o consumo dos equinos durante a realização dos Jogos. As articulações promovidas permitiram ao Comitê Rio 2016 autorização excepcional, concedida pelo MAPA, para a importação de feno para os Jogos.

Em março, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu o trabalho do MAPA para garantir a sanidade dos equinos e a biossegurança no Centro Olímpico de Hipismo (COH), palco de provas hípicas durante os Jogos de 2016. A OIE reconheceu que o Brasil seguiu as recomendações para tornar aquele local uma área segura no aspecto sanitário para a competição. Este trabalho foi acompanhado pela APO junto ao Comitê Rio 2016, fazendo as articulações necessárias para garantir a manutenção do “vazio sanitário”.

A APO também acompanhou, junto aos membros do "GT Olimpíadas SDA", instituído pela Portaria nº 22, de 4 de abril de 2016, o cumprimento das exigências estabelecidas na IN MAPA nº 09, de 23 de abril de 2015, que aprova o "Regulamento de defesa agropecuária relacionado aos equinos de excelente estado sanitário que participarão dos XXXI Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e aos insumos vinculados a esses animais".

Em junho, após as adequações realizadas no Terminal de Cargas do Galeão, foram realizados dois simulados que permitiram a validação e adequações necessárias aos fluxos anteriormente estabelecidos. As tratativas relacionadas ao aeroporto de contingência, Cabo Frio, também foram feitas.



O Plano de Biossegurança foi executado pelo Comitê Rio 2016, integrando também as ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte nas ações de controle de pragas, com acompanhamento do MAPA.

Cultura

A atuação da APO nessa seara foi pautada desde a participação em fóruns, como a Câmara Temática (CT) de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, vinculada ao GEOLimpíadas e ao Grupo Operacional (GO) Cultura, à realização de reuniões e acompanhamento das ações e planejamentos dos entes públicos e ao monitoramento e articulação dos entes públicos entre si e entre as principais instituições culturais da cidade. A meta da governança era oferecer uma programação que evidenciasse a cultura popular brasileira e a diversidade de expressões artísticas nacionais, de forma a promover o engajamento com as competições, ampliando o acesso à cultura e propiciando uma experiência única e memorável ao espectador.

No início de 2016, a Medida Provisória nº 710/2016 (convertida em Lei nº 13.268/2016) abriu crédito suplementar de 85 milhões de reais ao Ministério da Cultura para a promoção da cultura brasileira, permitindo a realização de atividades culturais com grupos artísticos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Registre-se a participação da APO no Comitê Executivo instituído pelo MinC (Ministério da Cultura), que desenvolve o planejamento das ações, programas e projetos relacionados à cultura no âmbito dos Jogos. A APO também participou da Equipe de Direção do Programa de Cultura, instituído pela Portaria Conjunta APO-MinC Nº 001 de 11 de maio de 2016, que tinha por foco monitorar e auxiliar a articulação tanto do ponto de vista artístico quanto no âmbito da operação e serviços da cidade. Ambas as instâncias são coordenadas pelo Ministério da Cultura.

No início de maio, foi apresentado pelo MinC a proposta da programação cultural para os Jogos, desenvolvida no âmbito do Comitê Executivo. Com a mudança de gestão do Ministério da Cultura, em meados de maio, no curso de um processo de transição de informações, a APO consolidou relatório detalhado a respeito da programação planejada e o encaminhou ao Ministério. A partir de então, o MinC submeteu a programação a uma avaliação interna.

A APO também manteve participação ativa na Câmara Técnica de Cultura, Turismo & Imagem do Brasil. Sob coordenação do Ministério da Cultura e com participação do Ministério do Turismo, Ministério do Esporte, Ministério das Relações Exteriores, Embratur, Apex-Brasil e APO, a



Câmara trabalhou para integrar as agendas dos entes federais no planejamento, organização e realização de ações de promoção da cultura, turismo e da imagem do Brasil no contexto dos Jogos Rio2016, de modo a aproveitar a oportunidade de posicionar a “marca Brasil” nacional e internacionalmente. Neste contexto, foi desenvolvida e apresentada a campanha de promoção do Brasil no exterior e elaborado o projeto de instalação da “Casa Brasil” na cidade do Rio durante os Jogos.

Eventos

O trabalho da APO no primeiro semestre de 2016 voltou-se ao apoio, à identificação e ao planejamento de ações de parcerias, por meio de reuniões com o Comitê Rio 2016 e com diferentes órgãos governamentais para garantir a realização dos eventos previstos no Dossiê de Candidatura.

No tocante aos Live Sites, a APO acompanhou reuniões sobre o desenvolvimento dos Live Sites da Prefeitura (Parque Madureira e Boulevard Olímpico) e do Comitê Rio 2016 (Parque Olímpico da Barra e de Deodoro). Por meio do Comitê Executivo do MinC, a APO promoveu também a articulação com a programação de cultura do governo federal, contribuindo para ampliar a programação dos Live Sites e garantir a presença da diversidade cultural brasileira.

Em relação ao Revezamento da Tocha, foi consolidado o Grupo Especial responsável pelo programa, sob coordenação da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República (SAF), com a participação da APO, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Esporte, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Comitê Rio 2016. O Grupo foi o responsável por definir o envolvimento logístico e financeiro do Poder Público na operação do evento em áreas diversas como segurança, promoção turística, transporte, etc.

No primeiro semestre, a APO atuou junto à SAF na interlocução com os municípios (aproximadamente 330 em todo o país), contribuindo em articulações para a preparação do referido evento, que se iniciou em maio de 2016. A atuação da APO na realização do revezamento da Tocha deu-se tanto no acompanhamento do desenvolvimento das atividades em reuniões diárias do Grupo Especial, quanto na interlocução e acompanhamento prévio juntos aos entes e órgãos locais nas cidades em que a Tocha passou. Os Ministérios do Turismo e da Cultura realizaram convênios com diversas cidades no contexto de um programa de apoio às celebrações



da passagem da Tocha Olímpica. Essas mesmas atrações foram incorporadas à programação de cultura desenvolvida pelo Ministério da Cultura na cidade do Rio de Janeiro no período dos Jogos.

A organização das Cerimônias de Abertura e de Encerramento dos Jogos foi objeto de extremo sigilo por parte do Comitê, com acesso restrito às informações. A atuação da APO, portanto, teve foco no acompanhamento das questões operacionais que envolvem as cerimônias, como segurança, acesso dos diferentes públicos e demais definições de logística.

Turismo

A atuação da APO na área de Turismo envolveu o acompanhamento das ações de promoção turística, de requalificação e acessibilidade de pontos turísticos, do desenvolvimento dos programas do “Look da Cidade” e de Experiência do Espectador, bem como do planejamento e estruturação para hospedagem dos turistas.

Esse acompanhamento foi realizado, principalmente, por meio do Grupo Operacional de Turismo (GO Turismo) vinculado à Câmara Temática de Cultura, Turismo e Experiência do Espectador do GEOLimpíadas, grupo coordenado pelo Ministério do Turismo. No âmbito desse grupo, foi desenvolvida uma estratégia articulada de promoção turística do Brasil no mundo, potencializada pela Agenda Olímpica. Houve também o desenvolvimento da “Casa Brasil”, na cidade do Rio de Janeiro, durante o período dos Jogos. A APO está entre os órgãos participantes desse projetos.

Foi criado um Subgrupo de Direitos do Consumidor, com a participação da SENACON/MJ, PROCON Carioca e PROCON RJ, no âmbito do qual foi estabelecido um fluxo integrado entre os órgãos e o Comitê Rio 2016 e uma pauta de reuniões com os principais setores afetos ao tema para garantir o atendimento rápido às demandas.

Acomodações

O tema prevê o acompanhamento da entrega das unidades habitacionais acordadas com o COI, a implantação da classificação hoteleira no Rio de Janeiro condizente com os critérios internacionais, respeitando as condições de sustentabilidade e acessibilidade, e as negociações para a prática de tarifas condizentes com o mercado, no período dos Jogos. O acompanhamento da oferta hoteleira foi realizado pelo monitoramento das novas unidades habitacionais em construção no Rio de Janeiro. Adicionalmente, a APO acompanhou a construção das Vilas de



Acomodação (Vilas Olímpica e Paraolímpica, Vila de Deodoro e as Vilas de Mídia localizadas na Região da Barra) e as articulações para a oferta de quartos em navios.

O acompanhamento da oferta hoteleira e das vilas (acomodação da família olímpica) foi realizado por meio do Grupo de Acompanhamento de Licenciamento de Acomodações, com reuniões de integração entre EOM (Empresa Olímpica Municipal), Casa Civil/RJ, Comitê Rio 2016 e APO para apresentação da evolução das construções. A importância deste acompanhamento se revelou com a proximidade dos Jogos, sendo que vários empreendimentos não foram entregues no prazo de dezembro de 2015, conforme previsto inicialmente na Lei Municipal 5.230 de 25 de novembro de 2010, tendo o mesmo sido prorrogado até maio de 2016.

Além deste fórum de acompanhamento, a APO participou de reuniões promovidas pelo Comitê Rio 2016 com participação do COI e do IPC.

Força de Trabalho

A APO participou do Comitê Local de Trabalho Decente, coordenado pelo Ministério do Trabalho, que, conjuntamente com o Comitê Rio 2016, os órgãos gestores de trabalho municipal e estadual, o Tribunal Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, promoveu ações de modo a garantir a regularidade das relações de trabalho em todo o processo que envolve os Jogos. A pauta do Trabalho Decente foi apresentada no II Fórum de Engajamento de Terceiros em janeiro de 2016 e, nesse período, foi desenvolvido e organizado pelo MTPS, em parceria com o Rio 2016, o workshop “Fiscalização em Grandes Eventos” para as maiores empresas contratadas pelo comitê.

Ainda nesse contexto do Comitê Local de Trabalho Decente, foi assinado, em janeiro de 2016, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho no Setor de Turismo e Hospitalidade, com a criação de um Grupo de Trabalho com participação do MTE, MPT, TRT, Comitê Rio 2016, CONTRACS, CONTRATUH, CTB, NCST, CUT, UGT e Força Sindical. O grupo de trabalho se reuniu frequentemente, tendo por premissa a promoção do trabalho decente, a discussão das questões inerentes às relações de trabalho no setor e promover espaços de mediação de conflitos entre as partes envolvidas. O Grupo de Trabalho para Prevenção, Acompanhamento e Busca de Solução de Conflitos Trabalhistas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio2016 não foi criado devido a divergências da CUT quanto ao texto.



A APO mediou também conversas entre o Comitê Rio 2016 e o Ministério do Trabalho para alinhamento dos entes quanto às condições de prestação dos serviços dos voluntários dos Jogos.

Cidade do Futebol

A APO participou do Grupo Especial Cidades do Futebol, instituído pelo GEOLimpíadas e coordenado pelo ME, para discussão dos assuntos referentes à organização das cidades de Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Salvador e São Paulo para receberem as competições de futebol masculino e feminino dos Jogos Olímpicos. A APO acompanhou também, por meio de reuniões bilaterais com o Comitê Rio 2016, as questões operacionais envolvidas nessa organização, como a assinatura dos contratos, a operação de serviços médicos, acomodação das delegações, entre outros.

Dados Meteorológicos e Oceanográficos

A Autoridade Pública Olímpica coordenou e integrou as instituições meteorológicas no sentido de viabilizar as entregas de serviços meteorológicos para os Jogos Rio 2016, através do grupo de discussão Dados Meteorológicos formado pelas seguintes instituições: INMET, CPTEC, INEA, SIMCOSTA, Alerta Rio, CHM, DECEA, SMAC, CEMADEN, Rio 2016, ME, Casa Civil do Estado do RJ, Exército/AJO.

A APO pôde contribuir de forma decisiva nesta área, ao coordenar os órgãos dedicados aos serviços meteorológicos em reuniões periódicas para a organização e integração deste serviço durante os Jogos. Este fórum serviu para o planejamento operacional da área, mas também se mostrou um excelente ambiente de avaliação e proposição de melhorias para o período dos Jogos.

O trabalho se intensificou após os eventos-teste, nos quais houve a participação de meteorologistas das instituições que compõem do grupo e as reuniões passaram a ser mensais. Além destas reuniões, a APO conduziu reuniões regulares com cada escritório de meteorologia e reuniões sob demanda para tratar de assuntos específicos, tais como tecnologia, centralização de dados, etc.

Este trabalho teve entre seus marcos iniciais a assinatura, ainda em 2014, por todos os entes, de um Memorando de Entendimento sobre o tema, com os serviços e responsabilidades de cada instituição.



No primeiro semestre de 2016, foram instaladas três estações meteorológicas em pontos do Rio de Janeiro e Niterói, a fim de aumentar a acuracidade dos dados coletados nestas regiões. O número de meteorologistas envolvidos nos Jogos foi definido e contou com a participação de previsores do INMET, do CHM, do CPTEC, do CEMADEN e do INEA. Também foram definidas as escalas de serviço e a estratégia operacional de funcionamento de cada escritório. Sob o contexto de cooperação, as instituições fizeram ajustes em seus equipamentos e sistemas para melhor atender as demandas olímpicas. O CPTEC implementou a modelagem numérica de correntes para a Baía de Guanabara.

Imigração e Credenciamento

A APO acompanhou as ações governamentais e do Comitê Rio 2016 referentes aos processos de credenciamento, nacionais e estrangeiros. O Comitê tratou as questões de segurança pertinentes diretamente com a Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos do Ministério da Justiça (SESGE/MJ), tendo assinado acordo de cooperação específico para as atividades ainda em dezembro de 2015.

O projeto de Lei Geral dos Jogos Olímpicos, encaminhado ao Congresso Nacional em 06/10/15, foi convertido em Lei nº 13.284/2016, publicada em 11/05/2016, estabelecendo a dispensa de vistos a estrangeiros vinculados à realização dos Jogos Rio 2016, considerando-se o passaporte válido, em conjunto com o cartão de identidade e credenciamento olímpicos, documentação suficiente para ingresso no território nacional. A garantia é restrita ao período compreendido entre 05/05/16 a 05/11/16, modificando-se assim o inicialmente previsto no ato olímpico de 2009, que mencionava o período de dispensa de 05/07 a 28/10/16.

A APO acompanhou o processo de credenciamento dos eventos-teste. Além disso, participou, juntamente com as áreas responsáveis do Comitê Rio 2016, do delineamento de plano operacional para o credenciamento dos participantes dos Jogos, processo este que continua ao longo de 2016.

Tributação e Aduana

A APO faz contatos com os envolvidos, visando a acompanhar as ações realizadas para os Jogos Rio 2016 e articular soluções para a concretização/efetivação dos compromissos assumidos



relacionados à entrada, uso e saída das mercadorias e serviços necessários para os Jogos, com procedimentos simplificados de alfândega e isenções de impostos e taxas.

O MAPA publicou norma que trata de importação de produtos de origem animal e vegetal para consumo nos eventos-teste e Jogos e importação de cães guia e produtos para sua alimentação, a IN nº 4, de 10 de março de 2016.

Em 17/03/16, foi publicada a Medida Provisória 718, que nos aspectos tributários, altera a Lei 12.780 (medidas tributárias para os Jogos) dispondo sobre navios de cruzeiro destinados à hospedagem e divulgação, pelo COI ou pelo Comitê RIO 2016, das informações referentes às renúncias fiscais. Tal Medida Provisória foi transformada na Lei 13.322 de 2016, em 29/07/16.

No âmbito do CTOE (Comitê Técnico de Operações Especiais)/CONAERO, o fluxo de entrada e saída de armas e munições foi avaliado durante a realização do evento-teste de Tiro, realizado em abril de 2016.

Em 04/04/16, foi publicada a Lei 13.265/16, que trata da isenção da taxa de fiscalização de produtos controlados pelo Exército e isenção de impostos sobre as empresas distribuidoras de energia para os Jogos.

A Secretaria da Receita Federal publicou a IN nº 1.631, de 22/04/16, que estabelece regras especiais sobre obrigações tributárias acessórias para as pessoas jurídicas que gozam dos benefícios fiscais de que trata a Lei nº 12.780. A necessidade da publicação desta IN veio das questões levantadas em seminário realizado pela Receita em parceria com a OAB/RJ.

Além disso, foi publicada a 2ª edição do Guia Aduaneiro aprovada pela IN nº 1.632, de 22/04/16, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que consolida as principais informações e orientações sobre os procedimentos aduaneiros a serem utilizados nos eventos-teste e Jogos. No DOU de 05/07/16, foi publicada a Portaria COANA nº 51, de 01 de julho de 2016, que Retifica a 2ª Edição do Guia Aduaneiro.

Finalmente, registre-se que o Tribunal de Contas da União emitiu o Acórdão nº 1071, publicado no DOU em 16/05/2016, no qual há recomendações para diversos órgãos para que sejam tomadas as medidas de transparência necessárias e instituídas pela própria Lei 12.780/2013, que trata das medidas tributárias para os Jogos.

Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) – LADETEC



Acompanhou-se a evolução das obras e a realização de articulação dos envolvidos para a utilização do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LADETEC) como instalação destinada à realização dos testes de controle de dopagem.

A APO continuou acompanhando as diversas ações referentes à preparação do Laboratório, buscando relacionamento mais próximo com os diversos atores participantes, tais como a ANVISA e a Secretaria da Receita Federal, auxiliando no planejamento e agilizando os procedimentos referentes à importação dos padrões de comparação e das amostras biológicas para as análises pertinentes.

A instituição participou de reuniões de alinhamento promovidas pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil – SAM, referentes às diversas questões pertinentes ao Controle de Dopagem, principalmente no que concerne aos preparativos para os eventos-teste e Jogos especificamente, buscando auxiliar nos encaminhamentos articulados.

Constatou-se a finalização do prédio do LBCD, assim como as demais ações de preparação da instalação, como os procedimentos para contratação dos últimos equipamentos e recursos humanos. O LBCD também adaptou sua instalação mediante os requisitos olímpicos, principalmente ao que se refere às questões de segurança.

A APO também esteve presente nas reuniões da força-tarefa criada pelo COI, cujo objetivo foi o de servir de apoio operacional às questões relacionadas ao controle de dopagem para os Jogos Olímpicos, tais como a acreditação do laboratório. Quatro reuniões da força-tarefa foram realizadas, em fevereiro, agosto e dezembro de 2015 e em abril de 2016.

No dia 1º de abril, foi assinado contrato entre o LBCD e o Comitê Organizador Rio 2016 visando a estabelecer as obrigações e responsabilidades de cada parte durante a realização dos Jogos Olímpicos.

Para manter a conformidade da legislação brasileira com o Código Mundial Antidoping, o que poderia interferir na operação do laboratório durante os Jogos, foram editados, em março, a Portaria da ABCD nº 1/2016, instituindo o Código Brasileiro Antidopagem, o Decreto 8692/2016, regulamentado o Tratado da Unesco de combate à Dopagem, e a MP 718/2016, que institui o Tribunal Antidoping.

No dia 22 de junho, durante o período de processo de certificação para grandes eventos da WADA (World Anti-Doping Agency), a acreditação geral do LBCD foi suspensa pela Agência



Mundial, devido a investigações sobre não conformidade em exame realizado pelo laboratório com relação aos padrões internacionais adotados.

No período do dia 4 a 8 de julho, a WADA realizou auditoria no LBCD a fim de verificar se as não conformidades mencionadas foram sanadas e se o LBCD teria condições de realizar os exames para os Jogos. A resposta quanto à auditoria foi positiva.

Garantias

A APO acompanha, no âmbito federal, estadual e municipal, as discussões referentes à materialização das garantias e dos compromissos assumidos perante o Comitê Olímpico Internacional durante a fase de candidatura do Rio de Janeiro como Sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, incluindo o contrato de cidade-sede, conforme a legislação brasileira.

O Comitê Rio 2016 preparou uma relação de solicitações legislativas que foram contempladas na “Lei Geral das Olimpíadas” – nº 13.284, de 10 de maio de 2016.

Proteção de Marcas e Propriedade Intelectual

Com o objetivo de testar as diversas atividades relacionadas ao tema, o subgrupo sobre Proteção de Marcas focou seus trabalhos na definição da estratégia operacional de trabalho integrado interagências para o evento-teste de Ginástica, em abril de 2016. Neste evento-teste, foi testada a operação de Proteção às Marcas no modelo planejado para o período dos Jogos.

Ressalte-se que a estratégia foi baseada em proteger os direitos de propriedade intelectual relacionados aos Jogos Rio 2016 e direitos exclusivos de associação dos patrocinadores oficiais. Além disso, também há ações voltadas ao combate à venda não autorizada de ingressos e combate ao cambismo.

A Autarquia acompanhou o trabalho do referido subgrupo e manteve estreito relacionamento com a equipe de proteção a marcas do Comitê Rio 2016, a fim de acompanhar e auxiliar no que fosse necessário para o cumprimento dos compromissos assumidos pertinentes ao tema.

Segurança Pública e Defesa Civil, Defesa Nacional e Inteligência dos Jogos

Na candidatura da Cidade do Rio de Janeiro para os Jogos de 2016, o Estado Brasileiro comprometeu-se a oferecer Jogos seguros, com a liderança do Governo Federal e integrado com



os Governos Estadual e Municipal, com uma estrutura única de comando, alinhando os eixos de Defesa Nacional, Segurança Pública e Inteligência.

A APO contribuiu na busca de soluções oportunas, precisas e eficientes para as questões de segurança, em parceria com as forças de Segurança Pública, Defesas Civil e Nacional e Inteligência, tudo com o propósito de permitir a realização desse grande evento de forma segura com comemorações pacíficas.

Nesta Autarquia, as ações vêm sendo realizadas com os seguintes focos:

- Integração dos agentes envolvidos na atividade de segurança;
- Definição e consolidação das responsabilidades desses agentes para a realização dos Jogos; e
- Monitoramento das ações que devam se desenvolver até os Jogos.

No primeiro semestre de 2016, esta Autarquia participou de diversos fóruns com o objetivo de facilitar a integração entre os entes envolvidos, definir protocolos operacionais na inédita interoperabilidade de agências e o acompanhamento das ações em curso. Foram reuniões para tratar de assuntos de Defesa Nacional e Inteligência, reuniões do Comitê Executivo de Segurança Integrada Regional e reuniões da Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016.

Ainda nesse período, foi realizado, com grande sucesso, os eventos-teste “major” de Saltos Ornamentais, Ginástica, Ciclismo de Estrada e Atletismo Paraolímpico, nos quais as atividades de segurança se comportaram como em “games time”, conforme acordado por todas as instituições envolvidas, com funcionamento, até mesmo, de toda a estrutura de comando e controle.

Energia Elétrica

Na reta final para a realização dos Jogos, muitos foram os assuntos e demandas relacionados ao tema Energia. Houve e ainda há grande esforço por parte da APO e entidades envolvidas no planejamento e execução das soluções de energia permanentes e temporária, para entrega total de energia necessária nas instalações olímpicas.

O trabalho de coordenação das reuniões do GT Operacional de Energia continuou tendo grande importância para garantir a finalização das entregas de infraestrutura de energia e, no planejamento da operação dos serviços durante o período dos Jogos, constatada pela



credibilidade do fórum, que continuou tendo a assiduidade semanal de representantes dos entes governamentais responsáveis pela execução dos Jogos Rio 2016, pelos representantes do setor elétrico local e pelos entes privados.

A preparação para os eventos de encontro com o COI, que se intensificaram durante o primeiro semestre, também foi promovida com participação importante da APO, que visou apresentar, nos “*Venue Integration Group*” (VIG) mensais, as informações mais atuais dos projetos, de forma consolidada e distinta nas responsabilidades para evidenciar as intersecções entre ações específicas do setor elétrico e as de responsabilidade do proprietário da instalação, garantindo assim o pleno atendimento para os eventos-teste e para o período dos Jogos.

Dada a proximidade do Evento Olímpico e a conjuntura de fatos envolvendo o atendimento a importantes instalações como a Vila dos Atletas e a Região de Deodoro, atendendo ao pedido do COI e do Comitê Rio2016, responsável pela operação das instalações para os Jogos, a APO iniciou modelo de atuação local para colaborar no entendimento das necessidades dos executores e auxiliar na agilidade de entregas pontuais de soluções técnicas de suprimento de energia elétrica das instalações.

Também demandou atenção especial o acompanhamento dos trabalhos da Light, concessionária de energia elétrica, no atendimento ao acréscimo de demanda para as instalações de competição da Região de Deodoro, aprovado no último trimestre de 2015, constando da execução de mais duas linhas de 13,8 kV oriundas das SEs Guadalupe e Padre Miguel e ajustes necessários na infraestrutura de suprimento de energia do Estádio Olímpico para atender aos requisitos do COI. De forma específica, a APO empenhou esforços no atendimento de requisitos do COI sobre a construção da infraestrutura adicional para a Região de Deodoro que viabilizou, com sua autorização, redução de obras e prazo de execução, permitindo assim, a entrega nas datas compromissadas.

Para aprimoramento dos processos e, principalmente, entender e constatar a situação das instalações de energia elétrica, a APO acompanhou e participou dos eventos-testes, bem como acompanhou a implementação de “modus operandi” simplificados e efetivos para a operação dos serviços. Complementarmente, acompanhou a execução do planejamento de ajustes das instalações do sistema elétrico de alta e média tensão que direta ou indiretamente garantiram a disponibilidade do setor elétrico durante os Jogos.



Em face da evolução dos projetos olímpicos, esta Autarquia empenhou esforços adicionais para acompanhamento da entrega das instalações olímpicas para, em consonância com o Governo Federal e o Comitê Rio 2016, entes responsáveis pela implementação de energia temporária, buscar o sincronismo das ações de energia e garantir o suprimento de energia em todas as nuances durante os Jogos.

Atendendo ao pedido do COI, a APO implementou novo modelo de acompanhamento das entregas de suprimento de energia que incorpora o monitoramento de todas as ações necessárias e que possui troca de ator de execução dos trabalhos do setor elétrico, das instalações olímpicas e do suprimento de energia temporária. A pedido do MME (Ministério de Minas e Energia), o Cepel (Centro de Pesquisas de Energia Elétrica) e a APO desenvolveram um trabalho de coordenação e seletividade das proteções elétricas das instalações olímpicas, com participação do COI, Rio 2016, Secpar (Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas), Riourbe (Empresa Municipal de Urbanização) e projetistas das arenas. O relatório final foi entregue ao MME e as recomendações foram implantadas nas instalações.

Quando demandada, para esclarecimento das necessidades e ações específicas dos entes no suprimento de energia, a APO forneceu as informações solicitadas pelos órgãos de controle.

Telecomunicações

Conforme definição do GEOLimpíadas, a partir de março de 2015, a coordenação do GT Telecomunicações (GT-Telecom) ficou sob responsabilidade do Ministério das Comunicações. Assim, em continuidade aos trabalhos de integração e interlocução entre os entes para disponibilização dos serviços de telecomunicação, a APO participou de diversas reuniões ao longo do primeiro semestre de 2016, para monitoramento das questões relacionadas a telecomunicações nos Jogos. Entre as principais atividades do período, destacamos as seguintes:

1. Monitoramento da atuação da ANATEL, agência reguladora do setor, na gestão do espectro eletromagnético, quanto aos seguintes aspectos:

- A ANATEL recebeu, até o início do 2º trimestre de 2016, cerca de 30 mil pedidos de uso do espectro para os Jogos, os quais vêm sendo concedidos conforme previsto e a contento;

- O processo mais crítico é a etiquetagem dos equipamentos que serão utilizados durante os Jogos, devido à elevada quantidade e prazo para execução – preferencialmente deve ocorrer antes que os equipamentos entrem nas venues e sejam destinados aos operadores;



- Acompanhamento da atuação da ANATEL e demais entes da governança dos Jogos na garantia da qualidade de sinal de telefonia móvel nas cidades onde ocorrerão as competições, para atendimento aos expectadores dos Jogos.

2. Avaliação da disponibilidade de serviços das operadoras de telefonia, inclusive da operadora patrocinadora oficial dos Jogos, responsável pelo provimento dos serviços específicos para a Família Olímpica, em que a APO promoveu a interlocução com os proprietários das instalações, a exemplo o Exército, para liberação da execução de nova rodada de avaliação (*drive test*) por parte da ANATEL, a partir de 17/maio/2016 na Região de Deodoro para checar a disponibilidade/qualidade em atendimento ao que determina a regulamentação;

3. Sinal móvel nas rotas de competição: é importante para garantir a qualidade do sinal para os espectadores em geral. Acompanhou-se o exercício da competência de fiscalização dos parâmetros de qualidade nas reuniões periódicas para acompanhamento das questões de telecomunicações coordenadas pelo Comitê Rio2016.

4. O Comitê Olímpico Internacional manifestou ao Comitê Rio 2016 a necessidade de monitoramento mais efetivo da implementação dos projetos de melhorias da infraestrutura das operadoras não patrocinadoras dos Jogos nas *venues* e a APO atuou auxiliando o GT Telecom a estabelecer um fluxo de acompanhamento periódico, que teve início em 1º de junho/16, conforme acordado com o Comitê Rio2016 e a ANATEL.

5. Acompanhamento da atuação do Comitê Rio 2016, responsável pelo provimento dos serviços de telecomunicação específicos para os Jogos Rio 2016, exclusivamente para a Família Olímpica.

6. Pendências contratuais do Consórcio Maracanã (cobrança de contas antigas) e instalação de infraestrutura de telefonia para atendimento dos espectadores nos Jogos nas instalações do Estádio do Maracanã e Maracanãzinho, onde a APO auxiliou na interlocução com o Governo do Estado do RJ, as operadoras de telefonia e o Comitê Rio2016. A solução adotada foi a implementação de projeto de legado de forma antecipada para uso durante os Jogos Rio 2016, sem cobrança de aluguel de uso dos espaços para os equipamentos das operadoras de telefonia durante os Jogos.

7. Instalação de Infraestrutura das operadoras de telefonia no Metrô – Linhas 1, 2 e 4: após interlocução por parte da APO com o Governo do Estado do RJ, houve acordo entre o Metrô e as operadoras de telefonia.



8. Passagem de cabo do *backbone* olímpico no Túnel da Grota Funda: pendência (licença da Prefeitura) já resolvida com participação da APO na atuação junto à SECONSERVA, responsável pelo fornecimento da licença, propiciando acordo entre Embratel e a Prefeitura para passagem de cabos que compõem o Backbone Olímpico.

9. Checagem da disponibilidade de sinal Wi-Fi nos Ônibus da Família Olímpica: em reunião com participação da APO, foi definido que o COI, o Comitê Rio 2016 e a operadora oficial agendarão *drive test* 60 dias antes dos Jogos para testar o sinal de wi-fi nos ônibus que transportarão a Família Olímpica a partir do aeroporto. Comitê Rio 2016 ficou responsável pela logística

10. A APO atuou, ainda, a pedido do COI, na interlocução com a Prefeitura para concessão de licenças para instalação de antenas em rotas da cidade, pela SECONSERVA, para agilizar a implementação e entrega da infraestrutura.

Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Distribuição de Gás

Frente à evolução dos trabalhos de implementação de infraestrutura das concessionárias de serviços públicos, ocorreu a finalização do planejamento e iniciou-se o planejamento de operação individualizada para atendimento das instalações olímpicas durante os Jogos.

Assim, o Comitê de Coordenação – ComCoord, em fevereiro de 2015, deliberou o encerramento formal das atividades de alguns dos Grupos de Trabalho criados para encaminhamento de assuntos olímpicos, tendo em vista o novo momento olímpico – entrega das infraestruturas. O GT Concessionárias, cuja coordenação era de responsabilidade da APO, foi um dos grupos eleito a ser extinto. Para a formalização do encerramento, entre fevereiro e março/2016 efetuou-se levantamento do histórico das atividades do Grupo e reunião de encerramento com os representantes dos entes participantes que gerou o Relatório de Encerramento do Grupo de Trabalho Concessionárias, em abril/2016.

Ainda que o GT tenha sido extinto, a disponibilização da infraestrutura dos serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água e gás encanado das instalações olímpicas continuaram sob monitoramento e acompanhamento da APO, além da participação na execução dos planos de operação dos serviços públicos nos Jogos.

Nesta etapa, as necessidades de serviços de saneamento e distribuição de gás se concentraram no atendimento aos hotéis dedicados à Família Olímpica, de responsabilidade do



Comitê Rio2016, que ocorre através de contratação privada, mas foi dedicada atenção pela APO devido a interlocução com as concessionárias de serviços públicos.

Devido às necessidades específicas das instalações olímpicas de responsabilidade do Governo Municipal e do Comitê Rio 2016, um fórum exclusivo para acompanhamento das obras da CEDAE foi criado no último trimestre de 2015 e contou desde então com participação da APO. As obras críticas foram especialmente o esgotamento sanitário do Eixo Olímpico e abastecimento de água da Vila Carioca, para atendimento da Força Nacional de Segurança.

Finalmente, em consonância com o planejamento da operação dos Jogos sob coordenação do Comitê Rio2016, houve o tratamento da necessidade das concessionárias dos serviços públicos em acessar áreas de trânsito nas proximidades das instalações olímpicas, atendendo ao pedido do MOC – Main Operation Center – fórum de planejamento e execução operacional. Diante dessa necessidade, a APO, em parceria com a Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, levantou as demandas de operação das concessionárias de serviços públicos, operadoras de telefonia nas áreas do entorno das instalações olímpicas inclusive para atendimento regulatório aos residentes ou comerciários dessas áreas, para atendimento em caso de demanda, de qualquer cidadão. Assim, iniciou-se processo de interlocução com a Prefeitura e o Comitê Rio2016 para agilizar as permissões de acesso para atendimento emergencial durante os Jogos Rio2016.

Mobilidade

Antes de descrever as atividades realizadas no primeiro semestre de 2016, cabe relatar brevemente o histórico do tema. Durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, a cidade recebe um grande número de turistas, espectadores, profissionais de mídia, prestadores de serviços de diversas áreas, além das famílias olímpica e paraolímpica. Para que as operações dos Jogos sejam bem sucedidas e o impacto para a cidade seja o menor possível, faz-se necessário um planejamento exaustivo de mobilidade.

Para executar tal planejamento, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro contratou, no final de 2014, o Plano Operacional de Transporte e Tráfego para os Jogos Rio 2016. O estudo considera a infraestrutura de transporte público e viária existentes na cidade e os novos sistemas em construção para os Jogos, define a configuração de rotas e faixas olímpicas, planos de contingências, entre outros produtos. O desenvolvimento do Plano Operacional foi regularmente apresentado nas reuniões de monitoramento do COI – Transport Review, com propositura de



revisões e adequações necessárias. A APO participou dessas reuniões, cooperando, principalmente, na integração das questões afetas às operações aeroportuárias.

Especificamente no primeiro semestre de 2016, a APO promoveu diversas reuniões de trabalho entre os órgãos municipais (como a Secretaria de Transporte e a CET-Rio (Companhia de Engenharia de Tráfego), os aeroportos (Galeão e Santos Dumont) e o Comitê Rio 2016, para desenvolver o Plano de Mobilidade do entorno dos aeroportos, bem como para definir as competências concernentes à gestão do meio fio, sobrecarregado com a demanda dos clientes dos Jogos. Em maio de 2016, houve o último Transport Review, em que especialistas em mobilidade do COI propuseram a revisão de alguns produtos.

Nas Reuniões de Alinhamento do COR (Centro de Operações - Rio), coordenadas pela Empresa Olímpica Municipal, envolvendo os entes governamentais, concessionárias de serviço público, órgãos de segurança e defesa e o Comitê Rio 2016, a APO participou com o objetivo de acompanhar os assuntos de mobilidade da Família Olímpica e espectadores entre as zonas olímpicas, informações sobre os eventos-teste e o planejamento das operações da cidade para os Jogos. As questões operacionais dos aeroportos que impactam a cidade, sobretudo do Santos Dumont, foram tratadas neste fórum também.

Ainda neste semestre, foram entregues importantes obras de infraestrutura de transporte para atendimento da demanda dos Jogos: VLT (Veículo leve sobre Trilhos), duplicação do Elevado do Joá, vias expressas dos BRT's Transolímpico e Transoeste Trecho 'O', Metrô Linha 4 e a reforma das Estações Olímpicas.

Acessibilidade

Como compromisso da Candidatura Rio 2016, transversal a diversas áreas e que visa a cumprir, principalmente, os requerimentos técnicos do IPC e a legislação brasileira, o tema acessibilidade foi acompanhado pela APO por meio dos principais fóruns e projetos relacionados: Subcomitê de Acessibilidade do CTOE, Força tarefa de Aeroportos, Plano de Transporte e Tráfego para os Jogos Rio 2016. O foco está relacionado à consolidação das rotas acessíveis, cujos pontos mais relevantes são: a) infraestrutura de mobilidade existente e em desenvolvimento para os Jogos; b) instalações esportivas e c) caminho do espectador.

O planejamento das questões de acessibilidade no transporte público e nas rotas acessíveis foram acompanhados pela APO nos fóruns que tratam do Plano Operacional de Transporte e



Tráfego para os Jogos Rio 2016. Neste semestre, nas reuniões de monitoramento do COI e do IPC, a Prefeitura apresentou produtos desse plano afetos à acessibilidade.

Nos eventos teste realizados no 1º semestre do ano, a APO buscou verificar o atendimento aos requisitos de acessibilidade tanto na execução dos projetos das instalações de competição quanto nas operações planejadas para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Além disso, a APO participou das simulações de chegadas e partidas para testar a acessibilidade nos aeroportos do Rio de Janeiro, Galeão e Santos Dumont, e dos aeroportos das cidades do futebol. Também participou, em junho, dos seminários sobre Planos de Contingência para atendimento aos PNAE durante os Jogos Rio 2016”, uma parceria entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania.

Chegadas e Partidas

As atividades concernentes a Aeroportos e Chegadas e Partidas foram tratadas, principalmente, no âmbito do Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE), da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), e conduzidas pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

A APO participou, no primeiro semestre, de 8 (oito) de reuniões ordinárias sobre Chegadas e Partidas em aeroportos, além de 7 (sete) reuniões extraordinárias. O CTOE reúne um grupo técnico setorial com os responsáveis pela realização dos compromissos assumidos. Participam, além dos diversos órgãos públicos ligados aos aeroportos, as autoridades aeroportuárias, a APO Olímpica e representantes do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.

Como resultado das reuniões do CTOE, houve a confecção do Manual de Planejamento do Setor de Aviação Civil – Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, que define normas, procedimentos e fluxos de gestão e operação para áreas como segurança e defesa, recursos humanos e treinamento, melhorias de conforto, acessibilidade, gerenciamento de infraestrutura e capacidade nos principais aeroportos das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Confins, Brasília, Salvador e Manaus. Colaborando na elaboração do referido manual, a APO contribuiu na integração e na interlocução com as autoridades e representantes da aviação (civil e militar). Com a presença do Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o Manual de Planejamento foi



oficialmente divulgado no dia 29 de junho, em solenidade realizada nas dependências do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA.

Para a partida dos atletas dos Jogos, foi planejado o evento chamado “Check In Remoto”, realizado na Vila Olímpica. Esse evento, coordenado junto ao CTOE, visa facilitar o embarque dos atletas no Aeroporto do Galeão, pois chegarão ao local somente com suas bagagens de mão e o cartão de embarque já impresso. O processo de Check In Remoto é composto de:

- Atendimento em quiosque de autoatendimento (Vila Olímpica);
- Área de armazenagem de equipamentos esportivos e bagagens (V.O.);
- Transporte com escolta de equipamentos esportivos e bagagens (Correios);
- Armazenamento de bagagens e equipamentos esportivos (aeroporto);
- Conferência de passaportes e documentação (aeroporto).

Aeroportos

As necessidades de integração da área aeroportuária também são discutidos, em nível mais elevado, em reunião mensal, na Casa Civil da Presidência da República, denominada “Força Tarefa Aeroportos”.

Com relação à modernização do aeroporto do Galeão, todas as reformas passaram a ser realizadas exclusivamente pela Concessionária RIOgaleão. A obra principal que é o Pier Sul, uma extensão do Terminal 2, foi concluída no dia 19 de maio.

No aeroporto de Confins, todas as obras passaram a ser realizadas, unicamente, pela Concessionária BH Airport.

Nos aeroportos de Brasília (Concessionária INFRAMÉRICA) e Guarulhos (Concessionária GRU Airport), as obras de grande porte mais importantes já foram concluídas.

Com relação à INFRAERO, as obras de modernização dos aeroportos Santos Dumont e Manaus estão concluídas. As do aeroporto de Salvador estão em ritmo lento, mas não comprometerão o evento.

No primeiro semestre de 2016, de se destacar as seguintes articulações:

- Na 65ª Reunião do CTOE, realizada em 15 de março de 2016, foi solicitado que a APO atuasse junto ao Estado/Município para garantir a segurança no entorno do Aeroporto Santos Dumont e a oferta de transporte público no período noturno/madrugada para atendimento aos funcionários no SDU;



- Tendo em vista as dificuldades para o estacionamento dos veículos do Comitê Rio 2016 que atenderão às autoridades que chegarem no Aeroporto Santos Dumont, foi realizada uma reunião entre a INFRAERO, Comitê Rio 2016 e APO. O Comitê consultou sobre a possibilidade de a Força Aérea ceder 7 (sete) vagas para os seus veículos dentro das dependências do III Comando Aéreo Regional. Fizemos o documento àquela Organização Militar formalizando o pedido e a resposta foi positiva ao pleito.

Porto do Rio de Janeiro

O Grupo de Trabalho Porto, constituído por representantes do Ministério do Esporte, Marinha do Brasil, Secretaria de Portos, Receita Federal, ANVISA, Companhia Docas RJ, Píer Mauá e Comitê Rio 2016, além da APO, tratou das questões que pudessem impactar sobre o acolhimento dos navios de cruzeiros que irão operar como hotéis flutuantes até 06 de abril de 2016, quando foi encerrado por entender que as questões que perduravam deveriam ser tratadas em encontros bilaterais e não mais com a presença de tantos atores que o compunham. Os principais aspectos definidos foram: implantação de infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário para os navios; sistemática de reabastecimento de combustível; adequação do armazém 4 para operar como terminal de passageiros; adequação do armazém 5 para operar como terminal de bagagens; demolição do anexo aos armazéns 4/5, criando-se um acesso viário para fluxo logístico; definição do processo de retirada de resíduos sólidos; definição da melhor posição de atracação para os navios de cruzeiros e mega iates.

Eventos-Teste

Dando prosseguimento ao Programa de Eventos-teste, constituído por 44 eventos, foram realizados, em 2016, os seguintes eventos: basquetebol, halterofilismo, luta olímpica, saltos ornamentais, taekwondo, rugby em cadeiras de rodas, marcha atlética, nado sincronizado, rugby, judô, golfe, pentatlo moderno, levantamento de peso, tiro esportivo, natação, ginástica, natação paralímpica, esgrima, polo aquático, handebol, goalball, atletismo, e atletismo paralímpico. O programa foi de grande valia dentro do processo de preparação para os Jogos, visto que se testou, em diferentes níveis de avaliação, todas as áreas funcionais que estarão em operação dentro das venues. Outro aspecto a se destacar foi o fato de se possibilitar aos parceiros de governo (federal,



estadual e municipal) testar as operações da cidade, principalmente as relacionadas à mobilidade, energia e segurança.

Com a proximidade dos Jogos, iniciou-se também o Planejamento Operacional para os Jogos, denominado VOP (Planning Operational Venue). Conforme dito pelo nome, os planejamentos não seguiram a lógica da modalidade esportiva, mas sim foram voltados para a lógica da *venue* (todas as modalidades que ocorrerão naquela instalação).

Região: Barra

No Parque Olímpico da Barra ~~serão~~ foram concentradas importantes instalações esportivas, cujas obras estão sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio. Durante o 1º semestre de 2016, as obras e o planejamento das operações e serviços transcorreram conforme o relatado abaixo.

ARENA CARIOCA 1

A Arena Carioca 1 é uma instalação permanente, com capacidade para 16.000 assentos, construída pela Prefeitura por meio de Parceria Público Privada, que durante os Jogos Olímpicos abrigará o Basquetebol e nos Jogos Paraolímpicos os esportes Basquetebol e Rugby em Cadeiras de Rodas. A instalação está concluída e foi testada com sucesso, por meio dos eventos-teste de Basquete Feminino, Halterofilismo, Luta Olímpica feminina, Taekwondo, Rugby em Cadeiras de Rodas, Judô e Levantamento de Peso, que ocorreram entre janeiro e abril de 2016.

Nos eventos-teste, o ar condicionado foi alimentado por energia temporária fornecida por eletrocentro (subestação móvel) locado, o que ocorrerá também durante os Jogos. Em junho, houve um ensaio técnico das patrocinadoras dos Jogos Rio 2016 nas etapas da fase classificatória da Liga Mundial (masculino) e do Grand Prix (feminino) de vôlei.

De acordo com o Estudo Preliminar do Plano de Legado – Arenas Cariocas, lançado pela Empresa Olímpica Municipal – EOM, após os Jogos, a Arena Carioca 1 sofrerá retrofit e acomodará o Ginásio Experimental Olímpico (GEO) para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental do Município e terá somente 7.500 assentos. O sistema de ar condicionado da área de jogo e arquibancadas e a central de água gelada serão retirados e as salas de aula devem receber aparelhos tipo Split.



ARENA CARIOCA 2

É uma instalação permanente, com capacidade para 10.000 assentos, construída pela Prefeitura por meio de Parceria Público Privada, que durante os Jogos Olímpicos abrigouará o Judô e Luta Olímpica, Luta livre e Luta Greco-Romana e nos Jogos Paraolímpicos a Bocha. Última das Arenas a ser entregue, foi concluída em abril de 2016, sendo inaugurada em 16/05/2016. O ar condicionado foi adquirido posteriormente com recursos do Governo Federal. Foi testada pelo Comitê Rio 2016 num jogo de Basquete local, ocorrido em final de maio de 2016.

De acordo com o Estudo Preliminar do Plano de Legado – Arenas Cariocas, lançado pela Empresa Olímpica Municipal – EOM, após os Jogos a Arena Carioca 2 será reformada e acomodará o Centro de Treinamento de Alto Rendimento. No modo Legado, os assentos temporários serão retirados. A arena comportará, em treinamento, aproximadamente 1.000 atletas em capacidade máxima. O Time Brasil treinará no local e terá a Loja do Esporte, que servirá como repositório de equipamentos de alta performance para atletas e também como comércio para o público que procura equipamentos profissionais mais avançados. O sistema de ar condicionado da área de jogo e arquibancadas poderá ser reduzido.

ARENA CARIOCA 3

Instalação permanente, construída pela Prefeitura por meio de Parceria Público Privada, tem capacidade para 10.000 assentos. Nos Jogos abrigouará os esportes Esgrima e Taekwondo e nos Jogos Paralímpicos o Judô Paralímpico.

A Instalação foi concluída no 1º trimestre de 2016 e sediou o evento-teste de esgrima em abril de 2016. As pistas “campo de jogo” para a esgrima foram instaladas contendo um sistema inovador de marcação de pontos que foi testado e bastante elogiado, e permanecerão para Games Time.

O sistema de ar condicionado segue o mesmo padrão das demais Arenas Cariocas.

De acordo com o Estudo Preliminar do Plano de Legado: Arenas Cariocas, lançado pela Empresa Olímpica Municipal – EOM, a Arena Carioca 3 permanecerá como arena multiuso podendo ser operada como um único e grande Hall ou sediando diversos eventos, como campeonatos esportivos como basquete.



No térreo, está prevista uma academia de Alto Rendimento, um centro médico de reabilitação com massoterapia, fisioterapia, área de reabilitação e condicionamento, tanque e banheiras de frio imersão e área de treinamento de, vôlei, futsal e handebol e até mesmo feiras e exposições, gerando receita para o complexo.

ARENA DO FUTURO

A instalação foi concluída em novembro de 2015 e foi sede dos eventos-teste, em maio de 2016, de Handebol olímpico, tendo depois sua quadra transformada para o evento paraolímpico de Golbol, onde teve demonstrada sua capacidade de transformação.

De acordo com o Estudo Preliminar do Plano de Legado – Arenas Cariocas, lançado pela Empresa Olímpica Municipal – EOM, após os Jogos a Arena será totalmente desmontada e, como legado, transformar-se-á em quatro colégios da rede pública do Município.

CENTRO AQUÁTICO MARIA LENK

As obras necessárias para os Jogos restaram concluídas. Foram realizados eventos-teste de Saltos Ornamentais (19 a 24/02/2016) e de Nado Sincronizado (02 a 06/03/2016). A piscina de aquecimento, durante os eventos-teste, estava concluída e abastecida, mas não aquecida. Dry diving concluído, utilizado e aprovado pela FINA. Plataforma de saltos parcialmente reformada e aprovada pela FINA com restrições.

Durante os eventos-teste foram identificadas algumas áreas críticas de energia, que foram ligadas em geradores, porém não aguentaram a demanda, causando apagões e interrupções nas competições. A busca de solução para a resolução do problema de energia naquela instalação foi monitorada pela APO, sendo adotada a solução de suprir a subestação da Venue com energia da subestação.

CENTRO OLÍMPICO DE ESPORTES AQUÁTICOS

O Centro Olímpico de Esportes Aquáticos é uma instalação construída para uso temporário com capacidade para 18.000 espectadores. Receberá as competições de natação olímpica e paraolímpica e a fase final de polo aquático. Ao final dos Jogos, o Centro será desmontado e



remontado em outro local. As tendas - overlays - para os Jogos foram ~~estão sendo~~ montadas e a cobertura da piscina externa de aquecimento foi ~~está~~ concluída.

Os eventos-este foram executados de 15 a 28/04, com obras em andamento.

As tendas - overlays - para os Jogos foram montadas e a cobertura da piscina externa de aquecimento concluída.

VELÓDROMO

Construção de instalação nova com capacidade para 5.000 espectadores, para os esportes de ciclismo, ciclismo de pista, paraciclismo e paraciclismo de pista. Ficou como um dos principais legados dos Jogos Olímpicos.

O fechamento do Velódromo pela Segurança dos Jogos foi realizado em 21 de julho de 2016, data que marcou necessariamente o final da obra.

Até o final do 1º semestre de 2016, a obra atingiu o percentual de mais de 95%, com a conclusão até no final de julho.

Foi realizado, nos dias 25 e 26 de junho, um teste de pista, acompanhado pela APO, com equipes nacionais e estrangeiras, sendo a pista aprovada por todas as equipes presentes.

CENTRO OLÍMPICO DE TÊNIS

O Centro Olímpico de Tênis recebeu os jogos de tênis, tênis em cadeira de rodas e futebol de 5. A capacidade no modo Jogos é de 19.750 espectadores, enquanto que no modo legado será de 11.250 espectadores.

Obra executada pela Prefeitura do Rio. A data de finalização, prevista inicialmente para agosto de 2015, foi remarcada para o primeiro semestre de 2016.

Após a realização do evento-teste em dezembro de 2015, que marcou a abertura do Parque Olímpico da Barra, a obra foi paralisada. Em janeiro de 2016, a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu rescindir o contrato com o consórcio construtor. Em março de 2016, outra empresa foi contratada em caráter emergencial e a estabeleceu nova previsão de conclusão da obra para junho de 2016, o que não se confirmou. Os trabalhos de conclusão das obras da arena principal e das quadras externas, bem como a instalação dos equipamentos de apoio as competições, energia, telecomunicações e TI, tiveram nova previsão para 20 de julho.



ARENA RIO

Esta instalação receberá as competições de ginástica durante os Jogos Rio 2016, estando em operação desde 2007, quando recebeu os Jogos Pan-Americanos. A Prefeitura do Rio de Janeiro é a proprietária da instalação, que a repassou em regime de concessão para exploração da empresa GL Events. Durante o primeiro semestre de 2016, a concessionária atuou na construção das duas novas rampas externas de acesso ao público, assim como a infraestrutura que vai abrigar as instalações temporárias da arena.

O evento-teste da Ginástica ocorreu entre 16 e 22 de abril de 2016. O fornecimento de energia foi feito com geradores que garantiam a primeira e a segunda alimentação e a Light, a terceira alimentação. Para atender aos requisitos do COI, é necessária a instalação de uma subestação blindada na venue que receberá as duas alimentações da Subestação Olímpica. Segundo o GT de Energia, coordenado pela APO, a blindada já foi alugada pela GL Events.

CAMPO OLÍMPICO DE GOLFE

Construído para o torneio Rio 2016, o campo tem 18 buracos e paisagismo de vegetação nativa da região – fruto de um projeto de recuperação ambiental. O Campo Olímpico foi construído integralmente com recursos privados, no valor de R\$ 60 milhões, e desenhado pelo arquiteto norte-americano Gil Hanse. Com capacidade para 15 mil torcedores durante os Jogos Olímpicos, a área de competição tem dois lagos artificiais e bancas de areia entre os obstáculos. Depois de sediar as provas nos Jogos de 2016, tornar-se-á um campo público por 20 anos, administrado pela Confederação Brasileira de Golfe. Tem 970 mil metros quadrados.

A Instalação encontra-se pronta. O Campo Olímpico foi entregue para a Confederação Brasileira de Golfe (CBG) para a gestão por 10 anos. Entre os dias 7 a 9 de março 2016, aconteceu o evento-teste de golfe, que foi considerado positivo, com destaque para o campo pelos atletas e pela Federação Internacional de Golfe, que acontecerá antes do início dos jogos. A APO acompanhou a organização e operação do evento-teste, que contou com 111 voluntários do Rio 2016, além de 55 funcionários.

A APO trabalhou no primeiro semestre de 2016 em reuniões com o governo municipal e Rio 2016, tendo como um dos objetivos acompanhar o processo de homologação do campo pela Federação Internacional de Golfe. Promoveu visitas periódicas ao campo, fez contato direto com os gerentes do campo para acompanhar os marcos do calendário previsto para a entrega final,



além de estar presente nas reuniões gerais com todos os agentes envolvidos nas Olimpíadas (Venue Integration Group - VIG, entre outras).

VILA OLÍMPICA

Vizinha ao Parque Olímpico da Barra, localizada na Avenida Salvador Allende, no Recreio dos Bandeirantes, a Vila Olímpica foi a casa de aproximadamente 17.950 pessoas, dentre atletas e equipes técnicas. O empreendimento tem uma área total de 200 mil metros quadrados, construído com recurso privado de aproximadamente R\$ 2,909 bilhões (financiamento da Caixa Econômica Federal). Conta com 3.604 apartamentos, distribuídos em 7 condomínios, com 31 torres de 17 andares cada uma. Durante os Jogos Paraolímpicos, a Vila contou com 21 prédios e cinco condomínios. Os atletas tiveram 800 apartamentos com acessibilidade e mais de oito mil camas. A maior distância para o restaurante principal da Vila foi de 800 metros. Após as Olimpíadas e Paralimpíadas, será um condomínio residencial privado.

Com o intuito de acompanhar a execução das obras da Vila Olímpica, a APO participou de reuniões com a Casa Civil da Presidência da República e com os entes consorciados, além do Comitê Rio2016, com o propósito de integrar as ações com as diversas esferas de governos – Federal, Estadual e Municipal, para as questões relacionadas à entrega da instalação para os Jogos Olímpicos.

Dia 15 de junho, com a presença da Prefeitura do Rio de Janeiro, houve a inauguração da Vila Olímpica em cerimônia de entrega da chave para o presidente do COI. Após, iniciaram-se procedimentos de varredura de segurança, testes dos equipamentos instalados e comissionamento, com finalização da energia para 10 de julho de 2016.

A área de overlay tem as obras de estruturas em andamento com trabalhos em 3 turnos para se atingir o prazo da conclusão. A carga de energia extra solicitada pelo Rio 2016 para o Main Dinning (restaurante principal) foi fornecida por geradores.

A operação da Elevatória Oloff Palm (localizada na Salvador Allende) que atende a Vila Olímpica esteve em fase de testes. Para suprimento definitivo de água – Reservatório do Outeiro, foi concluída toda a linha de abastecimento até a Ilha Pura, incluindo a adução para abastecimento do reservatório do Outeiro, uma vez que a desinfecção da rede e trâmites burocráticos foram finalizados.



COMPLEXO DE MÍDIA – IBC, MPC E HOTEL

O Complexo de Mídia, que recebeu os profissionais de imprensa durante os Jogos e proveu a estrutura necessária para as transmissões e trabalho de cobertura dos eventos, tem 145 mil metros quadrados de área. O IBC foi entregue em 08 de novembro de 2015 ao Comitê Rio 2016, para a instalação das estruturas de transmissão dos eventos. Em maio, as emissoras de TV de todo o mundo começaram a montagem de suas estruturas. Segundo o Comitê Rio 2016, 95 emissoras internacionais de televisão estarão no IBC. Estima-se que, a cada dia, 10 mil profissionais de mídia circulem pelo Complexo de Mídia, com pico estimado de 15 mil pessoas no local em um dia. Para atender à demanda dos jornalistas durante a Olimpíada, o MPC, que foi entregue ao Comitê Rio 2016 em 11 de abril de 2016, terá uma configuração própria durante os Jogos. Dos 17 andares de escritórios, oito serão utilizados durante os Jogos Olímpicos. O pavimento térreo será utilizado como área de logística do Comitê Rio 2016, recepção e cadastramento. Um pavimento de garagem elevada, com em 7.530 m² de área, foi totalmente adaptado para funcionar como Main Floor, que abrigou 800 estações de trabalho de uso coletivo para os jornalistas credenciados. O pavimento de uso comum compreendeu a área de convivência e alimentação. As agências mundiais de imprensa ocuparam os espaços de escritórios, do 1º ao 8º pavimento, correspondendo ao que seriam 391 salas comerciais no seu Modo Legado. As obras de overlay, que incluem o *conference Center* foram concluídas para os jogos.

A APO, durante o 1º. Semestre de 2016 acompanhou, em conjunto com os demais entes e parceiros da sua área de atuação, o andamento das obras civis do Parque Olímpico, relativas aos prédios do Complexo de Mídia (IBC, MPC e hotel) e o domínio comum, incluindo visitas ao canteiro de obras.

A APO realizou visitas de acompanhamento ao Centro Internacional de Transmissão (International Broadcasting Center – IBC) nos dias 17 de fevereiro, 16 de março e 15 de junho, e participou das consecutivas mesas periódicas de decisão, como a referente a questão do baixo desempenho acústico nos compartimentos repassados para a responsabilidade do Rio 2016. Durante o 10º CoCom a Prefeitura se comprometeu a realizar os testes e a remediação acústica.

A obra do IBC foi concluída com a Olympic Broadcasting Services (OBS) em operação com todos os estúdios de transmissão de imagens prontos. Existem poucas pendências sendo tratadas e as obras de overlay estão em fase final de execução e dentro do cronograma. Em relação à



segurança, o prédio teve o perímetro cercado pela empresa de segurança contratada pelo Rio 2016.

A obra do Hotel de Mídia foi concluída. As obras das estruturas de concreto dos núcleos dos elevadores, laje do térreo, mezaninos e dos 20 pavimentos foram concluídas. Os bombeiros deram licença de habite-se para 404 quartos em 05/05/2016.

PARQUE DOS ATLETAS

O Parque dos Atletas, situado a 300 metros da Vila Olímpica, na região da Barra, tem aproximadamente 123.000², localizado às margens da lagoa de Jacarepaguá. O local foi ocupado com construções em overlay, com equipamentos para treinamento dos atletas que participaram das competições e que estiveram hospedados na Vila.

O Parque dos Atletas, após as Olimpíadas, teve o seu espaço devolvido para a Prefeitura para o devido uso da população (como é atualmente).

RIOCENTRO

O Riocentro – o principal centro de exposições e convenções da cidade do Rio de Janeiro, recebeu, nos seus quatro pavilhões, competições dos Jogos Rio 2016: o Pavilhão 2 sediou o levantamento de peso (olímpico) e o halterofilismo (paralímpico); o Pavilhão 3 vai receber o tênis de mesa olímpico e paralímpico; e o Pavilhão 4 foi o palco do badminton. O Pavilhão 6 foi construído para os Jogos Rio 2016 e passou a fazer parte do Complexo do Riocentro. Com alteração da concessão do Riocentro, houve a construção deste último pavilhão, tendo, a concessionária, arcado com o custo dessa nova estrutura, que tem 7,5 mil metros quadrados e contará com nove mil lugares em arquibancadas provisórias para o evento. Este Pavilhão foi a sede das competições de boxe na Olimpíada e do vôlei sentado nos Jogos Paralímpicos, e foi entregue ao Comitê Organizador Rio 2016 no dia 11 de maio de 2016. Após os Jogos, o espaço será transformado em um anfiteatro permanente, com capacidade para 5,5 mil lugares, podendo chegar a 10 mil pessoas. Na visita realizada pela APO em 11 de maio de 2016, verificou-se que as obras de overlay encontram-se em fase de execução e dentro do prazo estabelecido no cronograma.

A APO, além de acompanhar todos os eventos-teste do fim do ano passado no conjunto de pavilhões (badminton, bocha, tênis de mesa e boxe), participou, no primeiro semestre de 2016,



das reuniões de acompanhamento com o governo municipal, Rio 2016 e outros agentes envolvidos.

DOMÍNIO COMUM DO PARQUE OLÍMPICO

O Domínio Comum do Parque é composto por infraestrutura viária primária na área do Parque Olímpico, estradas, controle de tráfego e sua interface com eixos secundários, áreas de estacionamento, pavimentação, cobertura vegetal da arena, estacionamento, áreas de acesso e mobiliário urbano, paisagismo e preparação das áreas para sobreposição.

As obras de infraestrutura de redes de serviços públicos seguiram dentro do planejamento inicial. Foram concluídas as redes de água e esgotamento sanitário. Foi assinado o contrato para o fornecimento e instalação do cabeamento de média tensão reserva para o Parque Olímpico, instalação já concluída. O “LiveSite” foi inaugurado, estando pronto para a realização dos eventos e shows programados.

Os projetos para o sistema de segurança do Parque ficaram sob a responsabilidade dos Ministérios da Justiça e da Defesa, que assumiram a segurança das instalações em 05 Jul/16. Até esta data, o Comitê Rio 2016 contou com segurança privada. A Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos (SESGE/MJ) lançou o edital para e contratou as empresas que realizaram o planejamento do sistema eletrônico de segurança do Parque Olímpico.

A previsão é de que, durante os Jogos, o local receba, diariamente, um público de aproximadamente 120 mil pessoas.

Pode-se destacar também o acompanhamento da APO nos diversos eventos-teste realizados no Parque Olímpico no primeiro semestre, participando das reuniões de planejamento do Comitê Rio 2016, juntamente com os órgãos públicos diretamente envolvidos, tais como COR, CETRIO, Corpo de Bombeiros, etc.

Região: Copacabana

No primeiro semestre de 2016, a APO acompanhou as ações referentes à macrorregião de Copacabana e manteve representantes nos fóruns de discussões da Arena de Copacabana, da Lagoa Rodrigo de Freitas, da Marina da Glória, do Forte de Copacabana e do Pontal.



Neste período, o foco do acompanhamento tornou-se cada vez mais voltado à integração e ao auxílio dos parceiros públicos e privados nas questões relacionadas à operação dos Jogos propriamente dita. Participaram desses encontros tanto os agentes responsáveis por algumas intervenções finais para os Jogos, especificamente o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura Municipal – por meio da concessionária responsável pela Marina da Glória – e o Comitê Rio 2016 – que também responde pela operação dos Jogos – quanto os órgãos responsáveis pela observância dos devidos requisitos ambientais, legais e esportivos.

ESTÁDIO DE REMO DA LAGOA

O Estádio da Lagoa Rodrigo de Freitas sediou as competições de canoagem de velocidade e remo olímpicos e paraolímpicos. Para se tornar apto a receber os Jogos num dos mais conhecidos cartões postais do Rio de Janeiro, o estádio recebeu uma série de reformas.

Durante o último semestre, as ações no Estádio de Remo da Lagoa, que têm responsabilidade de execução dividida entre Governo do Estado e Comitê Rio 2016, foram adequadamente executadas. Destaca-se a retomada do bom ritmo de obras cujo escopo é de responsabilidade do Governo do Estado, com a entrega de todas as garagens de barco totalmente reformadas, bem como da nova torre de chegada e da nova subestação blindada de energia, e a conclusão, pela Prefeitura, das intervenções localizadas no Parque Radical.

As discussões relacionadas ao “Venue User Agreement” (VUA) avançaram em ritmo satisfatório, com a intermediação sobretudo do Governo do Estado junto aos atores pertinentes, atendendo a requisitos e condições estabelecidas pelo Comitê Rio 2016.

MARINA DA GLÓRIA

A Marina da Glória, que recebeu competições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, é um espaço totalmente reformado e revitalizado, que foi entregue à população carioca em abril de 2016. Durante as competições, o Comitê Rio 2016 utilizou a nova Marina para montar toda a estrutura operacional voltada à prática da vela, um dos esportes mais exigentes tanto em termos técnicos quanto esportivos e que já rendeu 17 medalhas ao Brasil.

No último semestre, foram concluídas todas as obras de infraestrutura relacionadas ao escopo principal de intervenções terrestres e aquáticas, com destaque para os novos píeres de atracação, que foram utilizados operacionalmente pelo Comitê durante o período de competições.



Apesar de decisão de segunda instância da Justiça Federal estabelecendo a desconstituição do contrato de concessão da Marina da Glória, as atividades relacionadas às entregas para os Jogos se mantiveram normalmente, sem qualquer comprometimento no cronograma de entrega, o que possibilitou a entrega da nova Marina à população, em abril.

Em relação às obras, a única questão relevante que ainda estava pendente foi equacionada, à medida que as obras para recuperação do molhe para contenção de eventuais ressacas foram concluídas com êxito. A APO teve um papel importante como facilitadora no processo de licenciamento necessário à execução dessas obras no molhe, promovendo encontros entre os responsáveis pelas obras – Prefeitura e concessionária da Marina – e a Marinha, responsável pela autorização final para a empreitada, por meio da Capitania dos Portos.

Em relação à qualidade da água na Baía de Guanabara, houve avanço nas ações realizadas pelo Governo do Estado, o que se destaca principalmente com a entrega do cinturão de galeria circundando a baía e desviando parte relevante da poluição recebida pelos afluentes para um caminho de tratamento até a zona Sul, em Ipanema.

Nessa área, também merece destaque o papel desempenhado pela APO na coordenação de reuniões voltadas ao fechamento do modelo de operações dos ecobarcos durante o período olímpico e paraolímpico, promovendo entendimentos entre o Governo do Estado, o INEA, a Polícia Federal e o Comitê Rio 2016.

FORTE DE COPACABANA

A região do Forte de Copacabana compreende, além do histórico forte militar, uma grande extensão de área pública até a altura da Rua Bolívar. As instalações operacionais da área serão todas em *overlay* e com capacidade para mais de 2 mil pessoas. Sediará as competições de triatlo, paratriatlo, maratona aquática e ciclismo de estrada. Além das competições, essa região abrigará um centro de mídia e uma das *megastores* dos Jogos.

Nesta região, o primeiro semestre de 2016 foi marcado pelos acertos das definições finais por parte do Comitê Rio 2016, especialmente em relação ao estabelecimento do cronograma com o fornecedor *turnkey*, entrega de pontos de energia e água, detalhamento operacional da área de segurança e assinatura de todos os VUAs.

Destaca-se o papel fundamental da APO na interlocução entre o Rio 2016 e o IPHAN, já que, por se tratar de área de competição localizada em meio a uma região considerada patrimônio



histórico da humanidade, houve a necessidade do acompanhamento por parte daquele instituto federal.

De forma a prevenir possíveis conflitos, a APO realizou reuniões orientando o Rio 2016 a apresentar suas operações em toda a região de Copacabana aos representantes do IPHAN, para que fossem resolvidos de antemão quaisquer problemas que pudessem impactar a realização dos Jogos. Os encontros foram exitosos, chegando até agora ao resultado esperado.

ARENA DE COPACABANA

A Arena de Vôlei de Praia está localizada na Praia de Copacabana, na altura da Av. Princesa Isabel, em um dos pontos turísticos mais conhecidos do mundo. A instalação foi temporária, toda em *overlay*, com capacidade para 12 mil pessoas. Ali foram realizadas as competições de vôlei de praia masculino e feminino, uma das mais longas do calendário olímpico, de 6 a 18 de agosto.

Na Arena de Copacabana, o semestre foi de adaptações no projeto original, com ênfase no reposicionamento da arena principal, no redesenho do perímetro de cercamento da *venue* e na contratação do fornecedor *turnkey*.

Houve o acompanhamento da APO em todas as fases de mudança do projeto, especialmente no teste da nova posição da arena, realizado no evento Rio Grand Slam organizado pela Fédération Internationale de Volleyball – FIVB e pela Confederação Brasileira de Voleibol, entre 8 e 13 de março de 2016.

Além disso, destaca-se ainda, assim como no Forte de Copacabana, a interlocução realizada pela APO junto ao Rio 2016 e IPHAN considerando o tombamento da região da praia de Copacabana.

PONTAL DO RECREIO

O Pontal, região à beira-mar localizada na Zona Oeste da cidade, é uma das regiões mais bonitas escolhidas para os Jogos. A instalação construída na área foi temporária, toda em *overlay*, concentrada na altura da Praça Tim Maia. Nessa localidade, foram disputadas as competições de ciclismo de estrada (modalidade contrarrelógio), marcha atlética e paraciclismo.

Na região, o período foi de significativas mudanças na preparação da *venue* para os Jogos. De acordo com o planejamento inicial, haveria a contratação de um fornecedor *turnkey* que seria responsável pela montagem e adaptação da região para receber os Jogos. Ocorre que tal



contratação foi descartada pelo Rio 2016, que optou pela contratação via *delivery partners*, ou seja, contratações avulsas para cada um dos serviços e estruturas necessários.

Tais contratações foram acompanhadas pela APO de forma a diminuir o risco de não entrega da instalação dentro dos padrões operacionais exigidos para o período dos Jogos.

Destaca-se ainda o acompanhamento do evento-teste de Marcha Atlética, realizado em 27 e 28 de fevereiro, na mesma região onde será praticada a prova nos Jogos. O evento ocorreu sem problemas relevantes e foi considerado um teste satisfatório.

MOBILIDADE

A APO também acompanhou a execução dos projetos de construção, ampliação e reforma de parte das instalações de mobilidade que integrarão o Anel de Transporte de Alta Capacidade, nos modais nas regiões Copacabana e Barra. Estes modais passam por implantação como nos casos da nova Linha 4 do Metrô do Rio e VLT, assim como ampliação, que é o caso do BRT Trecho Zero.

Outros compromissos que dizem respeito à infraestrutura viária foi a construção do novo Elevado do Joá, (que ampliará a capacidade do elevador existente em 33%), a construção do novo sistema viário da Barra e as obras de renovação viária da região do Porto do Rio (Projeto Porto Maravilha).

Durante o primeiro semestre de 2016, colaboradores da instituição visitaram frequentemente as obras em andamento e participaram de reuniões e fóruns priorizando ações de interlocução e de articulação com os entes.

Sistema de metrô ampliado – Metrô linha 4

O compromisso contempla o trecho do Anel de Transporte de Alta Capacidade a ser implementado pela expansão do sistema de metrô, permitindo a ligação entre Ipanema e Barra da Tijuca. O Cronograma Integrado apresentado pela Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, tendo como referência 31/03/2016, aponta uma execução 86% das obras civis. A imprensa noticia cerca de 93% das obras concluídas. A escavação do túnel do eixo Barra – Ipanema foi finalizada em 10 de abril de 2016. Não há referência à data de Comissionamento Integrado nesse cronograma, o que pode gerar problemas de operação durante a realização dos Jogos. Há referência ao início da Operação Comercial em 01/10/2016. Os sistemas (energia, sinalização, ventilação, etc) estão



sendo testados separadamente, mas de forma conjunta com o consórcio Metrô Rio, que opera o metrô na cidade do Rio de Janeiro, para facilitar e agilizar o comissionamento da obra. Além disso, obra e os testes dos sistemas acontecem concomitantemente para atingirem a meta de testes integrados de sistemas entre 30 de maio a 14 de julho de 2016. Em reportagens recentes, o Governo do Estado noticiou que as obras no trecho olímpico terminam no dia 15 de julho de 2016. Até o dia 31 de julho, o sistema entra em fase de testes. O serviço começou a ser utilizado pelos portadores do Riocard Olímpico em 1º de agosto. Haverá horários especiais para delegações e público da Paralimpíada (de 7 a 18 de setembro). No dia 19 de setembro, iniciou a operação para o público em geral. Ela vai acontecer de forma gradual. As áreas externas das estações concluídas concomitantemente aos testes internos. A integração entre o Metrô Linha 4 e o BRT se dará na Estação Jardim Oceânico, para o qual foi firmado acordo entre o Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Município em 03/07/2015 para a construção da plataforma de integração que se encontra em obras adiantadas, uma vez que toda a estrutura é metálica pré-moldada.

Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT

Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), um dos Projetos Especiais do Porto Maravilha, possui uma extensão de 28 km, 4 estações, 38 paradas e 13 subestações de energia. O VLT integra o Aeroporto Santos Dumont à estação de Barcas da Praça XV e a Rodoviária ao Metrô. Uma das suas linhas atende o entorno portuário, permitindo que os visitantes que vêm ao Rio de Janeiro em navios de cruzeiro tenham acesso a um transporte de massa de alta qualidade e integrado aos outros modais, permitindo acessar as principais regiões da cidade.

Durante o primeiro semestre de 2016, parte do trajeto foi testada, com as composições já entregues pela fornecedora.

A etapa 1 – Rodoviária Novo Rio / Aeroporto Santos Dumont – foi inaugurada e encontra-se em operação de teste.

BRT TransOeste - Trecho 0

O compromisso contempla o trecho do Anel de Transporte de Alta Capacidade a ser implementado pela construção do Sistema de BRT Transoeste, permitindo a ligação entre Barra da Tijuca (Estação Jardim Oceânico), Santa Cruz e Campo Grande. As obras voltaram à execução



normal com a contratação de nova empresa e tem previsão para conclusão em 09 de julho de 2016.

A operação na Transoeste durante os Jogos terá um módulo separado para operação olímpica e contará com 175 ônibus, que farão paradas no Barra Shopping e Bosque Marapendi antes de chegar ao Jardim Oceânico, que será a plataforma de integração entre o Metrô Linha 4 e o BRT.

Duplicação do Elevado do Joá

Contempla a ampliação da conexão entre Barra e Zona Sul, com novo viaduto de São Conrado, novo túnel do Pepino, novo elevado do Joá, novo túnel do Joá, nova ponte da Joatinga e ciclovia, além dos acessos, totalizando um trajeto de cinco quilômetros de extensão. Iniciadas há dois anos, as obras, que custaram R\$ 457 milhões, vão ampliar em cerca de 35% a capacidade da via.

A nova via do Elevado do Joá foi inaugurada no dia 28 de maio de 2016. A nova pista do Joá e o tabuleiro inferior terão velocidade máxima permitida de 80km/h. Já no tabuleiro superior, a velocidade máxima será de 50 km/h. As vias contarão com fiscalização eletrônica.

Para os Jogos Olímpicos, haverá duas faixas dedicadas: uma na nova pista, sentido Barra; e outra em direção a São Conrado, no tablado inferior.

Viário da Barra

Este projeto faz parte do PPP¹- LEGADO, cuja execução é da Prefeitura, assim como a responsabilidade pelos recursos, aprovados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Trata-se da requalificação urbana das Avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende, a criação de corredor BRT conectando os BRT TransOeste e TransOlímpica e as construções dos Terminais BRT Centro Olímpico e Recreio, além de 07 estações BRT.

Em visitas realizadas pela APO às obras, observou-se, visualmente, boa evolução no Terminal Olímpico, na duplicação da Av. Abelardo Bueno, da Av. Salvador Allende e nas instalações das Estações de BRT. Foi constatado, em 20/06, que as obras estavam praticamente prontas,

¹ Plano de Políticas Públicas



restando a finalização das 04 passarelas temporárias que se encontram em avançado estágio e próximas da conclusão. A passarela definitiva na estação BRT RIO II foi concluída. Os terminais BRT Parque Olímpico, BRT Recreio e as estações estavam na fase final de obras, sendo que está prevista a inauguração da Transolímpica, para efeito de testes, em julho / 2016.

Projeto Porto Maravilha

O Projeto integra um programa de revitalização e recuperação da infraestrutura urbana e de transportes, bem como de proteção do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural do Município.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) é a gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, cabendo a essa a articulação entre os demais órgãos públicos e privados.

Dando continuidade à revitalização da região, após a entrega da Praça Mauá e inauguração do Museu do Amanhã, destacam-se, no primeiro semestre de 2016, a abertura do segundo trecho da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, o início da operação comercial do VLT e a conclusão das obras do túnel Prefeito Marcello Alencar.

Região: Maracanã

As atividades relacionadas à região do Maracanã abrangem as arenas esportivas Maracanã, Maracanãzinho, Estádio Olímpico João Havelange e o Sambódromo. Os principais projetos e intervenções acompanhados estão a seguir relacionados.

Maracanã:

- assunção do complexo esportivo pelo Comitê Rio 2016;
- planos operacionais para cerimônias de abertura e encerramento;
- substituição de parte da lona da cobertura, queimada durante a partida da final da copa do Mundo 2014;
- instalação da iluminação para o Field of Play - FOP;
- montagem de overlays.

Maracanãzinho:

- projeto e construção de estrutura provisória para 2ª quadra de aquecimento;



- reforma do teto, sistema elétrico, reparos e pintura em áreas internas;
- montagem de overlays.

Estádio Olímpico João Havelange:

- planejamento e realização dos eventos-teste de Atletismo Olímpico e Paraolímpico;
- assunção da instalação pelo Comitê Rio 2016;
- obras civis de reforço da cobertura;
- adequação do estádio para as competições de atletismo;
- obras de adequação do entorno;
- evolução da reforma e ampliação da Estação Engenho de Dentro.

Sambódromo:

- reforma do sistema elétrico;
- assunção da instalação pelo Comitê Rio 2016;
- Implantação do overlay pelo Comitê Rio 2016.

Complexo do Maracanã

Com relação ao Complexo do Maracanã, o fato a destacar no 1º semestre de 2016 foi a finalização das obras de adequação das instalações (Estádio do Maracanã, Ginásio do Maracanãzinho)

Devido à complexidade de gerir o Maracanã, o Comitê Rio-2016 entrou em acordo para a gestão compartilhada com a ex-concessionária, Maracanã S.A. As obras necessárias para colocar o Maracanãzinho em condições de uso estão sob responsabilidade do Comitê Rio 2016, com recursos provenientes do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Governo do Estado, as obras foram orçadas em R\$ 34,2 milhões e os recursos foram assegurados por meio de Lei nº 7.036 de 07/07/2015, que prevê o uso de recursos do ICMS na realização de projetos olímpicos. A contratação foi feita diretamente pelo Comitê Rio 2016 e o escopo da mesma foi a reforma e modernização do ginásio e da quadra de aquecimento existente e a instalação da base estrutural para uma nova quadra provisória.

Em relação ao ginásio, a reforma envolveu a modernização da cobertura do ginásio (as mantas, de impermeabilização, antigas estavam secas, apodrecidas e caindo, sendo necessária sua



remoção e posterior reaplicação da impermeabilização), reforma de salas e arquibancadas, adaptação do teto para receber novos placares eletrônicos e sistema de ar condicionado e troca das lonas da rampa de acesso. Já a quadra de aquecimento existente teve, além de requalificação interna, instalação de telhas com isolamento acústico, substituição do sistema de iluminação e instalação de ar condicionado. A segunda quadra de aquecimento já se encontrava concluída ao fim do semestre, tanto no escopo referente às obras civis (construção da base de concreto), como na instalação da tenda de overlay (incluindo iluminação e refrigeração).

Dentre os trabalhos necessários para adequação do Maracanãzinho, restou pendente ao fim do semestre somente a instalação do piso da quadra principal. O trabalho de adequação da instalação foi finalizado em julho.

O escopo referente à energia inclui a renovação da subestação, incluindo 11 novos transformadores e 2ª alimentação, já finalizados. Este escopo é considerado legado, motivo pelo qual também conta com recursos da já referida lei de Incentivo do ICMS.

Em um contexto histórico, que permite entender decisões tomadas no presente, cabe ressaltar a decisão da Prefeitura do Rio e do Governo do Estado pela conservação de instalações no seu entorno (Escola Municipal Friedenreich, do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Júlio Delamare), o que ensejou a reavaliação do projeto para readequar as Instalações Esportivas.

No segundo semestre de 2015, o Governo do Estado decidiu não utilizar o Centro Aquático Júlio Delamare. A justificativa teve como base o elevado custo com a reforma da instalação, em torno de R\$ 60 milhões, para acolher os jogos preliminares do polo aquático. Com a decisão, esta etapa da competição passou para o Parque Aquático Maria Lenk, no Parque Olímpico. Ainda nesse período, foi decidido que a segunda quadra de aquecimento do Maracanãzinho seria provisória, passando a ser construída pelo Comitê Rio 2016. Entretanto, no início de 2016, o Comitê Rio 2016 assumiu também a reforma parcial do Centro Aquático, a um custo inferior ao projeto original de reforma preterido pelo Estado, para que este pudesse ser usado para aclimatação e treinamento dos atletas do polo aquático, permanecendo as competições no Parque Aquático Maria Lenk. Foi redefinido um escopo reduzido de intervenções, com o objetivo de atingir as mínimas condições necessárias para que o Parque possa funcionar como centro de treinamento, a contratação foi feita ao custo de R\$ 9,9 milhões.



A reforma do Julio Delamare foi realizada com os recursos obtidos com a Lei de Incentivo fiscal do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, resultando em mais um legado para a cidade. O escopo das intervenções, já finalizadas, envolveu a reforma da piscina e das edificações ao redor da piscina (vestiários e escritórios). Depois das Paraolimpíadas, a Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) vai assumir a administração do novo parque. A APO realizou visitas de verificação das instalações.

Cabe destacar que não houve, nenhum risco identificado na execução dos projetos referentes ao complexo Maracanã (que inclui o Maracanã e o Maracanãzinho) que possa ameaçar a realização dos eventos programados para os mesmos.

Estádio Olímpico

Com relação ao Estádio Olímpico João Havelange, a APO atuou participando de reuniões e visitas ao Estádio, objetivando acompanhar as obras de adequação e a realização dos eventos-teste.

O escopo da reforma do estádio incluiu o reforço dos pilares da cobertura, a reforma dos elevadores, a implantação das pistas (uma oficial e duas de treinamento) e equipamentos de competição, conserto dos vazamentos, intervenções estéticas e colocação de assentos provisórios.

Outra intervenção digna de nota, apesar de não constar como compromisso olímpico, é a ampliação da Estação Engenho de Dentro. A estação já se encontra operacional, com novo mezanino e rampa de acesso ao estádio e pronta para inauguração.

O evento-teste de Atletismo Olímpico aconteceu no período de 14 a 16 de maio, quando foi possível testar com êxito o serviço de controle de dopagem, apresentação do esporte e competição. Evento-teste de Atletismo Paralímpico aconteceu no período de 18 a 21 de maio, quando foi possível testar com êxito a acessibilidade, controle de dopagem, apresentação do esporte e competição. Importante destacar que os eventos-teste ocorreram simultaneamente à execução das obras do estádio.

A APO também atuou como integrante de uma força tarefa composta pela Light e Prefeitura visando a viabilizar a ligação de duas linhas de alimentação de energia no Estádio.

Durante o trimestre, alguns riscos foram apontados como passíveis de prejudicar a realização do evento teste, mais notadamente a falta de água e luz que afetava a evolução das



obras e perdurou até o início do segundo trimestre e a instalação e homologação da pista principal de atletismo, implantado com atraso. Importante registrar que estes riscos foram superados.

Sambódromo

No Sambódromo, a APO acompanhou a obra de reforma do sistema elétrico, contratada pela SECPAR, com valor estimado de R\$ 5.199.000,00, cujos objetos foram o fornecimento e instalação do cabeamento de média tensão e a melhorias das subestações que alimentam o espaço. As obras foram iniciadas no primeiro trimestre de 2016 e a previsão para o seu encerramento é 17/07/16. O acompanhamento foi efetuado por meio de visitas conjuntas com o Ministério de Minas e Energia.

Foi realizado, em 10 de abril, o Evento-Teste da Maratona, cujo percurso tem largada e chegada no sambódromo. O evento ocorreu com êxito.

Cabe destacar que não houve nenhum risco identificado na execução dos projetos referentes ao Sambódromo que pudesse ameaçar a realização dos eventos programados.

Região: Deodoro

No primeiro semestre de 2016, a construção das instalações olímpicas de Deodoro, salvo casos pontuais, encontra-se concluída. Estas especificidades serão abordadas a seguir nas atividades realizadas no referido período.

Foram testadas aquelas instalações esportivas que ainda não haviam sido por meio dos seguintes eventos-teste: Rugby, Pentatlo Moderno e Esgrima para Cadeirante em março e Tiro.

Em janeiro, o Exército Brasileiro entregou a Vila Verde para o Comitê Rio 2016, que, no decorrer deste semestre, preparou as acomodações para a utilização do pessoal da mídia, que trabalhará nos Jogos.

No final do mês de março, uma decisão judicial bloqueou recursos da ordem de R\$ 128 milhões da empresa líder do consórcio encarregado de executar as obras da Área Norte do Complexo Desportivo de Deodoro. Como consequência, a empresa, alegando falta de fluxo de caixa, deixou de executar uma série de intervenções ainda pendentes no Complexo, o que acarretou em atrasos na entrega de algumas instalações e prejuízos à manutenção das instalações que já haviam sido disponibilizadas.



A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, diante do impasse, recorreu à elaboração de cinco contratos emergenciais com outras empresas, com a finalidade de complementar as intervenções ainda por executar e, assim, minimizar o risco de atraso na entrega das instalações ao Comitê Organizador dos Jogos.

Foram firmados contratos para a execução da iluminação dos campos de jogo (FoP) do Centro Olímpico de Tiro, do Centro Olímpico de Hóquei sobre Grama e do Estádio de Deodoro, bem como o de manutenção da Piscina do Estádio de Canoagem Slalom, de fornecimento de luminárias para o Parque Radical, de fornecimento de postes para o referido Parque e de locação de contêineres para o 3º piso do Prédio de Apoio do Parque Radical, que seria de alvenaria.

As empresas contratadas estabeleceram cronogramas de recuperação para a execução dos trabalhos e verificou-se que não houve prejuízos significativos para entrega das instalações.

O CT/CIG destinar-se-á ao treinamento das equipes de Pentatlo Moderno e tem como prazo limite de entrega a data de 30 de julho. O atraso na execução de suas obras deveu-se à indefinição sobre a responsabilidade do ente encarregado do planejamento e contratação da empresa que iria executá-las, encargo que coube, por fim, ao Comitê Rio 2016.

No Centro Olímpico de Hipismo (COH) verificou-se significativa evolução das obras no último mês. Cabe ressaltar que foram entregues os três prédios da Vila dos Tratadores no final do período.

No Centro Olímpico de Tiro (COT), foram entregues na primeira quinzena de julho.

Como fator relevante que está requerendo constantes intervenções e maior atenção da APO está a entrega do serviço de energia, em todas as arenas esportivas. Observam-se pendências na energização das subestações blindadas de duas instalações temporárias – Centro Olímpico de Mountain Bike e Estádio de Deodoro – o que já implica em significativo atraso para a conclusão do anel de Média Tensão destas, bem como para a energização de todas as estruturas necessárias aos seus plenos funcionamento, sendo estas as instalações que requerem maior atenção.

No Centro Olímpico de Hipismo e no Parque Radical, os anéis de Média Tensão foram concluídos.

Além da finalização dos anéis de Média Tensão das arenas, outro fator de atenção diz respeito ao provimento da energia temporária para todas as áreas de competição. Tal incumbência ficou ao encargo da empresa contratada do Comitê Rio 2016.



F. Divulgação Institucional

A Assessoria de Comunicação da APO iniciou o ano de 2016 mobilizada para a divulgação da quarta atualização da Matriz de Responsabilidades, realizada no dia 29 de janeiro. A imprensa nacional e estrangeira foi convocada para a APO apresentar os dados do documento que indica os responsáveis pelos recursos e pela execução de cada projeto olímpico exclusivo dos Jogos Rio 2016.

Ao longo do semestre, o presidente da APO, Marcelo Pedroso, porta-voz da instituição, concedeu uma série de entrevistas para fazer balanços gerais da preparação e contribuir com a transparência do processo de organização do evento. A Ascom recebeu na sede da instituição jornalistas dos mais importantes veículos de imprensa nacionais, como também internacionais, entre os quais se destacam New York Times (EUA), Al Jazeera (Catar), CBC (Canadá) e NHK (Japão). Faltando 200 dias para o início dos Jogos Olímpicos, a Ascom programou uma entrevista especial para a TV NBR.

A equipe de comunicação também acompanhou o presidente da APO na entrega de instalações esportivas ao Comitê Rio 2016, como o Centro Aquático no Complexo Esportivo de Deodoro, o Estádio Aquático, o Media Press Center e o Live Site no Parque Olímpico da Barra.

O serviço meteorológico dos Jogos, cuja integração dos institutos que fornecem as informações é coordenada pela APO, foi pauta de entes parceiros. Jornalistas do site Brasil 2016 e da TV NBR, acompanhados pela equipe de Comunicação da APO, conheceram as boias meteorológicas situadas na Baía de Guanabara e fizeram matérias para divulgar o tema. Em entrevista, Marcelo Pedroso ressaltou a importância da criação de uma plataforma unificada, que permite a integração dos dados fornecidos por diferentes órgãos. Esse banco de dados que ficará como legado dos Jogos para o país.

A agenda de abril foi especialmente intensa com ampla divulgação de assuntos relacionados aos Jogos na mídia. No mês da última reunião do Comitê de Coordenação antes dos Jogos, o Comitê Olímpico Internacional (COI) declarou à imprensa confiança na entrega dos compromissos assumidos pelo Brasil para a realização do megaevento.

O mês de abril marcou ainda os 100 dias para os Jogos, data em que a tocha olímpica foi acesa na cidade grega de Olímpia. Em Atenas, o fogo sagrado foi entregue oficialmente aos brasileiros, dando início ao revezamento da tocha em território brasileiro no início de maio. As



cerimônias na Grécia foram acompanhadas pela APO, que representou o Brasil ao lado de integrantes do governo brasileiro e do Comitê Rio 2016.

A Ascom assessorou o presidente da APO no atendimento a jornalistas estrangeiros na Grécia, contribuindo para divulgar os Jogos Rio 2016 no exterior. Houve ainda a produção de pautas com grandes veículos de comunicação como TV Globo, SporTV, ESPN, Folha de S. Paulo e para o site americano Around the Rings, além de vasta produção de material institucional para o site (www.apo.gov.br) e redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram).

O presidente da APO também acompanhou a chegada da tocha a Brasília, em cerimônia no Palácio do Planalto, acompanhado pela assessoria de imprensa. Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff passou a tocha para a capitã da seleção brasileira de vôlei, Fabiana Claudino, que foi a primeira condutora no país.

A APO foi representada na condução da tocha por cinco servidores, Tadeu Velozo Silva, em Curvelo (MG), Enio Poubel de Carvalho, em Governador Valadares (MG), Ricardo Ribeiro, em Campo Grande (MS) e Nelson Araújo, em Porto Velho (RO). Os servidores Enio e Tadeu foram acompanhados pela assessoria de imprensa, que produziu material institucional para os sites e redes sociais.

Na primeira metade do ano, o presidente da APO assinou dois artigos elaborados pela equipe de Comunicação na editoria de Opinião do Jornal O Globo sobre os desafios e o legado dos Jogos Paraolímpicos e os preparativos a 100 dias para os Jogos Olímpicos.

Ao longo dos meses, a equipe de Comunicação continuou com elaboração de material de divulgação para o site e redes sociais, divulgando os eventos-teste, acompanhados pela APO. E manteve contato direto e frequente com jornalistas para esclarecimentos pontuais relacionados à organização dos Jogos Rio 2016, contribuindo para a divulgação dos esforços dos entes governamentais e para a geração de expectativa positiva em relação à primeira Olimpíada da América do Sul.



2

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



A APO é o primeiro Consórcio Público do país formado por entes de diferentes esferas da Federação, com participação da União e integrando a administração indireta dos três entes, sendo eles: Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro o que caracteriza a APO como um órgão “*sui generis*”, com especificidades próprias e autonomia em sua execução.

O Contrato de Rateio é o instrumento por meio do qual os entes consorciados autorizam os repasses de recursos à APO. Para o ano de 2016, está em tramitação entre os entes minuta de Contrato de Rateio, no valor de R\$ 19.638.793,00 (dezanove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e três reais), cabendo a cada consorciado os seguintes valores:

- a) União: R\$ 19.597.793,00 (dezanove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e noventa e três reais);
- b) Estado: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- c) Município: R\$ 1.000,00 (mil reais);

No dia 22 de dezembro de 2015, foi realizada a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Público Olímpico, quando foi emitida a Resolução nº 16, de 22 de dezembro de 2015, publicada no sítio da APO e que trata do Orçamento para 2016, com o valor total de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), tendo sido autorizado os pagamentos de despesas ao limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

O Orçamento da APO para 2016 foi discriminado da seguinte maneira:

- a) Para pagamento de pessoal: R\$ 25.481.673,54 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos); e
- b) Para as demais despesas: R\$ 4.518.326,46 (quatro milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos).

A execução financeira referente ao primeiro semestre de 2016 totalizou o valor de R\$ 14.404.456,94 (quatorze milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos), como demonstrado a seguir:



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA							
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE DE 2016							
DESPESAS REALIZADAS – Em Reais 1,0							
DESCRIÇÃO							
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
OUTROS BENF. ASSISTÊNCIAIS	-	-	-	-	-	18.000,00	18.000,00
DIÁRIAS	5.350,79	6.383,84	8.803,28	41.352,37	17.173,86	29.008,38	108.072,52
MATERIAL DE CONSUMO	6.595,20	40,00	671,25	449,50	3.879,00	11.166,13	22.801,08
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	24.273,11	36.151,60	21.796,05	53.243,96	53.745,10	44.077,20	233.287,02
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – JETONS	4.377,80	6.600,00	17.600,00	6.600,00	6.855,55	6.344,45	48.377,80
LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	23.999,95	23.999,95	26.816,54	-	65.796,81	14.145,21	154.758,46
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	99.033,75	72.679,62	142.033,98	80.300,97	50.215,19	70.813,53	515.077,04
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	49.092,05	41.802,90	40.012,54	40.449,71	44.675,81	42.136,00	258.169,01
AUXILIO TRANSPORTE	3.614,94	4.736,60	5.642,40	5.738,40	5.794,40	5.922,60	31.449,34
DESPESAS DE EXERCICIO ANTERIORES	12.507,53	-	2.000,00	373,00	-	-	14.880,53
INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÕES	129.192,57	216.508,73	134.023,64	161.027,11	152.528,41	144.261,08	937.541,54
TOTAL CUSTEIO	358.037,69	408.903,24	399.399,68	389.535,02	400.664,13	385.874,58	2.342.414,34
DESCRIÇÃO							
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	1.958,60	-	-	-	-	-	1.958,60
TOTAL INVESTIMENTO	1.958,60	-	-	-	-	-	1.958,60
DESCRIÇÃO							
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CILVIL	1.367.693,76	1.286.545,84	1.271.419,92	1.273.759,36	1.295.530,33	1.704.155,26	8.199.104,47
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	7.166,65	-	1.666,66	-	1.666,66	26.958,33	37.458,30
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	189.009,84	180.718,90	178.416,85	179.022,34	188.182,18	187.137,12	1.102.487,23



OUTRAS DESPESAS VARIABLES – PESSOAL CIVIL	4.796,67	5.300,00	7.433,33	9.129,05	5.129,95	6.838,42	38.627,42
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	80,28	218.222,41	-	4.715,28	-	-	223.017,97
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	404.529,49	179.648,65	427.692,90	409.262,80	610.424,25	427.830,52	2.459.388,61
TOTAL DA FOLHA + ENCARGOS	1.973.276,69	1.870.435,80	1.886.629,66	1.875.888,83	2.100.933,37	2.352.919,65	12.060.084,00
TOTAL GERAL DO 1º SEMESTRE	2.333.272,98	2.279.339,04	2.286.029,34	2.265.423,85	2.501.597,50	2.738.794,23	14.404.456,94



3

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE



A. Matriz de Responsabilidades dos Jogos e Carteira de Projetos Olímpicos

Por definição legal e metodologia própria, a Matriz engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização dos Jogos Rio 2016. O documento relaciona obrigações / projetos e ações com os responsáveis pela execução e aporte de recursos, organizado agrupando obras e serviços relacionados às regiões olímpicas – Barra da Tijuca, Deodoro, Copacabana e Maracanã – e à Multirregião.

A quarta atualização da Matriz de Responsabilidades, em conjunto com a Carteira de Projetos Olímpicos, evidenciou a conclusão de mais oito obras olímpicas.

No documento divulgado em 29/01/2016, todos os 47 projetos apresentavam valores e prazos definidos. Os investimentos totalizavam R\$ 7,07 bilhões, sendo a maior parte (60%) financiada pelo setor privado. Essa atualização contemplou, por exemplo, a inclusão das arquibancadas temporárias para instalações da Barra e de Deodoro e à locação de geradores de energia temporária para as arenas esportivas, enquanto novas obrigações assumidas pelos governos municipal e federal.



4

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A Autoridade Pública Olímpica chegou ao ano dos Jogos Rio 2016 preparada para trabalhar com foco na operação do maior evento esportivo do planeta. O modelo inédito de gestão tripartite com participação da União desempenhou papel importante de interlocução entre os entes governamentais na fase final de preparação do evento. Ao longo do primeiro semestre, a APO acompanhou a entrega de instalações esportivas ao Comitê Rio 2016 e a estruturação dos serviços que atuarão durante as Olimpíadas.

Entre os acontecimentos que marcaram a agenda do primeiro semestre de 2016, teve destaque o acendimento da tocha olímpica, entregue ao Brasil em abril e deu início ao revezamento que por mais de 300 cidades brasileiras até a abertura do evento em 5 de agosto, no Estádio do Maracanã. Além de acompanhar o planejamento do roteiro do revezamento, que levou os Jogos para mais perto do restante do país, a APO foi um dos entes a representar o Brasil na cerimônia de acendimento, na cidade grega de Olímpia, e na passagem da tocha para o Brasil, em Atenas.

Num semestre com 23 eventos-teste, o trabalho estratégico da instituição foi intenso. As áreas funcionais das competições esportivas foram acompanhadas e avaliadas pela APO, que contribuiu para a identificação dos ajustes necessários para garantir a qualidade e a eficiência das instalações para atletas e espectadores.

Com a proximidade dos Jogos, as crises política e econômica enfrentadas pelo País ficaram em evidência nas mídias nacional e estrangeira. A APO foi procurada por diversos veículos para confirmar que o andamento da preparação dos Jogos Rio 2016 não foi diretamente impactado pelas mudanças.

Os prazos e os compromissos acordados junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) foram mantidos. Tanto que, na última reunião de cúpula dos organizadores realizada antes dos Jogos, ficou evidente a confiança dos dirigentes do COI nos esforços empreendidos pelo Brasil para sediar a primeira Olimpíada da América do Sul, um desafio que só está sendo possível com a integração permanente de todos os envolvidos na organização do evento.



**Relatório de
Atividades da
Autoridade Pública
Olímpica**

Segundo Semestre de 2016



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA	1
1. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	4
A. Organização	5
B. Conselhos	6
C. Presidência	8
D. Diretoria Executiva	9
E. Diretorias Técnicas	10
F. Atividades Pós Jogos	38
G. Divulgação Institucional	40
2. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	44
3. INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE	48
Matriz de Responsabilidades dos Jogos e Carteira de Projetos Olímpicos	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Criada em 21 de março de 2011, a Autoridade Pública Olímpica (APO) foi o instrumento do Estado Brasileiro na complexa obra de organizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Agindo em nome da Federação e contribuindo com entes tão díspares na modelagem dessa delicada e inédita atividade, a APO foi, certamente, um ator relevante na tarefa de organizar os Jogos, o que permitiu alcançar, para orgulho de todos os seus servidores, os resultados tão noticiados e reconhecidos pelas mídias nacionais e internacionais.

No segundo semestre de 2016, período considerado neste relatório, a Cidade do Rio de Janeiro conduziu esse grande evento esportivo, inédito no Brasil e na América do Sul. Os melhores atletas do mundo abrilhantaram as competições com desempenhos que ultrapassaram quaisquer expectativas, bem como a multicolorida torcida que celebrou o encontro, os resultados, a cidade e a diversidade dos povos.

Na avaliação desta Autarquia, a tarefa de preparar e conduzir os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, foi cumprida, com todos os seus objetivos plenamente alcançados. Os percursos enfrentados – e todos eles superados – foram naturais e, até mesmo, esperados para um evento inédito em nosso país e dessa envergadura. Após seu encerramento, o saldo, tangível e intangível, é extremamente favorável à cidade do Rio de Janeiro, ao Estado do Rio de Janeiro, ao Brasil e, principalmente, ao povo brasileiro que, com sua reconhecida simpatia e hospitalidade, ofereceu ao mundo uma festa inesquecível e teve a oportunidade de projetar elementos importantes de nosso país como a nossa diversidade natural e cultural, tema de pauta de uma infinidade de matérias jornalísticas dos profissionais de mídia presentes ao evento.

MARCELO PEDROSO

PRESIDENTE SUBSTITUTO



1

1. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS



A. Organização

A Autoridade Pública Olímpica foi criada na forma de consórcio público pela União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro para permitir a adequada e necessária divisão de encargos e responsabilidades na organização dos Jogos Rio 2016. Contudo, cumpre destacar que o Município do Rio de Janeiro deixou de integrar o Consórcio Público interfederativo APO, conforme Lei Municipal nº 6.107, de 05/12/2016, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro nº 175, de 06/12/2016. A partir desta data, o Consórcio está integrado apenas pela União e pelo Estado do Rio de Janeiro.

Com regime de autarquia especial interfederativa regulado por lei, a APO teve a tarefa de coordenar a participação de todos os envolvidos na preparação e realização desse grande evento esportivo, assegurando o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional (COI). Esse mesmo contrato faz da autarquia o elo entre os mesmos atores e o Comitê Rio2016, empresa privada sem fins lucrativos, que cumpre a função de interlocutor do COI.

Durante os preparativos dos Jogos, a APO experimentou diversas estruturas organizacionais, todas elas ajustadas às necessidades de cada momento dos trabalhos. Em sua fase final, que coincidiu com a operação dos Jogos, assumiu a organização que se segue:





Destaca-se que, em 19 de dezembro de 2016, o Conselho Público Olímpico determinou a extinção da entidade em 31 de março de 2017, por meio da Resolução nº 23, de 19/12/2016, publicada pelo DOU nº 243, de 20/12/2016, com a exoneração ou dispensa de cerca de 90% dos servidores até 15 de janeiro de 2017. A partir desta data, o pessoal remanescente se dedicará, exclusivamente, às atividades administrativas necessárias à extinção da Entidade, compondo o Grupo de Trabalho de Liquidação (GTL), que desenvolverá suas atividades na cidade de Brasília, no período de 15/01/2017 a 31/03/2017.

B. Conselhos

As competências dos diversos Conselhos componentes da Autoridade Pública Olímpica estão delineadas no Contrato de Consórcio Público, ratificado pela Lei Federal nº 12.396/2011, pela Lei nº 5.949/2011, do Estado do Rio de Janeiro, e pela Lei nº 5.260/2011, do Município do Rio de Janeiro.

O Conselho Público Olímpico (CPO) é a instância máxima da APO, constituído pelos Chefes dos Poderes Executivos da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro, ou por representantes por eles designados. Compete ao CPO, aprovar e modificar o estatuto e o orçamento e as contas da APO; aprovar a Matriz de Responsabilidades e a Carteira de Projetos Olímpicos; e nomear os membros do Conselho de Governança e do Conselho Fiscal, dentre outras.

Todavia, sua composição sofreu alteração em virtude da edição da Lei Municipal nº 6.107, de 5 de dezembro de 2016, publicadas no DOM-RJ, de 06/12/2016, que promoveu a retirada do Município do Rio de Janeiro da composição do referido Conselho, sem prejudicar as deliberações adotadas no curso dos Jogos.

No segundo semestre de 2016 foram realizadas quatro reuniões, uma ordinária (21/07/2016) e três extraordinárias (12/08/2016, 21/09/2016 e 19/12/2016). Dentre os temas tratados no período destacamos: apresentação do novo conselheiro do CPO, Fernando dos Santos Dionísio, representando o Município do Rio de Janeiro; evolução orçamentária para 2016; aprovação da proposta da sexta atualização da Matriz de Responsabilidades; nomeação de novos conselheiros de governança; Carteira de Projetos Olímpicos; deliberações sobre o atendimento às solicitações do TCU; a decisão de extinção da APO.



Ao Conselho de Governança, órgão permanente de assessoramento do CPO, constituído por representantes das três esferas de governo, por membros da sociedade e Comitê Rio2016, sob a presidência do Presidente da APO, compete: opinar sobre as diretrizes fundamentais de organização administrativa da APO; opinar sobre o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário da APO, além de apreciar a prestação de contas da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal. No período de julho a dezembro de 2016, reuniu-se duas vezes (03/08/2016 e 16/12/2016), a fim de deliberar sobre o orçamento da APO para 2016 e 2017, a atualização da Matriz de Responsabilidades e Carteira de Projetos Olímpicos, o panorama geral da preparação dos Jogos Rio 2016, a retirada do integrante do município do Rio de Janeiro, como já explicitado anteriormente e em decorrência do término dos jogos, a desmobilização da autarquia e a delegação de competência à APO para definir sobre a destinação de seus bens patrimoniais.

O Conselho Fiscal é organismo de fiscalização econômico-financeira da APO, devendo fiscalizar os atos dos dirigentes da APO e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, opinar sobre as propostas a serem submetidas ao Conselho Público Olímpico e à Diretoria Executiva relativas a matérias orçamentárias, financeiras e patrimoniais, dentre outras.

O Conselho Fiscal realizou, entre julho e dezembro de 2016, seis reuniões ordinárias, tratando dos temas afetos ao seu *mister*, aprovando as alterações no orçamento de 2016, a proposta ao orçamento de 2017, como também ao plano de desmobilização e seus impactos financeiros até março de 2017.

A composição do referido Conselho sofreu alteração em virtude da saída do Município do Rio de Janeiro e, por conseguinte, a saída de seu representante, tudo no curso do mês de dezembro de 2016; inobstante a alteração ocorrida no Consórcio, a integrante do Município do Rio de Janeiro foi convidada pelo Presidente da APO a integrar o Conselho Fiscal e auxiliar nos trabalhos de deliberação, por ter acompanhado a execução financeira da APO ao longo de 2016 e, por esta razão, estar familiarizada com os tramites de análise das contas e ser conhecedora dos trabalhos desenvolvidos pela APO no período de 2012 a 2016.



C. Presidência

No exercício de sua competência, conforme definido no Estatuto da APO, destaca-se o relacionamento com os entes consorciados e Comitê Rio2016, as nomeações e exonerações de servidores, as interlocuções com as concessionárias de serviços públicos na cidade do Rio de Janeiro, as interlocuções com as Forças Armadas, convocação das reuniões de Diretoria Colegiada, edição de atos normativos, convocação das reuniões do Conselho de Governança, acompanhamento das reuniões do Conselho Público Olímpico, e participação de reuniões com representações diplomáticas de outros países.

Também foram realizadas inúmeras reuniões com os Órgãos de Controle, para promover a transparência e o acesso às informações necessárias à aferição dos gastos públicos de qualidade, condições e compromissos para realização dos Jogos Rio 2016.

Procurou fortalecer a parceria com os Entes Consorciados e o Comitê Rio2016 na gestão estratégica e operacional dos Jogos Rio 2016 a fim de dispor de conhecimento adequado para garantir o engajamento destes atores nas diversas atividades sob sua responsabilidade e apoiá-los nas tomadas de decisão para solucionar problemas que eventualmente surgissem durante a operação. Esta participação se deu principalmente pela presença e envolvimento nas rotinas de trabalho dos principais centros de comando, coordenação e comunicação em funcionamento durante os períodos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (*Games Time*).

Diretoria Colegiada

Composta pelo Presidente da APO, que a preside, e pelos membros da Diretoria Executiva, compete a essa Diretoria coordenar, superintender e deliberar sobre assuntos que envolvam os objetivos e finalidades da APO. Desta forma, foram realizadas, entre julho e dezembro de 2016, reuniões que trataram, principalmente, dos seguintes temas: apreciação da evolução orçamentária do terceiro trimestre de 2016; aprovação da alteração ao Regimento Interno; engajamento no monitoramento dos Jogos em *Games Time*; aprovação da



Metodologia para o Projeto Conteúdo; aprovação do Relatório Gerencial para o Projeto Conteúdo; transferência de subordinação da Gestão Documental para a Diretoria Executiva¹; deliberação sobre atendimentos às solicitações do TCU; análise da proposta de atualização e revisão da Matriz de Responsabilidades e da Carteira de Projetos Olímpicos; deliberação sobre relatórios situacionais de acompanhamento; deliberação sobre ajustes em obras de distribuição de energia para os Jogos Rio 2016 para atendimento aos requisitos do Comitê Olímpico Internacional; deliberações sobre a elaboração do Plano de Uso do Legado; e deliberações sobre o desenvolvimento do Plano de Desmobilização da APO.

D. Diretoria Executiva

Composta pelo Diretor Executivo e quatro Diretores, a Diretoria Executiva, no segundo semestre de 2016, direcionou seus esforços para a atuação da APO durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e no planejamento e acompanhamento de ações operacionais em prol da desmobilização da Autarquia.

Tendo a APO participado de muitas atividades preparatórias das ações a serem desenvolvidas em *games time*, como decorrência do acompanhamento do planejamento dos serviços e das operações para os Jogos, durante a execução das diversas ações foi possível observar o cumprimento do planejamento realizado e contribuir na realização dos ajustes necessários. Esse trabalho, de toda forma, teve como referenciais básicos as atividades diretamente relacionadas aos eventos, sendo que, como de conhecimento, os Jogos Olímpicos transcorreram de 05 a 21 de agosto de 2016 e os Jogos Paraolímpicos, de 07 a 18 de setembro de 2016. O período de atuação junto aos Centros e nas suas rotinas de funcionamento

¹ De acordo com Resolução nº 5, de 6/6/2016 = DOU nº 110, p. 105, de 10/6/2016



dependeu das datas de ativação e desativação planejadas pelos entes, que variaram conforme cada caso.

O efetivo dedicado ao acompanhamento e ao apoio das atividades operacionais durante os Jogos dependeu dos meios e das estratégias de interação firmadas com os entes, do papel a ser desempenhado pela APO nos casos específicos e, em especial, do revezamento em escalas de trabalho para garantir presença nos centros de operação.

Ressalta-se a importância do fluxo de informações para difusão interna, com o objetivo de manter o alinhamento contínuo do efetivo da APO, tanto para a realização de atividades finalísticas de apoio à operação dos entes quanto para atividades de suporte. Como exercitado nos eventos-teste *major* (aqueles que representavam uma réplica com todas as áreas funcionais empreendidas durante os Jogos propriamente ditos), foi aplicada uma rotina diária de reuniões que permitiu as interações junto aos entes, abrangendo, além dos parceiros governamentais, o Comitê Rio2016, o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paraolímpico Internacional.

A APO coordenou a elaboração e atualização do Plano de Gestão de Sustentabilidade (PGS), finalizado em 29 de julho, e do Programa de Reciclagem Inclusiva, que possibilitou a inserção de catadores nos Jogos, ação esta que teve a participação dos entes governamentais e das demais entidades envolvidas nos Jogos.

O Plano de Gestão de Sustentabilidade é um documento que apresenta a estratégia de sustentabilidade dos Jogos Rio 2016 e contém os projetos relacionados às dimensões ambiental, social e econômica, resultado da integração entre a União, o Governo Estadual, o Governo Municipal, a Autoridade Pública Olímpica e o Comitê Rio 2016.

Também foi elaborado pela APO e aprovado por esses entes o Planejamento do Uso do Legado (PUL), de competência desta Instituição, conforme cláusula quarta da Lei de criação da APO (12.396/2011).

O PUL é um instrumento de planejamento referente ao uso do legado dos Jogos, que teve por base os Planos de Uso do Legado elaborados pelo Ministério do Esporte e pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e contém proposições de soluções sustentáveis sob os aspectos econômicos, social e ambiental. Depois de aprovado pelos entes, foi publicado em 4 de agosto.



E. Diretorias Técnicas

Constituídas por órgãos específicos que compõem a Diretoria Executiva, suas atividades foram desenvolvidas, durante o segundo semestre, com foco no cumprimento das finalidades institucionais, de forma a permitir interações com os entes, no cenário de execução dos Jogos, obter insumos necessários, principalmente para as articulações e interlocuções junto aos mesmos, bem como realizar o monitoramento das ações planejadas e verificar a efetividade das obras entregues e dos serviços prestados.

Os principais locais de atuação e as atividades desenvolvidas foram:

Main Operation Center - MOC

A organização e prontidão operacional para entrega dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 foi baseada em uma estrutura que proporcionou a integração e sinergia necessárias para que os envolvidos fossem acionados, tempestivamente, visando a resolução e a comunicação assertivas de questões que envolviam o Comitê Rio2016 e Parceiros.

Foram atividades do MOC:

- Desempenhar o papel de centro de informações;
- Monitorar o desdobramento das atividades operacionais;
- Acompanhar e facilitar resolução de problemas;
- Gerenciar incidentes e crises;
- Apoiar os parceiros externos em situações de emergência ou crise;
- Gerar relatórios e liderar reuniões com parceiros; e
- Implementar políticas e procedimentos do MOC.

O MOC funcionou 24 horas durante os Jogos, no 7º andar do edifício MPC, situado no Parque Olímpico da Barra. Os parceiros governamentais (Governo Federal, Governo Estadual, Prefeitura e APO) montaram escritórios operacionais (ou centros de controle e comando) e foi estabelecido um fluxo de comunicação entre o MOC e tais instalações.



VISÃO GERAL DAS ESTRUTURAS DE C3 DOS PARCEIROS

1. COMITÊ ORGANIZADOR RIO2016

O MOC foi um centro de informações, coordenação, resolução de ocorrências críticas e reporte para as operações. Era formado por um time liderado pelos Diretores do Rio2016.

O Comitê Organizador Rio2016 designou uma equipe composta por membros de suas Áreas Funcionais em cada uma das *venues*. Essas equipes foram suportadas pelos Centros de Coordenação Funcional (FCCs) de 35 Áreas Funcionais, incluindo de Gestão das Instalações, que, por sua vez, foram suportados pelo MOC, que fez a conexão com os demais níveis da governança.

- No nível das *Venues*, o *Venue General Manager* (VGM), apoiado pelos Gerentes das Áreas Funcionais e o pelo time da *venue*, foi responsável por entregar os Jogos conforme acordado no plano operacional.
- No nível das Áreas Funcionais, o Centro de Coordenação da Área Funcional (FCC) proveu apoio e coordenação central para seus representantes nas *venues*. Os FCC estavam representados no MOC por um representante da respectiva área.
- No Nível dos Centros Operacionais, o Centro Principal de Operação do Rio2016 foi o órgão central da estrutura de C3. Seu principal papel foi facilitar o fluxo de informação e comunicação entre os diferentes grupos envolvidos, constituindo-se no núcleo primário de informações confiáveis relacionadas aos Jogos e/ou informações que impactaram as equipes das instalações, clientes e parceiros externos do Rio2016.

2. GOVERNO FEDERAL

Para a realização dos Jogos, o Governo Federal atuou por meio de seus ministérios, entidades e agências reguladoras, de acordo com as atribuições de cada área. O monitoramento foi realizado no âmbito do GEOLIMPIADAS, conjuntamente pelo Ministério do Esporte e pela Casa Civil da Presidência da República, apoiados pelos diversos órgãos envolvidos, que foram acionados presencial ou remotamente, sempre que necessário.

A atuação do Ministério do Esporte e da Casa Civil/PR foi também apoiada pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), pelo Centro de Operações Conjuntas do



Ministério da Defesa (COC/EMCFA-MD), pelo Centro de Inteligência dos Jogos (CIJ), pela Sala *Master* dos Aeroportos, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pelo Centro de Prontidão Federal (CPF), que emitiram relatórios específicos e complementares a serem consolidados com informações de outros entes para formar o Relatório Diário dos Parceiros, remetido ao MOC durante seu período de atividade.

3. CENTRO DE COORDENAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Casa Civil do Governo do Estado estabeleceu que a Subsecretaria de Projetos Especiais (SUBAPE) funcionasse como integradora das ações e serviços estaduais durante os Jogos, devendo envolver a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, sempre que necessário.

Em nome do Estado do Rio de Janeiro, a Casa Civil/SUBAPE remeteu, diariamente, ao MOC, informações relacionadas às operações de cada um destes órgãos durante os Jogos, que foram consolidadas com informações de outros parceiros para formar o Relatório Diário dos Parceiros, preparado pelo Rio2016, e usado como base da agenda da Reunião Diária com os Parceiros.

4. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Prefeitura do Rio de Janeiro foi representada, dentro da Estrutura de C3, pelo Centro de Operações Rio (COR).

Em nome da cidade do Rio de Janeiro, o COR remeteu, diariamente, ao MOC, informações relacionadas às operações de cada um destes entes durante os Jogos, que também foram consolidadas com informações de outros parceiros para formar o Relatório Diário dos Parceiros.

5. AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA – Escritório de Situação (ES)

A APO manteve a parceria com os Entes Consorciados e o Comitê Rio2016 como apoiadora, interlocutora e articuladora na gestão estratégica e operacional dos Jogos Rio 2016, com o intuito de colaborar nas diversas atividades sob sua responsabilidade e apoiá-los nas tomadas de decisão para a solução de problemas que, eventualmente, surgissem durante a operação. Essa participação se deu principalmente pela presença e envolvimento de servidores



da APO nas rotinas de trabalho dos principais centros de comando, coordenação e comunicação em funcionamento durante os períodos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (*Games Time*).

A APO estabeleceu uma rotina de acompanhamento da operação com servidores de plantão no Escritório de Situação, que funcionou no COR, local onde estavam instalados os centros de comando e controle dos demais entes (CPF, EOM e SUBAPE). Esta autarquia recebia, diariamente, os relatórios dos parceiros e participava de duas audioconferências com os parceiros governamentais.

ROTINAS DIÁRIAS: VISÃO GERAL

A rotina diária baseou-se nas ações programadas entre o Comitê Organizador e os Parceiros, que se deu no nível dos respectivos Centros Operacionais, pelo seguinte calendário:

ROTINA	FLUXO	HORA
Relatório Diário dos Parceiros – COR, EOM, SUBAPE, CPF e APO	Parceiros para MOC	23:00
Relatório Diário Consolidado	MOC para Parceiros	05:30
Reunião Diária – Nível Integração Operacional – MOC, COR, EOM, SUBAPE, ES e CPF	MOC para Parceiros	09:30
Relatório/Briefing Diário Consolidado	MOC para Parceiros (ad hoc)	18:30

REUNIÃO DIÁRIA – NÍVEL INTEGRAÇÃO OPERACIONAL

As reuniões foram conduzidas pelo(a) Gerente do MOC de plantão, via Conferência Telefônica (WEBEX). Nessa reunião era repassado o Relatório Diário Consolidado, de acordo com as orientações abaixo:



Propósito	Gerar um panorama dos Jogos, monitorar a situação das principais atividades, e apoiar a resolução das <i>issues</i> principais ou estratégicas
Conteúdo	Situação das <i>issues</i> e ações propostas que requerem o envolvimento ou conhecimento para solução por parte dos Parceiros Externos
Responsável	Comitê Rio2016
Participantes	Diretor Executivo de Operações / Diretor Executivo de Esporte e Integração Paraolímpica Representantes do COR / EOM, SUBAPE, CPF e ES
Responsáveis	Diretor Executivo de Operações / Diretor Executivo de Esporte e Integração Paraolímpica
Periodicidade	Diária
Hora	09:30 e 18:30
Duração	15 Minutos
Formato	Videoconferência ou conferência telefônica
Idioma	Português

A APO atuou no apoio para a resolução de várias *questões* que surgiram na rotina do MOC. Seguem alguns exemplos:

- Interferência de frequência rádio, afetando a comunicação das competições do triatlo – transmissões entre navios da Marinha do Brasil que operavam na área, interferindo na frequência utilizada pela OMEGA que, por intermédio de “chips”, registrava os tempos de passagens dos atletas pelas boias delimitadoras de percurso. A APO fez a interlocução com a Marinha do Brasil e os ajustes operacionais foram realizados para a solução do problema;
- Certificação para liberação de alimento para os cavalos – houve problemas na documentação de entrada do feno no país. A APO atuou na integração entre o Comitê Rio2016 e o Ministério da Agricultura, Pesca e Agropecuária (MAPA) para a regularização da documentação;
- Problemas na importação de equipamentos a serem utilizados na organização dos Jogos Rio 2016 – A APO participou de tratativas junto ao Comitê Organizador e a Receita Federal do Brasil



a fim de buscar soluções para pendências relacionadas à importação de materiais e equipamentos para os Jogos;

- Problemas com equipamentos meteorológicos para a maratona aquática – houve problemas com bóias que iriam aferir dados meteorológicos para esportes aquáticos. A APO atuou coordenando ações mitigadoras junto às instituições (SIMCOSTA e Marinha do Brasil) e as bóias foram consertadas a tempo, sem trazer nenhum prejuízo para as competições; e
- Questões operacionais de energia – em função da perda de 02 (dois) transformadores da subestação olímpica, motivada por manobra envolvendo a subestação de Gardênia, algumas *venues* do Parque Olímpico da Barra ficaram sem energia por um curto período. Tais questões foram reportadas no MOC. A APO ajudou na mediação da solução, os responsáveis foram acionados e a questão foi corrigida.

Centro de Operações de Energia / Energy Operations Centre - EOC

O Centro de Operações de Energia é um centro de coordenação, controle e comunicação para integrar rápida e efetivamente todos os agentes envolvidos nas operações de energia, com o objetivo de responder ao desafio de restabelecer a energia elétrica em qualquer *venue*.

Dessa forma, o EOC foi a principal estrutura de apoio tático para o fornecimento de energia aos Jogos, responsável, também, pelo acompanhamento da entrega de energia elétrica nas *venues* e pela coordenação e integração dos parceiros e fornecedores para superar eventuais situações emergenciais.

O EOC foi supervisionado estrategicamente pelo MOC, que congregou os principais agentes envolvidos na garantia da infraestrutura necessária para os Jogos, a exemplo das concessionárias Light, Furnas e ONS.

Participaram das atividades do Centro de Operações de Energia durante os Jogos Rio 2016:

- Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio2016 – Comitê Rio2016;
- LIGHT Distribuidora de Energia Elétrica do Rio de Janeiro (áreas de competição);
- Provedores de Energia Temporária – LIGHT/A Geradora e Tecno gera;
- Provedor de UPS – *Uninterruptible Power Supply* – *General Electric*; e

- Autoridade Pública Olímpica.

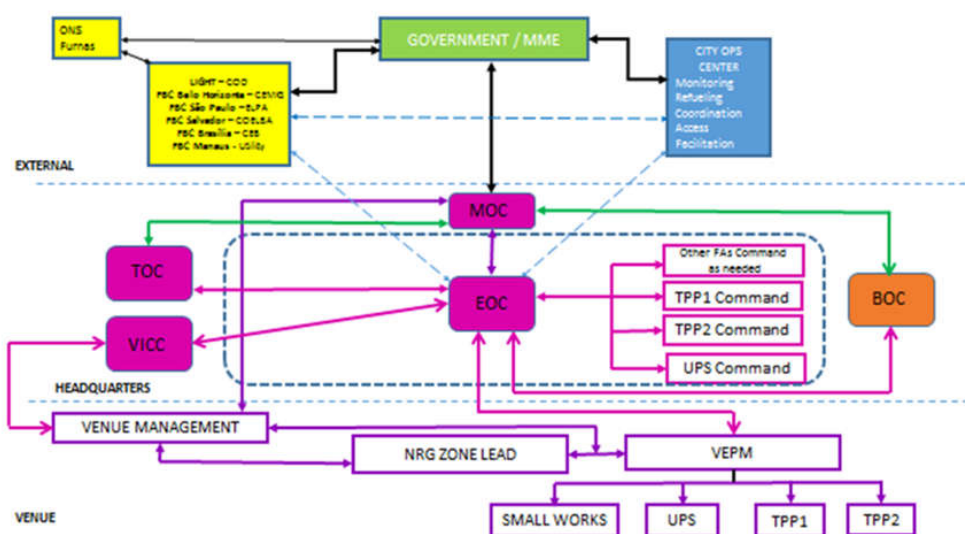
O funcionamento do EOC ocorreu nos seguintes períodos:

- Jogos Olímpicos Rio 2016: 03/08/2016 a 21/08/2016 (24 horas por dia);
- Período de transição: 22/08/2016 a 04/09/2016 (plantão local: 08h às 18h, demais por telefone);
- Jogos Paraolímpicos: 05/09/2016 a 18/09/2016 (plantão local: 08h às 18h, demais por telefone).

Deve ser considerado que a *venue* era um local complexo, atendido por mais de 40 áreas funcionais, que interagiam entre si e que todas dependiam do fornecimento regular de energia, em maior ou menor escala.

Nas *venues*, os serviços de energia eram coordenados pelos VEPM (Venue Energy Project Manager), que contavam com o suporte das equipes de manutenção de “legado”, fornecidas pelo proprietário da *venue*, das equipes dos provedores de energia temporária, e das áreas de tecnologia, UPS (GE) e *broadcast*. Contavam, ainda, com os serviços de *call center* e *small works*.

A figura a seguir apresenta o organograma funcional e de comunicação do EOC com as *venues* de competição:





BOC = Broadcast Operations Centre, TOC = Technology Operations Centre, VICC = Venue Integration Committee Centre, TPP = Temporary Power Provider.

O EOC recebia informações sobre as *venues* através dos VEPM, do VICC ou de qualquer área funcional afetada, ou ainda se disponível, de sistemas BMS (Business Monitoring System) de monitoramento dos serviços de energia e de monitoramento e informações do setor de energia vinculado ao Governo Federal a partir de agentes (ONS, FURNAS, LIGHT) transmitindo as orientações e/ou informações, quando necessário, para os VEPM e outros centros de controle conforme apropriado (VICC, TOC, BOC, MOC).

Todas as informações do EOC eram processadas, concomitantemente, com o andamento das atividades de operação em curso e as ações eram decididas em conjunto com os parceiros dentro do EOC e comunicadas à VEPM, VICC e, se necessário, para outros centros de controle (TOC, BOC, MOC). Tomada a decisão, as informações eram transmitidas, podendo conter recomendações para ações a serem.

Inicialmente o planejado foi que representantes da APO responsáveis pelo tema de energia estariam diariamente acompanhando em três turnos, no entanto, após o sucesso da cerimônia de abertura e o acompanhamento nos dois primeiros dias sem ocorrências relevantes que exigissem atuação do EOC, pois eram solucionadas no âmbito da *venue*, o acompanhamento da APO foi acordado para ocorrer por acionamentos e nos *Briefings* (06h) e *Debriefings* (23h) quando da existência de atividade específica.

Esta atuação foi viável, pois, paralelamente, foram criados grupos no *Whatsapp* por instalação de competição e conforme monitoramento estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia, a toda ocorrência, relevante ou não, a equipe da APO de Energia recebia uma mensagem de texto no momento da ocorrência e da solução e, a posteriori, um relatório detalhado por e-mail.

Além do acompanhamento diretamente através do EOC, também fez parte do trabalho de apoio ao Comitê Rio2016 nas *venues* de competição, ou seja, em alguns dias do evento, por amostragem, os técnicos estiveram presentes nas *venues* para verificar os processos de operação e entender as pequenas ocorrências que estavam sendo tratadas pelo VEPM, a exemplo, como ocorreu no segundo dia dos Jogos Olímpicos, no Parque Olímpico da Barra, o



proprietário de um quiosque instalou equipamentos adicionais ao informado ao Comitê Rio2016, nas réguas de filtro de linha, ocasionando a interrupção momentânea do suprimento de energia no local, solucionado no âmbito do VEPM, sem interferência do EOC.

Considerou-se bem sucedido todo o processo de suprimento de energia com a participação da APO, pois se comprovou a estatística apresentada pelo Comitê Rio2016, conforme verificado em versões anteriores dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos:

- 95% das interrupções de energia ocorrem na baixa tensão e são devidas a sobrecargas causadas por deficiência de projeto e ligações não autorizadas de carga, danos acidentais aos cabos, falhas de equipamentos e conexões e erros de manobras e falhas na automação (ATS);
- 3% das interrupções são registradas nos sistemas de média tensão e são decorrentes de ajustes incorretos dos equipamentos de proteção, falhas ou danos em cabos e equipamentos e sobretensões; e
- 2% das interrupções são no sistema de alta tensão e decorrem de condições atmosféricas adversas, manutenção insuficiente e não obediência ao período de paralisação de intervenções na rede.

Assim, pode-se concluir que todo o planejamento efetuado no GT Operacional de Energia, seja quanto à disponibilização de infraestrutura de energia ou ao planejamento da operação, ocorreu conforme previsto e sob controle, tendo sido a atuação da APO reconhecida e elogiada pelo Comitê Olímpico Internacional.

Centro de Prontidão Federal

O objetivo dos órgãos do Governo Federal participantes do Centro de Prontidão Federal foi acompanhar a realização dos Jogos funcionando como um *eixo* de integração dos demais órgãos federais com interface no megaevento, representados nas posições: Esporte, Tempo, Doping, Energia, Telecom, Cultura & Turismo, Comunicação, Protocolo, Transporte, Logística, Social, Legal e Finanças.

Os órgãos participantes foram:

- Casa Civil da Presidência da República (CC/PR);
- Ministério dos Esportes (ME);



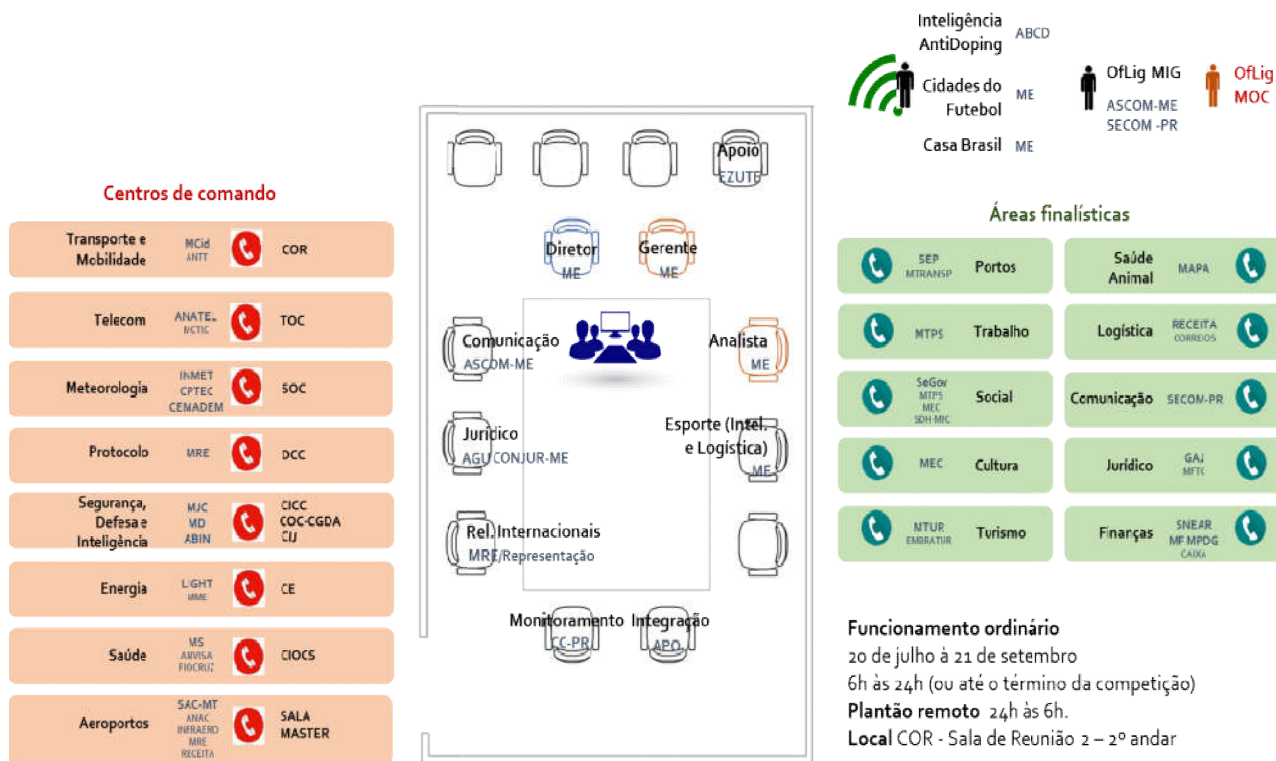
- Ministério de Minas e Energia (MME);
- Autoridade Pública Olímpica (APO); e
- Advocacia Geral da União (AGU).

O Centro de Prontidão Federal funcionou nas instalações do Centro de Operações Rio da Prefeitura do Rio de Janeiro, em horários distintos, conforme o período dos Jogos, a saber:

- Jogos Olímpicos (05 a 21/09/2016): das 06h às 24h;
- Transição (22/08 a 06/09/2016): das 08h às 19h; e
- Jogos Paraolímpicos (07 a 18/09/2016): das 08h às 22h.

Após estudos de viabilidade e adequabilidade, decidiu-se estabelecer o Escritório de Situação da APO justaposto ao CPF, à Subsecretaria de Projetos Especiais, ao Centro Integrado de Operações Conjuntas de Saúde (CIOCS) e ao Centro de Operações Rio, todos localizados nas instalações do COR.

Estruturação do CPF





A APO acompanhou a realização dos Jogos, contribuindo na busca de soluções de questões que pudessem impactar na consecução do evento, com ênfase nas áreas de energia e meteorologia. Compôs o ES com cinco equipes, de duas pessoas cada, que se revezavam em turnos diários. As reuniões ocorreram por intermédio de videoconferência com a Casa Civil da Presidência da República às 08h e por audioconferências com o MOC às 09h30 e às 18h30.

Entre as principais questões intermediadas pela APO, pode-se destacar:

- A APO fez a interlocução com a MB que, apesar de informar não operar na faixa de frequência apontada pela ANATEL, deixou de emitir mensagem no período da competição, permanecendo no modo “Silêncio Rádio” (não transmite, apenas recebe);
- Certificação de importação de *scooters* para os Jogos por parte do IBAMA para liberação junto à Receita Federal do Brasil – foi necessária uma ação extraordinária para garantir a agilidade na tramitação burocrática entre IBAMA e RFB. A APO atuou na mediação e todas as exigências legais foram cumpridas e a carga foi desembarçada no tempo adequado;
- Impedimento da operação de ecobarcos – na fase do planejamento foram estabelecidos, pela Marinha do Brasil e Polícia Federal, todos os procedimentos e áreas de atuação dos ecobarcos dentro do *Field of Play* (FOP). No entanto, ao iniciar os treinamentos, três fatos inopinados ocorreram ao mesmo tempo: os ecobarcos foram operar nas proximidades do Porto (área de segurança fora do FOP); a Escola Naval estabeleceu um perímetro de segurança em seu entorno sem ter participado do planejamento; e os adesivos de identificação dos ecobarcos, a serem fornecidos pelo Comitê Rio 2016, não foram entregues. Em face de todas estas questões, a APO realizou interlocuções com os diversos atores envolvidos (1º Distrito Naval, Escola Naval, Polícia Federal, Instituto Estadual do Ambiente - INEA e Rio 2016) e os óbices foram contornados com segurança e sem prejuízos à competição;
- Falta de autorização para atracação do Navio de Cruzeiro *Gateway* – todo navio ao se aproximar do Porto do Rio de Janeiro devia preencher, por intermédio de um sistema *on-line*, o formulário de permissão de atracação. Nessa requisição teria que receber o “de acordo” das instituições que legislavam sobre o Porto, entre elas Capitania dos Portos, ANVISA, Polícia Federal e Companhia Docas. Ao submeter a citada requisição, o navio recebeu “sinal



vermelho”, ou seja, impossibilidade de adentrar à Baía de Guanabara. A APO foi acionada e, após contatos com a Capitania dos Portos, tomou conhecimento que a restrição se dava pelo fato do Navio não ter pago a “taxa de vistoria” da ANVISA e também não ter enviado as “informações sanitárias” de bordo. O Rio2016 efetuou o pagamento no dia da atracação, obtendo, em confiança, a dispensa do tempo de compensação. Quanto às informações sanitárias, o navio informou que o atraso se deu por falta de sinal de internet para transmissão. Após vistoria rigorosa, houve a liberação total da embarcação e permissão de desembarque; e

- Liberação de Balsa para Triatlo Paraolímpico – no dia anterior ao início dos treinamentos oficiais, o Comitê Rio2016 apresentou à Capitania dos Portos um flutuante para operar como “balsa de partida” para os competidores do triatlo paraolímpico. Ocorre que a embarcação apresentada era licenciada e adequada apenas para transporte de carga. Desta forma, muitas foram as exigências a se cumprir, até que se obtivesse a regularização da balsa, em um espaço de tempo extremamente curto. Ao ser demandada, a APO, imediatamente, intermediou e coordenou as ações necessárias entre a Capitania dos Portos, a Empresa Classificadora Record, a Sabahmar Serviços Marítimos Ltda e o Comitê Rio2016, de forma que, em 48 horas, todas as exigências foram cumpridas e às 05h da manhã, do último e obrigatório dia de treinamento oficial, a balsa foi posicionada para os testes oficiais de cronometragem, que se iniciariam às 09h.

O Governo Federal, diariamente, expedia um relatório denominado Sistema Integrado de Monitoramento da Presidência da República (SIM-PR), com a finalidade de subsidiar os Ministros de Estado com as informações sobre as principais áreas de interesse do Governo. Dentro desse sistema, coube à APO encaminhar as avaliações diárias sobre o tema “Qualidade da Água”, baseadas nos relatórios recebidos do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão responsável pela coleta e avaliação dessa atividade.

Ao longo de todo o processo de elaboração da Estrutura Conjunta de Comando, Coordenação e Comunicações para os Jogos Rio 2016, foram realizados três exercícios de mesa, quando, então, foi possível ratificar e retificar procedimentos para a resolução de questões que viessem a impactar sobre o andamento dos Jogos. O tempo, com a realização dos Jogos, comprovou a assertiva do processo de tomada de decisões e o saldo foi altamente positivo no trato das principais questões demandados.



Na impossibilidade de se operar dentro do MOC, como pleiteado no curso do planejamento, a decisão de se estabelecer o ES, CPF, SUBAPE e CIOCS nas instalações do COR mostrou-se correta e muito contribuiu na resolução das questões que surgiram.

Portanto, ao final dos Jogos Rio 2016, depreende-se que a APO cumpriu com sua missão de integrar os esforços dos três níveis de governo na viabilização das obras e dos serviços necessários à organização e à realização dos Jogos.

Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde

De acordo com a Portaria MS nº 1.139, de 10 de junho de 2013, o Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde foi uma unidade operacional de trabalho de caráter extraordinário e temporário, com arquitetura integrada para a gestão das ações do setor saúde, nos âmbitos da vigilância e assistência, com foco no compartilhamento de informações em saúde, apoio às decisões durante os eventos de massa e monitoramento aos incidentes relacionados à saúde. O CIOCS possuiu três eixos de atuação: Monitoramento, em articulação com os setores técnicos especializados para as emergências em saúde pública (ESP); Relatoria - elaboração de instrumentos de comunicação padronizados baseados nas informações repassadas pelo monitoramento; Resposta Rápida – unidade acionada para coordenar a resposta.

O papel do CIOCS nos Jogos Rio 2016 foi monitorar os agravos de interesse de saúde pública junto às unidades de referência de urgência e emergência (hospitais, Coordenações de Emergência Regional-CER e Unidades de Pronto Atendimento-UPA), bem como os atendimentos médicos de responsabilidade do Comitê Rio2016, realizados nos postos médicos das instalações de competição, de não competição e de treinamento dos Jogos e na Policlínica dos Atletas.

Essa sala de situação foi especialmente preparada para a gestão exclusiva das ações de saúde, com o objetivo de monitorar as principais ameaças, como acidentes e traumas, doenças transmissíveis, problemas sanitários, desastres naturais, atos intencionais, manifestações populares e, ainda, a dificuldade de encontrar os casos de doenças infecciosas para ações de vigilância e controle.



O CIOCS funcionou nas instalações do Centro de Operações Rio da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Os órgãos participantes foram:

- Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – SMS (Coordenação);
- Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro – SES;
- Ministério da Saúde – MS; e
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Os objetivos específicos foram:

- Monitorar e detectar oportunamente os Eventos de Saúde Pública (ESP) relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos;
- Consolidar e avaliar, diariamente, os dados recebidos pelas unidades e serviços de saúde;
- Classificar os ESP conforme análise de risco;
- Elaborar os instrumentos de comunicação padronizados para os gestores; e
- Responder, no âmbito de sua competência, às demandas técnicas, de imprensa, administrativas, e as potenciais Emergências em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

O foco do monitoramento abrangeu os seguintes componentes:

- Atenção à saúde;
- Regulação das vagas para remoção hospitalar;
- Atendimento de urgência/emergência pré-hospitalar e hospitalar;
- Oferta/demanda dos serviços de saúde;
- Vigilância epidemiológica;
- Doenças e agravos de notificação compulsória;
- Risco/ameaça dos eventos internacionais;
- Vigilância em saúde ambiental;



- Qualidade da água para consumo humano;
- Vetores, animais sinantrópicos e peçonhentos;
- Agentes químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e explosivos;
- Vigilância sanitária;
- Serviços de alimentação;
- Serviços de saúde; e
- Saúde do viajante e bagagem acompanhada.

Durante os Jogos, o CIOCS teve diferentes fases da ativação operacional, as quais variaram de acordo com o fluxo e a concentração de pessoas no tempo e no espaço e a consequente mudança no foco principal do monitoramento.

Pré-Jogos

De 05/07/2016 a 28/07/2016 (nível de ativação 0), funcionou virtualmente, ainda sem instalação de sala. Foram desenvolvidas, pelos órgãos de saúde, atividades de monitoramento conjunto da chegada das delegações olímpicas, da imprensa e dos turistas, com o objetivo de identificar e responder emergências que pudessem estar relacionadas ao trânsito de viajantes.

De 29/07/2016 a 04/08/2016 (nível de ativação 1), com instalação de sala e funcionamento com equipes presenciais dos três entes das 9h às 18h. Continuidade das atividades de monitoramento da chegada das delegações e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras, além do monitoramento das competições nas Cidades do Futebol e do público presente nos eventos culturais em áreas de aglomeração de pessoas pela cidade.

Jogos Olímpicos

De 05/08/2016 a 21/08/2016 (nível de ativação 2), com instalação de sala e funcionamento com equipes de saúde presenciais dos três entes durante 24h, em turnos. Monitoramento das chegadas e partidas das delegações e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras, do público presente nos eventos culturais pela cidade (*Live*



Sites, Casas dos Países etc), dos atendimentos realizados nos hospitais de referência e, nos locais de competição, treinamento e não-competição, sob responsabilidade do Comitê Rio2016.

Transição dos Jogos

De 22/08/2016 a 26/08/2016 (nível de ativação 1), com instalação de sala e funcionamento com equipes presenciais dos três entes das 9h às 18h. Monitoramento das partidas das delegações olímpicas e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras.

De 27/08/2016 a 05/09/2016 (nível de ativação 0), sem instalação de sala. Foram desenvolvidas atividades de monitoramento conjunto da chegada das delegações paraolímpicas, da imprensa e dos turistas, com o objetivo de identificar e responder emergências que pudessem estar relacionadas ao trânsito de viajantes.

Jogos Paraolímpicos

De 06/09/2016 a 18/09/2016 (nível de ativação 2), com instalação de sala e funcionamento com equipes de saúde presenciais dos três entes das 8h às 20h. Monitoramento das chegadas e partidas das delegações e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras, do público presente nos eventos culturais pela cidade (*Live Sites*, Casas dos Países etc), dos atendimentos realizados nos hospitais de referência e, nos locais de competição, treinamento e não-competição, sob responsabilidade do Comitê Rio2016.

Pós-Jogos

De 19/09/2016 a 20/09/2016 (nível de ativação 1), com instalação de sala tripartite e funcionamento com equipes presenciais das 9h às 18h. Monitoramento das partidas das delegações paraolímpicas, imprensa e do trânsito de viajantes nos aeroportos, portos e fronteiras.

O horário de funcionamento com equipes presenciais durante os Jogos Paraolímpicos se justificou pela menor dimensão desse evento em comparação com os Jogos Olímpicos. No caso das Paraolimpíadas, todas as competições foram realizadas na cidade do Rio de Janeiro e o fluxo de turistas de outros países foi reduzido, o que implicou num risco menor para a saúde pública como um todo, tendo sido observada uma redução no quantitativo de atendimentos.



A APO participou do planejamento do funcionamento do CIOCS, cuja estrutura teve as funções de detecção, monitoramento e resposta a eventos de importância de saúde pública durante o período dos Jogos Rio 2016. O planejamento resultou na elaboração do Plano de Ação do Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, que teve por objetivo sistematizar os processos e atividades de monitoramento no CIOCS Tripartite, exclusivamente, neste período.

A rotina do CIOCS durante os Jogos previu assentos apenas para os órgãos de saúde, os quais eram responsáveis por fazer a compilação de todas as informações e notificações recebidas pelos pontos focais estabelecidos, analisar e descrever o perfil dos atendimentos médicos realizados e as ocorrências relacionadas à prestação de serviços de saúde e alimentação, além dos rumores nacionais e internacionais e elaborar e discutir um relatório diário sobre o perfil de atendimento, prestação de serviços de saúde e de alimentação, para divulgação aos gestores.

A elaboração do relatório consolidado diário com as informações resumidas das principais ocorrências, os destaques do dia e outras informações julgadas relevantes, era responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, coordenadora do CIOCS, a qual fazia a divulgação do mesmo a todos os gestores interessados.

Cabe esclarecer que o CIOCS não se constitui numa iniciativa inédita, já tendo sido implementado com sucesso em outros grandes eventos sediados recentemente no Brasil. Entretanto, foram necessários alguns ajustes no modelo para os Jogos Rio 2016, considerando a simultaneidade e a complexidade dos diversos eventos e a concentração de pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Considerando o que estava planejado, pode-se dizer que os órgãos de saúde pública não apenas cumpriram o seu papel, como o extrapolaram, na medida em que tiveram que suprir deficiências na atuação do Comitê Organizador Rio2016.

A seguir, destacam-se os principais problemas acompanhados pela APO e sua respectiva solução:

- Recursos Humanos para os Serviços Médicos do Rio2016: Desde o início das competições olímpicas, o Rio2016 solicitou a cessão de profissionais de saúde para recompor as equipes de serviços médicos nas instalações esportivas, considerando que os médicos voluntários



compareceram em quantitativo abaixo da expectativa inicial. SES e SMS supriram a demanda apresentada para as Olimpíadas;

- Fluxo de informações para o CIOCS: Às vésperas do início dos Jogos Olímpicos, os entes governamentais foram surpreendidos com a indisponibilidade de informações provenientes do sistema de prontuário eletrônico, no qual deveriam ser inseridas as informações referentes aos atendimentos médicos realizados dentro das instalações do Rio2016. Houve atraso no envio das informações dos atendimentos médicos pelo Rio2016 ao CIOCS. Essas dificuldades foram contornadas pelos representantes da Vigilância Epidemiológica dos três entes, que repactuaram com o Rio2016, a forma de repasse das informações a fim de garantir a atuação da vigilância epidemiológica no evento; e
- Atuação da vigilância sanitária: Funcionou o fluxo de informações das equipes de vigilância sanitária para o CIOCS, sobretudo, na fiscalização dos serviços de alimentação, permitindo o monitoramento dos surtos alimentares ocorridos. Foram verificadas diversas irregularidades nos serviços de alimentação. Entretanto, tanto a equipe de fiscalização da vigilância sanitária, como a equipe de segurança alimentar do Rio2016, se mostraram interessadas em corrigir as irregularidades verificadas e garantir a qualidade dos alimentos oferecidos aos diversos grupos de clientes dos Jogos.

O modelo de monitoramento planejado dependia, enormemente, do cumprimento do fluxo de informações entre todos os atores envolvidos nas atividades de saúde. A despeito dos múltiplos esforços empreendidos pelos representantes do Rio2016 e pelos governos que os auxiliaram com a cessão de mão-de-obra, desde o início das Olimpíadas até o término das Paraolimpíadas, foram identificadas muitas falhas no repasse das informações dos atendimentos médicos prestados dentro das áreas credenciadas pelo Rio2016 para o CIOCS, o que prejudicou, principalmente, a atuação do serviço de vigilância epidemiológica, comprometendo a capacidade de resposta dos órgãos de saúde pública frente a eventuais surtos e emergências médicas.

Cabe ressaltar, ainda, dois impactos positivos da contribuição direta dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) na operação do Rio2016: o estreitamento dos laços entre os diversos profissionais do SUS e os representantes do Rio2016 nos *clusters* em que atuaram e a observação direta dos eventos de interesse da saúde pública dentro das instalações olímpicas e



paraolímpicas por profissionais que também atuam no CIOCS, potencializando a parceria Rio2016 – CIOCS.

A APO acompanhou a identificação dos problemas relacionados à área de saúde durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e a evolução das tratativas para solucioná-los, por intermédio da interação regular com os representantes dos órgãos de saúde, da governança dos Jogos e do Comitê Organizador Rio2016.

Dados Meteorológicos

Em abril de 2012, a APO recebeu o Ofício nº 160/2012 (Ref. Coleta e Monitoramento de Dados Climáticos) do Comitê Rio2016, o qual solicitava que a APO contribuisse para reunir e integrar as diferentes instituições que tratam do tema, pois a entrega era necessária para os Jogos. Desde então, a APO trabalhou estrategicamente na integração dos entes e na articulação junto aos governos e ao Comitê para que os requisitos fossem plenamente atendidos.

Haja vista que, no Brasil, os serviços meteorológicos são descentralizados e prestados por diversas agências governamentais com diferentes especialidades, foi instituído um Grupo de Discussão de Dados Meteorológicos em 1 de agosto de 2013, coordenado pela Autoridade Pública Olímpica, com a finalidade de atender a demanda do Comitê Rio2016 no fornecimento de dados e na prestação dos serviços meteorológicos. O Grupo foi formado pelo Comitê Rio2016 e pelas seguintes instituições governamentais:

- INMET;
- CPTEC/INPE;
- CEMADEN/MCTI;
- CHM;
- INEA;
- SIMCosta;
- Alerta Rio;
- SMAC;
- DECEA; e



- Rio2016.

Dessas instituições, o INMET ficou responsável pela integração dos dados coletados pelos órgãos integrantes do grupo e pela coordenação operacional do escritório de meteorologia, denominado Serviço Meteorológico Esportivo, durante o *Games Time*.

Como meio de formalizar o processo e demandar incumbências, em 25/03/2015, foi firmado um Memorando de Entendimento entre os entes participantes dos serviços de meteorologia, nele estando contida uma matriz de responsabilidades. A elaboração do documento veio devido à falta de formalização, até aquele momento, de quais instituições poderiam realizar a coleta, a integração e o fornecimento dos dados meteorológicos. A APO atuou na confecção do documento e nas ações pertinentes ao encaminhamento e assinatura do memorando por cada uma das entidades necessárias à prestação dos serviços meteorológicos.

Durante o *Games Time*, a APO atuou como facilitadora, realizando a interlocução entre o Comitê Rio2016 e os governos a fim de garantir o cumprimento do que foi pactuado como entrega para o período. Além disso, a APO alocou um colaborador para coordenar a operação dos escritórios, acompanhar as entregas e articular a solução das questões que se apresentaram durante o *Games Time* e que poderiam atrapalhar e/ou inviabilizar as entregas.

A operação de Dados Meteorológicos iniciou com a abertura do MOC no dia 21 de julho. Ao longo do período, algumas situações ocorreram, mas todas foram resolvidas e não comprometeram o desempenho da equipe e a entrega do serviço. A APO acompanhou o trabalho da meteorologia nas instalações e atuou ativamente na interlocução junto aos envolvidos. Dentre as principais situações em que houve atuação da APO, destaca-se:

- A realização de articulações envolvendo a Casa Civil da Presidência da República, o MAPA e o MCTI, tendo como objetivo a liberação de recursos para o reparo de uma das boias meteocanográficas, que havia sofrido danos por abalroamento, a implementação da modelagem numérica de alta resolução, realizada pelo CPTEC, o uso do supercomputador para os cálculos dos programas que auxiliam os previsores e pagamento de diárias dos meteorologistas;



- Quando foi verificado que nem todos os requisitos de tecnologia para os escritórios haviam sido atendidos pelo Comitê, a APO fez a interlocução para que a infraestrutura requerida e acertada previamente fosse atendida;
- No dia 26 de julho, a APO foi informada de que a boia meteoceanográfica RJ-01, instalada na saída da Baía de Guanabara, havia sido abalroada e seu sistema de flutuabilidade teria sido atingido. Devido à importância do equipamento para a operação, foi necessário realizar uma vistoria no equipamento que poderia resultar na sua retirada e na realocação de outra boia;
- O Escritório do Estádio da Lagoa deveria iniciar suas operações no dia 01 de agosto e ser mobiliado por meteorologistas do INEA. No entanto, no final do mês de junho, a APO foi informada pelo INEA de que o contrato com os profissionais terceirizados havia sido descontinuado. Foi necessário que a APO interviesse junto ao Governo do Estado e, paralelamente, articulasse junto ao comitê a contratação de meteorologistas para completar a escala do escritório;
- Desde a avaliação da operação de meteorologia durante os eventos-teste, havia sido verificada a necessidade de aumentar a precisão dos dados coletados na Lagoa Rodrigo de Freitas, já que o Remo e a Canoagem eram esportes muito sensíveis ao vento. Diante disso, houve necessidade da atuação da APO no sentido de conscientizar o Comitê a respeito da importância da coleta de dados a partir da Lagoa. A questão tornou-se prioritária e as estações foram instaladas; e
- Pouco antes do início do período paraolímpico, a boia meteoceanográfica RJ-01 sofreu um ato de vandalismo. Para o reparo, o SIMCOSTA solicitou o apoio da APO apenas em relação à liberação para a navegação em horário de restrição junto à Capitania dos Portos. A boia teve o anemômetro substituído no dia do início das competições de Vela, contudo não houve prejuízo para as previsões.

O trabalho da meteorologia foi realizado de acordo com o requerido pelo COI, inclusive para a Paraolimpíada, atingindo plenamente os seus objetivos e sendo bastante elogiado pelo Comitê Rio2016.



Sala Master de Comando e Controle

A Sala Master de Comando e Controle, instalada no Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), Organização Militar subordinada ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), foi uma parte operacional do planejamento do setor de aviação civil para os Jogos Rio 2016, conduzido pelo Comitê Técnico de Operações Especiais (CTOE) da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO).

Na Sala Master foram compartilhadas informações sobre o deslocamento de atletas, animais e equipamentos utilizados nas competições, bem como sobre os voos de chefes de Estado, dignitários e autoridades governamentais.

O trabalho na Sala Master foi baseado no processo de decisão colaborativa (CDM, do inglês *Collaborative Decision Making*), metodologia adotada no CGNA, na qual diferentes órgãos participaram da avaliação e escolha dos procedimentos na gestão de uma determinada situação no gerenciamento do fluxo de tráfego aéreo.

Os órgãos participantes foram:

- Secretaria de Aviação Civil (Órgão Coordenador);
- Autoridade Pública Olímpica;
- Comitê Rio2016;
- Comando da Aeronáutica;
- Agência Nacional de Aviação Civil;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Receita Federal do Brasil;
- Polícia Federal;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional;
- Petrobrás;



- Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo;
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- RIOgaleão; e
- Representante dos operadores aeroportuários privados (XNG).

A Sala Master foi constituída para agregar e integrar os órgãos do governo e os atores envolvidos na operação do setor de aviação civil para agilizar o fluxo de informação e a tomada de decisão colaborativa.

A integração dos órgãos e empresas, no ambiente de atividade ininterrupta, propiciou não só a rápida resposta em momentos de contingência, como garantiu a qualidade de todas as ações executadas por conta da presença de representantes de cada setor.

A Sala Master foi ativada no dia 20 de julho de 2016 e operou, ininterruptamente, até o dia 21 de setembro de 2016.

Foram designados para representar a APO na Sala Master os servidores que participaram das reuniões do CTOE e, por conseguinte, acompanharam e atuaram no processo de planejamento do setor.

Como instituição integrante do CTOE, a APO atuou na Sala Master estabelecendo, principalmente, a conexão entre os órgãos governamentais ali representados e as demandas que envolviam não só as operações aeroportuárias como também aquelas tocantes à cidade.

Devido ao planejamento e à integração dos diversos órgãos governamentais e demais atores envolvidos, as operações do setor de aviação civil puderam ser executadas com resultados bastante positivos, que foram atestados por meio de dados significativos, divulgados pela SAC, tais como o índice de pontualidade de 94,8% no período Olímpico e 95,3% no Paraolímpico, ambos superiores aos índices atingidos nos Jogos de Londres 2012, e à pesquisa de satisfação aplicada nos aeroportos envolvidos diretamente nos Jogos, que alcançou o melhor resultado, desde 2013, quando foi implementada pela SAC.

A equipe da APO presente à Sala Master atuou, dentre outras, nas seguintes questões:

- Greve da Petrobrás, que impactou no abastecimento no aeroporto de Salvador;



- Autorização de sobrevoo de servidores da Prefeitura em áreas restritas sobre a Vila e Parque Olímpico;
- Solicitação de apoio da INFRAERO para disponibilizar meteorologistas no aeródromo de Jacarepaguá no período de 24 horas;
- Interlocução com o Centro de Prontidão Federal (CPF) para a liberação de alimentação animal;
- Anuência do IBAMA para a liberação de motocicletas para a operação nos Jogos Equestres;
- Conexão entre o Aeroporto de Guarulhos e o Comitê Rio2016 relativo à falta de informações sobre o grande número de chegadas de atletas cujos voos não estavam sendo previstos no Sistema de Chegadas e Partidas (ADS);
- Conexão entre a Casa Civil do Governo do Estado e a INFRAERO, visando reforçar o contingente de policiais militares na segurança do Aeroporto Santos Dumont, durante evento com torcedores de futebol, em dia de pico de operação de partidas paralímpicas;
- Interlocução entre MME, RIOgaleão e SindiTelebrasil para a instalação de equipamentos e ativação de cobertura de SMP (Serviço Móvel Pessoal) no Píer Sul do Aeroporto Galeão;
- Solicitação de reforço de equipe Rio2016 na área de Credenciamento do Aeroporto do Galeão para atendimento dos voos na madrugada;
- Interlocução com os fóruns competentes para reforço na segurança à via de acesso ao hangar da Líder Táxi Aéreo; e
- Apoio ao Comitê Rio 2016 nas operações do *Check In* Remoto na Vila dos Atletas nos períodos Olímpico e Paralímpico.

Acompanhamento das atividades de segurança

Participaram das atividades de segurança durante os Jogos Rio 2016, representantes de todas as instituições de Segurança Pública, Defesa Nacional, Defesa Civil, Inteligência e o Comitê Organizador Rio2016. A coordenação dos diversos centros deu-se por intermédio da participação colaborativa de todos os integrantes ou, conforme o caso, pela liderança situacional.



O objetivo de todos os centros de comando e controle responsáveis pela segurança dos Jogos foi a coordenação de suas atividades por intermédio da interoperabilidade das agências envolvidas, em todos os quatro eixos de planejamento e emprego – Segurança Pública, Defesa Civil, Defesa Nacional e Inteligência.

Todos os centros a seguir listados permaneceram abertos durante todo o período de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, incluindo a fase de transição entre ambos:

- Comitê Executivo de Segurança Integrada, nível nacional – CESI;
- Comitê Executivo de Segurança Integrada Regional – CESIR;
- Centro Integrado de Comando e Controle Regional – CICCR;
- Comando Geral de Defesa de Área – CGDA;
- Centro de Inteligência dos Jogos – CIJ;
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCS / Comando de Defesa Setorial – CDS – BARRA;
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCS / Comando de Defesa Setorial – CDS – COPACABANA;
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCS / Comando de Defesa Setorial – CDS – DEODORO;
- Centro Integrado de Comando e Controle Setorial – CICCS / Comando de Defesa Setorial – CDS – MARACANÃ;
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / BARRA (15);
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / COPACABANA (04);
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / DEODORO (10); e
- Centro Integrado de Segurança das Instalações – CISI / MARACANÃ (05).

O acompanhamento das atividades de segurança pela APO visou verificar se tudo o que foi planejado foi bem realizado, se as ocorrências receberam o tratamento adequado, se a estrutura de comando e controle exerceu o seu papel com eficácia e eficiência, se os altos



dirigentes dos entes envolvidos receberam as informações relevantes, tempestivamente, e se havia questões críticas a serem tratadas com a colaboração da APO.

Além do funcionamento dos diversos centros citados, durante a realização dos Jogos, a equipe da APO fez o acompanhamento de eventos de grande envergadura, como as cerimônias de abertura e encerramento e os eventos públicos com grande participação popular e outros com possíveis impactos na segurança. Foram realizadas, também, visitas às estruturas e instalações diretamente relacionadas com a operação dos Jogos, como as principais artérias de mobilidade da cidade, instalações de coordenação da infraestrutura estratégica, porto, aeroportos, entre outras.

A Autoridade Pública Olímpica cumpriu a missão de garantir um grande evento seguro com comemorações pacíficas. Planejar e coordenar a atividade de segurança dos Jogos foi um desafio vencido com empenho e determinação por todas as instituições e agências, dos três níveis de governo.

Os demais grandes eventos já sediados no país não apresentaram complexidade similar a que foi enfrentada nos Jogos Rio 2016. Apesar da assimetria e da independência operacional e logística dos envolvidos, nos quatro diferentes eixos de interesse, foi verificado o emprego de instituições capacitadas e preparadas, com seus integrantes motivados e conscientes de seus papéis no contexto dos Jogos.

Os incidentes que ocorreram foram tratados com oportunidade e eficiência, sendo equacionados nos centros de comando e controle de nível adequado. Nada escalou para os centros subsequentes. Alguns dos principais legados de segurança dos Jogos foi de aplicar e aperfeiçoar a doutrina de operações interagências e comando e controle nas atividades de segurança envolvendo a Segurança Pública, Defesa Nacional, Defesa Civil e Inteligência.

Casa Brasil 2016

A Casa Brasil 2016 consistiu em um projeto especial da Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, que possui vasta experiência em edições anteriores, no exterior, devido à sua participação em outros grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo da África do Sul e Jogos Olímpicos de Pequim e de Londres.



Foi composta pela Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, vinculada ao Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), pelos Ministérios da Cultura (MinC), do Turismo (MTur), do Esporte (ME), da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), das Relações Exteriores (MRE) e Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM). Por meio da Portaria Interministerial nº 28, de 18 de janeiro de 2016, ficou designada a Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil) como responsável por elaborar, desenvolver, executar e operar a Casa Brasil 2016.

A Casa Brasil 2016 foi, assim, um espaço de referência do Governo Federal Brasileiro e de promoção da imagem-país, sendo utilizado para exposições permanentes, divulgação de programas governamentais, realização de ações de relacionamento, promoção de negócios, entre outros. A ideia foi a construção de um espaço para reforço da atratividade de negócios, governança e qualidade; promoção de atributos de imagem já associados ao país, tais como Cultura, Turismo e Povo; promoção de produtos e empresas brasileiras e atração de investimentos para o Brasil.

O período de funcionamento durante as Olimpíadas e Paraolimpíadas foi o seguinte:

- Preparação – de FEV/2016 a AGO/2016 (desenvolvimento e alimentação do Painel APO para a Casa Brasil);
- Pré-Jogos – de 02/08/2016 a 03/08/2016 (transporte e montagem dos equipamentos);
- Jogos Olímpicos – de 04/08/2016 a 21/08/2016, das 10h às 20h;
- Transição dos Jogos – de 22/08/2016 a 06/09/2016, das 14h às 20h;
- Jogos Paraolímpicos – de 07/09/2016 a 18/09/2016, das 10h às 20h; e
- Pós-Jogos – de 19/09/2016 a 23/09/2016 (desmontagem e retorno dos equipamentos).

A APO participou em várias frentes na Casa Brasil 2016:

1) Disponibilização do equipamento de *Video Wall*

A APO firmou um Termo de Cooperação com a Apex-Brasil e disponibilizou um equipamento de *VideoWall* para ser utilizado na Casa Brasil 2016;

2) Painel APO para a Casa Brasil 2016



Desenvolvimento, alimentação e disponibilização do Painel Casa Brasil, por intermédio do qual a APO coletou, condensou e exibiu informações sobre os principais projetos do Governo Federal nas áreas de turismo, saúde, esporte e meio ambiente, bem como as principais ações executadas pelos entes para a realização dos Jogos Rio 2016, contemplando infraestrutura olímpica, mobilidade, meteorologia, revezamento das Tochas Olímpica e Paraolímpica e eventos-teste;

3) Conteúdo Audiovisual

Foi produzido um filme institucional, versando sobre as atribuições e funcionamento da APO. Tal filme foi produzido por uma empresa contratada pela Embratur, com filmagens realizadas nas instalações da APO e também com imagens cedidas pelo Comitê Rio2016; e

4) Acompanhamento presencial dos colaboradores da APO

Foi elaborada uma atuação presencial dos colaboradores da APO na Casa Brasil 2016.

Pelo que foi observado no acompanhamento diário feito pela APO, atingiu-se plenamente os objetivos propostos, auxiliando a Casa Brasil 2016 na exposição de informações importantes sobre o “Brasil Olímpico” e seu legado de infraestrutura, bem como na promoção do esporte, cultura, turismo, tecnologia, sustentabilidade, inovação e produtos e serviços brasileiros para o público nacional e estrangeiro que esteve no local.

F. Atividades Pós Jogos

Após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a instituição concentrou-se na finalização de seus trabalhos internos, na finalização dos trabalhos relacionados ao legado documental do Sistema APO, bem como na fase de transição para o acompanhamento das decisões finais sobre o legado. As principais atividades executadas pela instituição nesta fase estão descritas a seguir:

Legado Documental Sistema APO

Com a finalidade de transferir o conteúdo das informações coletadas e produzidas pela Autarquia, tanto na sua função macrointegradora (no relacionamento com os entes), quanto na



sua função microintegradora (no relacionamento interno com todas as Diretorias), a APO utilizou critérios históricos, arquivísticos, metodológicos e jurídicos para a sua concepção, sendo o material elaborado, encaminhado ao Arquivo Nacional, seguindo as diretrizes daquele Órgão. Para tanto, os analistas realizaram os ajustes nos conteúdos dos Sistemas de Acompanhamento e Sistema de Integração Operacional.

Visando concretizar um legado tangível da APO, o projeto "Legado do Sistema APO" teve por objetivo principal a geração da documentação completa e atualizada do Sistema APO, contemplando o contexto histórico, a Metodologia APO e a Documentação dos Sistemas de Informação (Governança, Acompanhamento de Obras e Serviços, Integração Operacional e Gestão Eletrônica de Documentos).

Energia

Neste período também foram realizadas reuniões técnicas e estratégicas para o tratamento de novas situações relacionadas ao tema energia que surgiram por conta da desmobilização das estruturas temporárias, seja para readequação para os Jogos Paraolímpicos ou a desmobilização definitiva.

Transferência de Conhecimento ao Comitê Japonês (Tokyo 2020)

No dia 19 de setembro a APO recebeu a governadora da cidade de Tóquio, Yurico Koike, oportunidade na qual o presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), Marcelo Pedroso, apresentou as ações empreendidas pelos entes públicos para garantir a infraestrutura necessária aos Jogos e o planejamento do legado das instalações esportivas dos Jogos Rio 2016. “Apesar das dificuldades que parecem ter ocorrido, parabênzimo pelo sucesso na realização dos Jogos Rio 2016”, declarou na visita a governadora, que estava acompanhada do cônsul Kentaro Kato, e integrantes da organização dos Jogos Tóquio 2020.

O presidente da APO explicou que cada edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos é única e que alguns conceitos podem não se aplicar diretamente na organização do evento em outro país, mas podem servir de inspiração. O conceito da arquitetura nômade, por exemplo, que prevê a transformação de instalações esportivas para outras finalidades, chamou a atenção da governadora de Tóquio. “A transformação da Arena do Futuro em quatro escolas públicas é a imagem do que é sustentabilidade e uma mensagem forte para o mundo”, afirmou Koike.



No período de 28 a 30 de novembro de 2016, a APO participou do “Debriefing Rio 2016”, na cidade de Tóquio, a convite do Comitê Olímpico Internacional. Nessa ocasião, o Presidente da APO, juntamente com representantes do Ministério das Minas e Energia e Comitê Rio2016, participou de apresentação acerca do tema “Energia”, com foco na implementação do projeto de distribuição da rede de energia elétrica, necessária a realização das competições de acordo com o projeto olímpico, abordando dificuldades encontradas, soluções adotadas e nos resultados para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e o legado gerado para a cidade. O presidente participou ainda de uma sessão juntamente com representantes da Prefeitura e do Comitê Rio 2016, de um painel sobre Governança onde foi abordada a estrutura implementada no Rio de Janeiro envolvendo os entes governamentais e o Comitê para articular a gestão conjunta do projeto, bem como as dificuldades enfrentadas pelo modelo adotado. Foi de grande valia a participação de todos, transmitindo conhecimentos e experiências vivenciadas o que, com certeza, muito contribuirá com o planejamento para os Jogos Tóquio 2020.

Desmobilização Institucional

Por meio da Resolução nº 23/16 o Conselho Público Olímpico decidiu pela desmobilização da Autoridade Pública Olímpica para 31 de março de 2017. A primeira fase ocorrendo até 31 de dezembro de 2016 e a segunda fase de janeiro a março de 2017, com a redução do quadro de pessoal para realizar o encerramento do exercício de 2016 e a liquidação administrativa. Essa desmobilização seria implementada por um Grupo Técnico de Liquidação (GTL) a ser composto por funcionários preferencialmente oriundos de Brasília e as atividades de encerramento deveriam ocorrer naquela cidade.

G. Divulgação Institucional

O segundo semestre de 2016 começou com um intenso trabalho de finalização dos preparativos da área de comunicação para a realização dos Jogos Rio 2016, que tiveram sua abertura em 5 de agosto de 2016, no estádio do Maracanã.

A Assessoria de Comunicação (Ascom) da APO foi um dos parceiros da Prefeitura do Rio, junto com demais entes governamentais, Comitê Rio2016 e parceiros privados, na organização do Rio Media Center (RMC), um centro de mídia instalado no Pavilhão Olímpico, no bairro da



Cidade Nova. O espaço foi destinado à divulgação da cultura brasileira e das transformações da cidade do Rio de Janeiro estimuladas pelos Jogos Rio 2016 para jornalistas nacionais e estrangeiros que não estavam cobrindo competições esportivas.

O RMC funcionou 24 horas entre os dias 27 de julho de 2016 e 20 de setembro de 2016. A Ascom da APO acompanhou as principais entrevistas coletivas para manter a instituição atualizada e contribuir na divulgação de fatos relevantes em seu site institucional e redes sociais. Além disso, realizou intenso relacionamento com a imprensa e parceiros nos eventos do RMC e colaborou na divulgação de assuntos do centro de mídia por meio de sua lista de contatos de jornalistas de todas as mídias do país.

A Ascom elaborou, ainda, o planejamento da cessão do *videowall* para o RMC, acompanhou a instalação do equipamento no espaço de estações de trabalho dos jornalistas e treinou os profissionais para sua operação, com a divulgação de informações importantes sobre os Jogos Rio 2016 e a rotina do centro de mídia. Coordenou a participação da instituição na cerimônia de abertura do RMC e atendeu a demandas de imprensa de diversos veículos, organizando entrevistas exclusivas para jornais nacionais, como TV Globo, SporTV, O Globo, Folha de S. Paulo e Globoesporte.com, além de estrangeiros, como o *site* britânico *Around the Rings*, especializado em esportes e um dos mais acessados do Reino Unido, e o jornal Mainichi, considerado um dos mais importantes do Japão.

Após decisão do Conselho Público Olímpico, a Ascom também elaborou texto de divulgação da quinta atualização da Matriz de Responsabilidades, publicada no *site* da APO, acompanhou a repercussão na mídia e atendeu demandas pontuais da imprensa sobre o assunto.

Outra atividade realizada pela Ascom no período foi a colaboração na preparação da visita da governadora de Tóquio e comitiva à APO para conhecer o projeto de legado dos Jogos Rio 2016.

No período dos Jogos, de acordo com informações coletadas pelo serviço de clipagem, a APO foi citada 266 vezes em publicações nacionais e estrangeiras, um espaço equivalente a R\$ 23,7 milhões, caso fosse comercialmente ocupado.



Após o evento, a APO finalizou uma publicação institucional digital sobre a experiência inédita da integração governamental tripartite na administração pública brasileira. A revista “Autoridade Pública Olímpica – A Experiência Inédita do Modelo de Integração Governamental nos Jogos Rio 2016” tem por objetivo divulgar o trabalho desenvolvido pela APO e colaborar no debate sobre novas experiências semelhantes que possam vir a ser adotadas em grandes projetos de gestão pública integrada que envolvem a construção de benefícios e melhorias na qualidade de vida da população.



2

2. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



A APO é o primeiro Consórcio Público do país formado por entes de diferentes esferas da Federação, com participação da União e integrando a administração indireta dos três entes, sendo eles: Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro o que caracteriza a APO como um órgão “sui generis”, com especificidades próprias e autonomia em sua execução.

O exercício de 2016 teve a proporção dos recursos repassados pelos entes consorciados à APO no valor de R\$ 19.638.793,00 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, setecentos e noventa e três reais), cabendo a cada consorciado os seguintes valores:

União: R\$ 19.597.793,00 (dezanove milhões, quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e noventa e três reais);

Estado: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

Município: R\$ 1.000,00 (mil reais).

Por meio da Resolução nº 16, de 22/12/2015, o Conselho Público Olímpico aprovou o Orçamento para 2016 em R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com contingenciamento de um terço desse valor, cuja eventual liberação foi condicionada à autorização posterior do Conselho.

A execução financeira referente ao segundo semestre de 2016 totalizou o valor de R\$ **29.215.251,81** (vinte e nove milhões, duzentos e quinze mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos), como demonstrado a seguir:



AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA							
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2º SEMESTRE DE 2016							
DESPESAS REALIZADAS – Em Reais 1,0							
DESCRIÇÃO							
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
OUTRAS DESPESAS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	-	-	-	-	-	-	-
DIÁRIAS	9.476,60	18.474,72	24.115,34	13.409,20	32.485,87	2.522,19	100.483,92
MATERIAL DE CONSUMO	-	9.913,60	2.517,00	2.910,87	5.490,00	-	20.831,47
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	69.128,11	68.044,10	3.906,38	160.928,16	20.947,57	45.286,22	368.240,54
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – JETONS	14.301,05	-	6.600,00	-	13.200,00	37.400,00	71.501,05
LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	17.123,78	17.238,13	-	43.264,82	43.795,64	47.829,13	169.251,50
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	60.482,67	63.046,86	413.073,55	405.507,32	97.407,34	87.460,93	1.126.978,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	142.221,19	177.419,65	124.367,65	394.079,90	114.964,62	391.515,97	1.344.568,98
AUXÍLIOS – TRANSPORTE	5.498,80	5.818,40	5.818,40	5.685,40	5.664,40	5.369,60	33.855,00
DEPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	4.960,48	-	108.337,52	-	7.561,73	120.859,73
AUXÍLIOS – ALIMENTAÇÃO	39.533,74	39.158,98	38.721,81	38.367,90	42.156,79	39.242,26	237.181,48
TOTAL CUSTEIO	357.765,94	404.074,92	619.120,13	1.172.491,09	376.112,23	664.188,03	3.593.752,34
DESCRIÇÃO							
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL INVESTIMENTO	-	-	-	-	-	-	-
DESCRIÇÃO							
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	1.253.452,95	1.253.658,99	1.188.573,16	1.108.387,03	1.753.732,77	1.291.223,10	7.849.028,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL MILITAR	-	-	-	-	34.691,66	5.416,66	40.108,32
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	171.846,08	165.939,35	165.078,85	162.429,29	329.593,05	181.738,39	1.176.625,01
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -	1.473,34	7.857,17	7.100,00	8.420,00	9.811,68	13.078,68	47.740,87



PESSOAL CIVIL							
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	-	-	-	2.400,00	-	-	2.400,00
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	612.187,77	124.930,14	325.115,51	357.474,30	339.955,52	341.477,09	2.101.140,33
TOTAL DA FOLHA + ENCARGOS	2.038.960,14	1.552.385,65	1.685.867,52	1.639.110,62	2.467.784,68	1.832.933,92	11.217.042,53
TOTAL GERAL DO 2º SEMESTRE	2.396.726,08	1.956.460,57	2.304.987,65	2.811.601,71	2.843.896,91	2.497.121,95	14.810.794,87
TOTAL CUSTEIO 1º E 2º SEMESTRE	715.803,63	812.978,16	1.018.519,81	1.562.026,11	776.776,36	1.050.062,61	5.936.166,68
TOTAL INVESTIMENTOS 1º E 2º SEMESTRE	1.958,60	-	-	-	-	-	1.958,60
TOTAL PESSOAL 1º E 2º SEMESTRE	4.012.236,83	3.422.821,45	3.572.497,18	3.514.999,45	4.568.718,05	4.185.853,57	23.277.126,53
TOTAL GERAL DO 1º E 2º SEMESTRE	4.729.999,06	4.235.799,61	4.591.016,99	5.077.025,56	5.345.494,41	5.235.916,18	29.215.251,81



3

3. INSTRUMENTOS DE



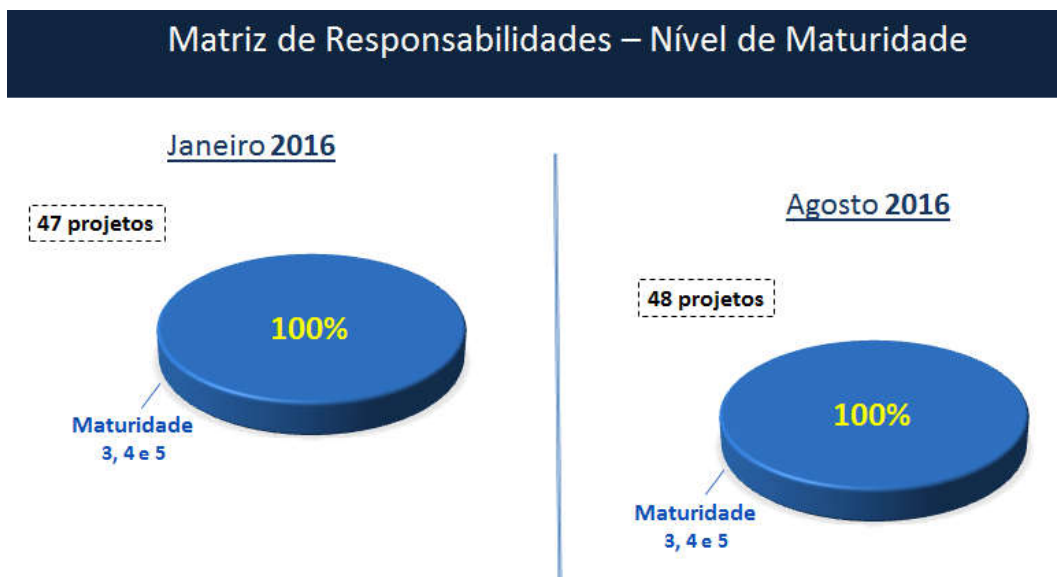
Matriz de Responsabilidades dos Jogos e Carteira de Projetos Olímpicos

Por definição legal e metodologia própria, a Matriz engloba os compromissos assumidos pelos entes governamentais associados exclusivamente à organização e realização dos Jogos Rio 2016. O documento relaciona obrigações / projetos e ações com os responsáveis pela execução e aporte de recursos, organizado e agrupando obras e serviços relacionados às regiões olímpicas: Barra da Tijuca, Deodoro, Copacabana, Maracanã e Multirregião.

A quinta atualização da Matriz de Responsabilidades (sexta versão), em conjunto com a Carteira de Projetos Olímpicos, divulgada em 15/08/2016, trouxe, logo após a abertura dos Jogos, informações de conclusão de projetos das arenas de competição e da execução de serviços públicos essenciais para a realização do evento, cujos investimentos totalizaram R\$ 7,09 bilhões.

Nessa versão foi incluído um novo projeto para atendimento à demanda de energia elétrica, no valor de R\$ 29,8 milhões, financiado com recursos públicos federais.

A seguir, os dados totalizadores dos projetos:



Matriz de Responsabilidades – Responsabilidade de Recursos



A sétima versão da Matriz de Responsabilidades, que apresenta o documento final dos “compromissos assumidos pelos entes governamentais, no dossiê de candidatura, exclusivos para os Jogos” (Metodologia, item III - f), fruto da consolidação das informações prestadas pelo Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Governo Federal (Ministério do Esporte e Ministério de Minas e Energia),* foi aprovada 12/12/2016 pelo Conselho Público Olímpico na Resolução nº 17 de 12/08/2016, encaminhada, após manifestação técnica dos entes, pela Diretoria Colegiada da APO em 09/08/2016, por meio da Resolução nº 11 de 09/08/2016.

Nesta última versão destacam-se atualizações nas Regiões da Barra, Deodoro, Copacabana, Maracanã e Multirregião.

Cabe destacar que os principais parceiros da APO na consolidação do projeto olímpico foram os entes governamentais (União, Estado do RJ e Município do Rio de Janeiro) e o Comitê Rio 2016, sendo o Município oficialmente parceiro governamental e ente consorciado até o dia 05/12/2016, quando a Lei 6.107 de 05 de dezembro de 2016, publicada pelo Diário Oficial do Município do RJ nº 175, de 06/12/2016, determinou sua saída do consórcio público APO. Apesar das diferentes responsabilidades, todos atuaram a fim de garantir a entrega dos compromissos assumidos com o COI e IPC, sendo esta entrega a missão da APO estabelecida em seu planejamento estratégico institucional.

Diante dos compromissos assumidos, a APO teve como proposta de trabalho e meta os seguintes valores:



- Relacionamento institucional focado nas necessidades de cada cliente;
- Qualidade no monitoramento estratégico de obras e serviços;
- Proposição sustentável do uso do legado para as futuras gerações;
- Transparência nos processos dos entes na organização dos Jogos;

Esses valores, atribuídos por lei, ficaram significativamente prejudicados, pois com a saída de um dos principais executores e parceiro da realização dos Jogos, restou incompleta a compilação final dos números e por sua vez da matriz de responsabilidades, o que não permitiu uma atualização das informações durante o segundo semestre de 2016.

Metodologicamente, a atualização deve ocorrer até o encerramento das atividades da APO em março de 2017, oportunidade na qual o CPO poderá incluir as informações necessárias a garantir a apresentação final dos valores investidos para garantir a implementação das obras e serviços demandadas pela organização dos Jogos Rio 2016.

É importante frisar que os entes consorciados e o Comitê Rio 2016 possuem seus próprios instrumentos de acompanhamento, fiscalização e controle dos projetos olímpicos sob suas respectivas responsabilidades. Os modelos de financiamento, contratação e acompanhamento da maioria dos projetos, principalmente de infraestrutura, estavam organizados e os executores forneciam as informações necessárias a cada um dos entes ou parceiros, por meio de modelos próprios.



4



A Autoridade Pública Olímpica (APO) chegou, ao segundo semestre de 2016, com foco nos preparativos finais para a entrega do maior evento esportivo do planeta. A equipe acompanhou os ajustes necessários para a operação dos Jogos, em instalações e serviços, e contribuiu na tomada de importantes decisões estratégicas, como nas áreas de segurança e energia. Foram cinco anos de contribuições com um único propósito, a plena realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 no Brasil.

As rotinas de trabalho foram realizadas nos principais centros de comando, coordenação e comunicação em funcionamento durante os Jogos, onde as ações eram executadas de forma compartilhada entre os três níveis de governo, o Comitê Rio2016 e demais parceiros, com destaque para interlocuções nas áreas de mobilidade e dados meteorológicos.

A APO também contribuiu com um espaço de referência de promoção da imagem do País, a Casa Brasil 2016, que funcionou na revitalizada região portuária do Rio e recebeu cerca de 500 mil visitantes durante os Jogos. Outro espaço que teve apoio da APO e ajudou a divulgar as transformações ocorridas na cidade-sede dos Jogos foi o Rio Media Center, um centro aberto de mídia que forneceu pautas para jornalistas nacionais e estrangeiros de cerca de cem países.

A APO prestou contas à sociedade sobre os investimentos feitos exclusivamente para os Jogos com a publicação no *site* institucional da quinta atualização da Matriz de Responsabilidades, a partir de informações fornecidas pelos entes governamentais.

Após os Jogos, o foco mudou para o legado olímpico e a organização de informações para transferência de conhecimento ao Japão, próximo país que sediará os Jogos em 2020. A APO cumpriu com o compromisso do País de entregar Jogos pacíficos e de qualidade. O sucesso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 teve o reconhecimento internacional, e trouxe para nosso País, importantes lições de planejamento e execução de projetos complexos que exigiram a atuação integrada dos diversos entes, com benefícios para a cidade.

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
	13/02/2017	Prazo para a publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
	28/02/2017	Prazo para a apresentação de relatório e eventual projeto de decreto legislativo;
	07/03/2017	Prazo para apresentação de emendas a eventual projeto de decreto legislativo;
	14/03/2017	Prazo para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.